



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS

sid.inpe.br/mtc-m21b/2016/08.19.18.08-TDI

**A PECUÁRIA BOVINA DE CORTE NO BRASIL:
SIGNIFICADOS, CONTRADIÇÕES E DESAFIOS EM
BUSCA DA SUSTENTABILIDADE**

Janaína Michelini

Tese de Doutorado do Curso
de Pós-Graduação em Ciência
do Sistema Terrestre, orientada
pela Dra. Myanna Hvid Lahsen,
aprovada em 29 de junho de 2016.

URL do documento original:

<<http://urlib.net/8JMKD3MGP3W34P/3MA6NDP>>

INPE
São José dos Campos
2016

PUBLICADO POR:

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE

Gabinete do Diretor (GB)

Serviço de Informação e Documentação (SID)

Caixa Postal 515 - CEP 12.245-970

São José dos Campos - SP - Brasil

Tel.:(012) 3208-6923/6921

Fax: (012) 3208-6919

E-mail: pubtc@inpe.br

COMISSÃO DO CONSELHO DE EDITORAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA PRODUÇÃO INTELECTUAL DO INPE (DE/DIR-544):

Presidente:

Maria do Carmo de Andrade Nono - Conselho de Pós-Graduação (CPG)

Membros:

Dr. Plínio Carlos Alvalá - Centro de Ciência do Sistema Terrestre (CST)

Dr. André de Castro Milone - Coordenação de Ciências Espaciais e Atmosféricas (CEA)

Dra. Carina de Barros Melo - Coordenação de Laboratórios Associados (CTE)

Dr. Evandro Marconi Rocco - Coordenação de Engenharia e Tecnologia Espacial (ETE)

Dr. Hermann Johann Heinrich Kux - Coordenação de Observação da Terra (OBT)

Dr. Marley Cavalcante de Lima Moscati - Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPT)

Silvia Castro Marcelino - Serviço de Informação e Documentação (SID)

BIBLIOTECA DIGITAL:

Dr. Gerald Jean Francis Banon

Clayton Martins Pereira - Serviço de Informação e Documentação (SID)

REVISÃO E NORMALIZAÇÃO DOCUMENTÁRIA:

Simone Angélica Del Ducca Barbedo - Serviço de Informação e Documentação (SID)

Yolanda Ribeiro da Silva Souza - Serviço de Informação e Documentação (SID)

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA:

Marcelo de Castro Pazos - Serviço de Informação e Documentação (SID)

André Luis Dias Fernandes - Serviço de Informação e Documentação (SID)



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS

sid.inpe.br/mtc-m21b/2016/08.19.18.08-TDI

**A PECUÁRIA BOVINA DE CORTE NO BRASIL:
SIGNIFICADOS, CONTRADIÇÕES E DESAFIOS EM
BUSCA DA SUSTENTABILIDADE**

Janaína Michelini

Tese de Doutorado do Curso
de Pós-Graduação em Ciência
do Sistema Terrestre, orientada
pela Dra. Myanna Hvid Lahsen,
aprovada em 29 de junho de 2016.

URL do documento original:

<<http://urlib.net/8JMKD3MGP3W34P/3MA6NDP>>

INPE
São José dos Campos
2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Michelini, Janaína.

M582p A pecuária bovina de corte no Brasil: significados, contradições e desafios em busca da sustentabilidade / Janaína Michelini. – São José dos Campos : INPE, 2016.

xxviii + 142 p. ; (sid.inpe.br/mtc-m21b/2016/08.19.18.08-TDI)

Tese (Doutorado em Ciência do Sistema Terrestre) – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, São José dos Campos, 2016.

Orientadora : Dra. Myanna Hvid Lahsen.

1. Pecuária bovina de corte. 2. Análise do discurso.
3. Sustentabilidade. 4. Segurança alimentar. I. Título.

CDU 636.033:502.131.1



Esta obra foi licenciada sob uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial 3.0 Não Adaptada](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/3.0/).

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution-NonCommercial 3.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/3.0/).

Aluno (a): *Janaína Michelini*

Título: "A PECUÁRIA BOVINA DE CORTE NO BRASIL: SIGNIFICADOS, CONTRADIÇÕES E DESAFIOS EM BUSCA DA SUSTENTABILIDADE".

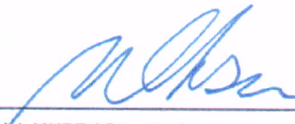
Aprovado (a) pela Banca Examinadora
em cumprimento ao requisito exigido para
obtenção do Título de **Doutor(a)** em
Ciência do Sistema Terrestre

Dra. Patrícia Fernanda do Pinho Koberle



Presidente / USP / São Paulo - SP

Dra. Myanna Hvid Lahsen



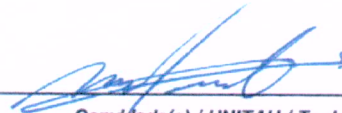
Orientador(a) / INPE / São José dos Campos - SP

Dr. Roberto Araújo de Oliveira Santos Júnior



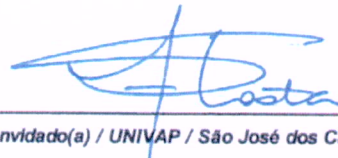
Membro da Banca / INPE / São José dos Campos - SP

Dr. Moacir José dos Santos



Convidado(a) / UNITAU / Taubaté - SP

Dra. Sandra Maria Fonseca da Costa



Convidado(a) / UNIVAP / São José dos Campos - SP

Este trabalho foi aprovado por:

() maioria simples

(x) unanimidade

São José dos Campos, 29 de junho de 2016

Ao Artur e à Tuche

Dedico

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Myanna Lahsen, por sua orientação dedicada que me encorajou a explorar novos campos do conhecimento, ao mesmo tempo em que me deu liberdade e apoio para elaborar as minhas próprias questões investigativas e construir o caminho em direção às respostas. Também agradeço pela paciência, pelos sorrisos nos momentos mais difíceis e pela amizade construída ao longo desta empreitada.

Ao Prof. Dr. Roberto Araujo, que contribuiu com inúmeras reflexões sobre os temas deste trabalho. Pela generosidade em dividir com todos nós, alunos, os seus profundos conhecimentos sobre a Região Amazônica e sobre a pesquisa nas ciências humanas. Pelo apoio – fundamental.

Ao Prof. Dr. Diógenes Alves, pelo entusiasmo e pelas inúmeras conversas que contribuíram para a realização do presente trabalho.

A todos os pesquisadores do INPE que contribuíram com a minha formação nas disciplinas ministradas. Agradeço também à coordenação e à equipe da Pós-Graduação de Ciência do Sistema Terrestre – PGCST: Dra. Regina Alvalá, Dr. Plínio Alvalá, Ângela e Mariana.

Ao INPE e ao Centro de Ciência do Sistema Terrestre do INPE, pela oportunidade e pela estrutura oferecida.

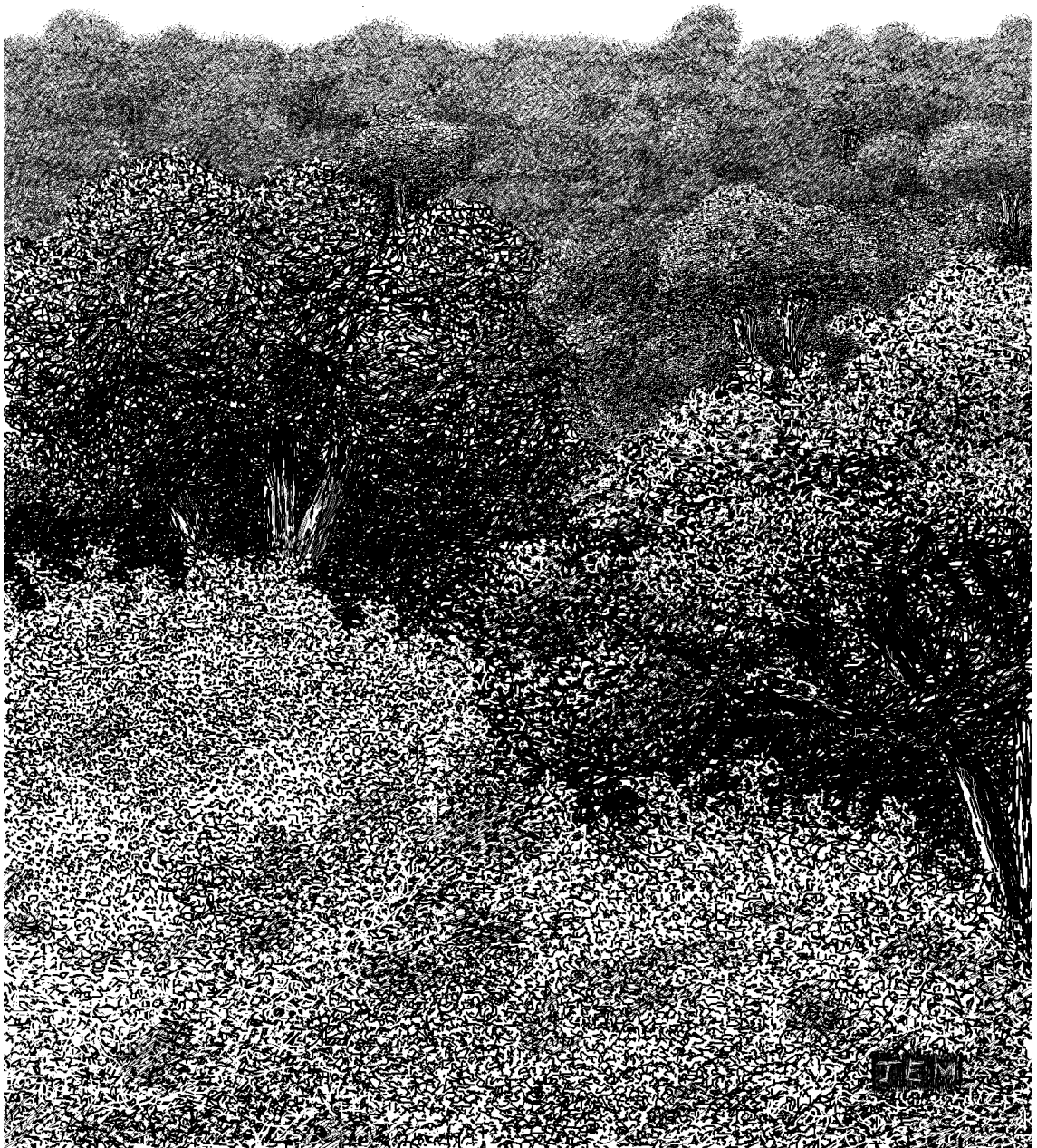
À CAPES, agradeço pelo suporte financeiro fornecido a partir da bolsa acadêmica.

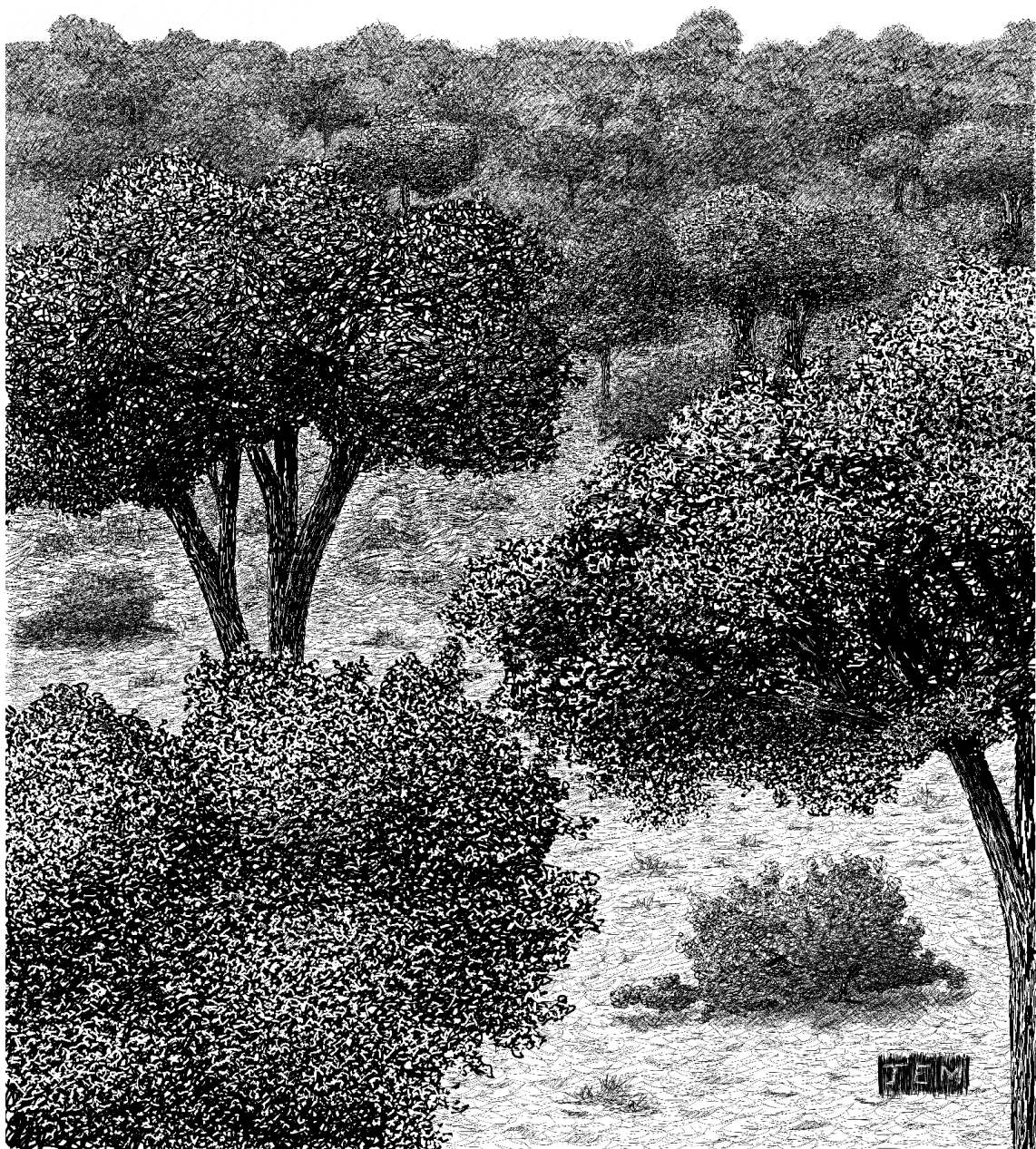
A todos os colegas de turma, pelos momentos compartilhados, tantos os “sofridos”, quanto os alegres. Em especial àqueles mais próximos: Fernandinha, Grasiela e Vagner.

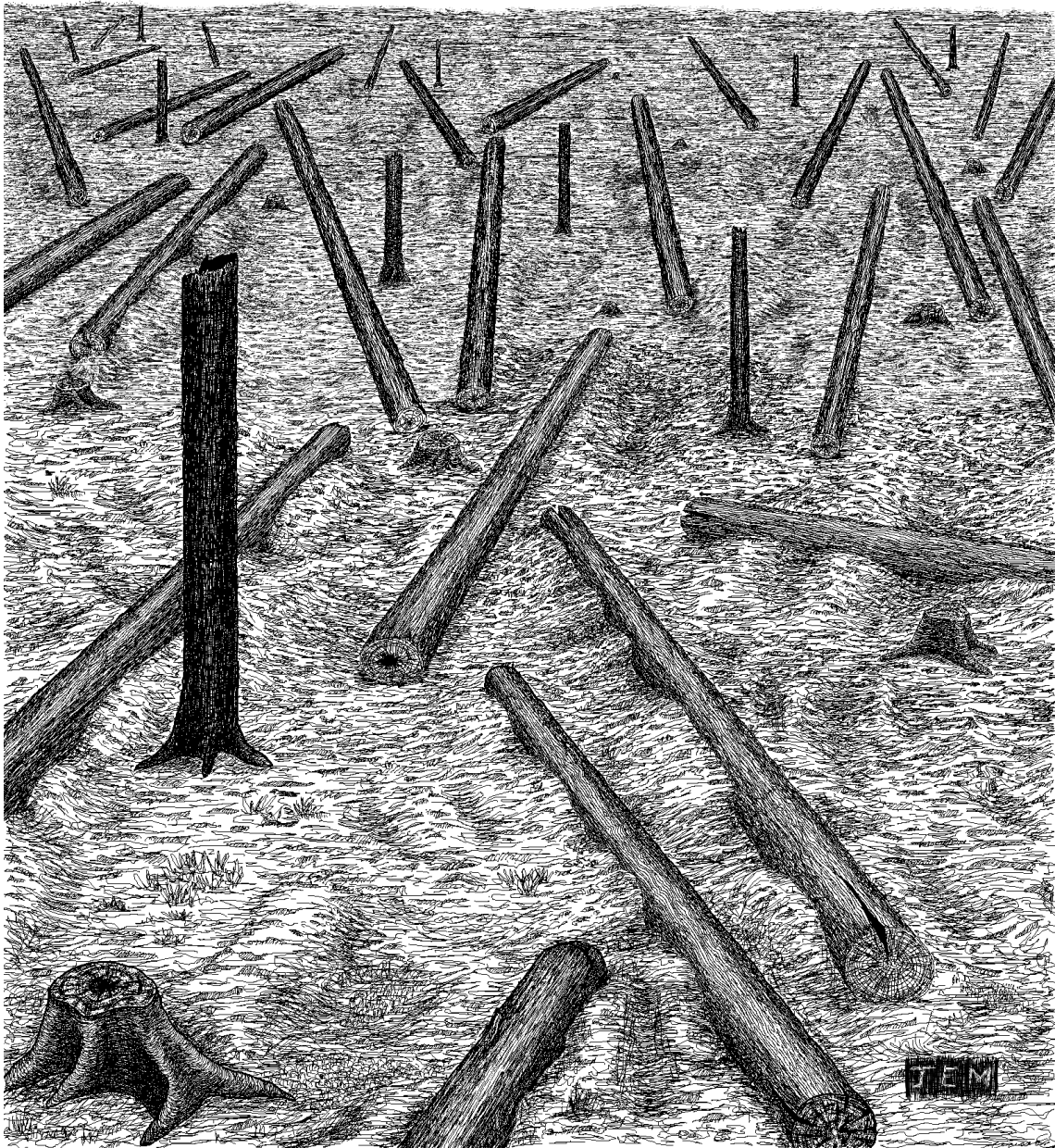
À minha família, sem conseguir fugir do clichê, agradeço pela compreensão da minha ausência nestes anos e também pelo companheirismo que me permitiu chegar até o fim, em especial à minha mãe.

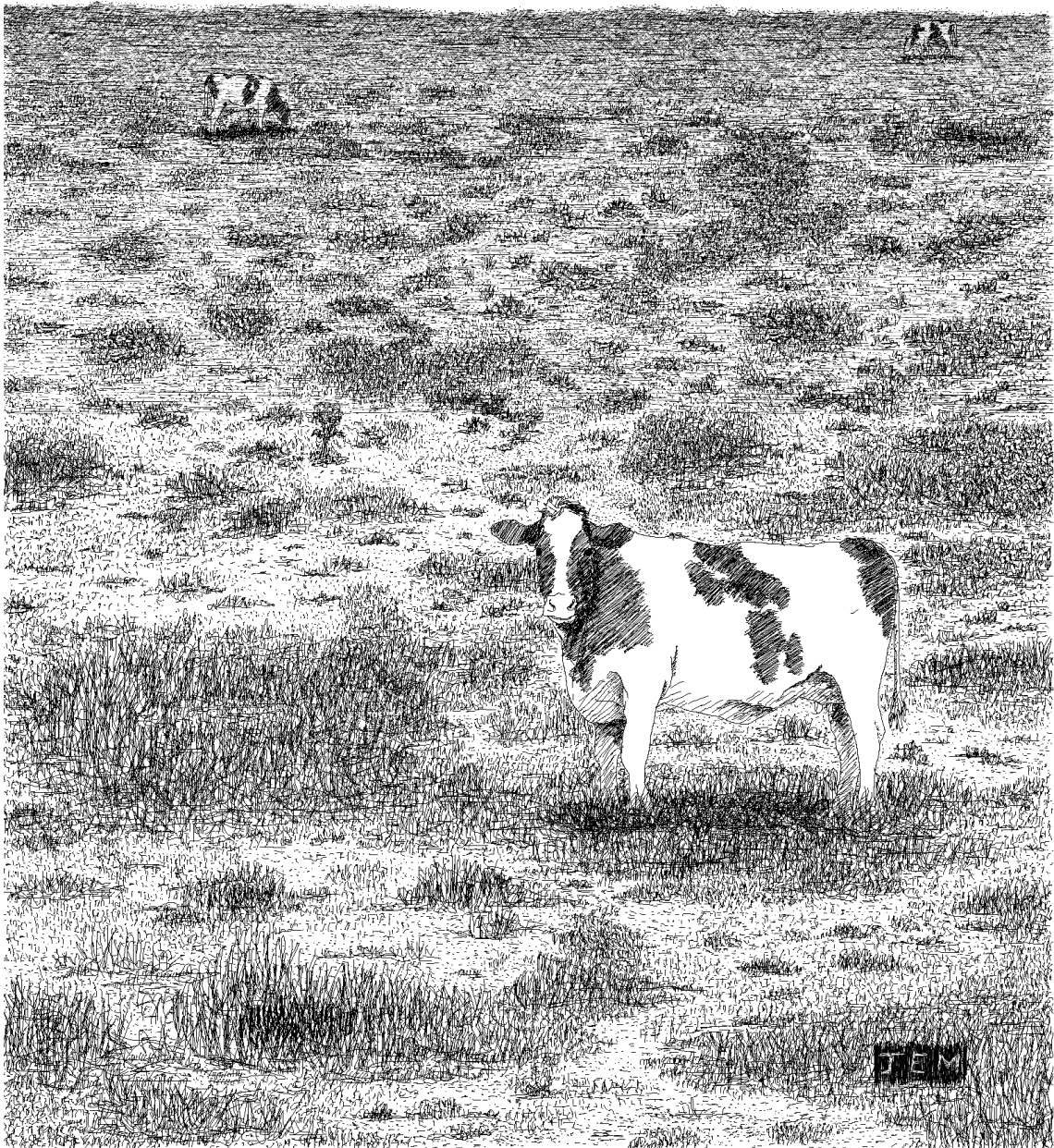
Ao meu irmão, Eduardo, pelas figuras artísticas desta Tese.

Ao Artur, sempre e para sempre.









RESUMO

A pecuária em geral – não só aquela que se refere ao gado, mas à criação de todos os animais domésticos em áreas rurais - vem se estabelecendo como uma importante atividade econômica mundial, distribuída em diferentes países, com extrema diversidade técnica e vinculada a um intenso aumento no consumo dos diferentes tipos de carnes. Globalmente, esta atividade é relacionada ao desmatamento, a emissões de gases de efeito estufa e a degradação dos recursos hídricos e do solo. Nesse contexto, a pecuária bovina de corte nacional faz parte de um sistema alimentar fundamentado no agronegócio global, que é, ao mesmo tempo, produto e co-produtor da modernização capitalista, com base no discurso e nas estratégias do neoliberalismo. Considerando que esta atividade econômica, na sua atual organização, é o centro de debates sobre questões socioambientais que produzem importantes consequências nas diferentes regiões do país, a presente investigação teve o objetivo de analisar como interagem os discursos dos atores de diferentes setores da sociedade sobre as implicações socioambientais da pecuária bovina, buscando compreender como se dão as relações de poder no atual processo de expansão da cadeia produtiva da carne bovina de corte no Brasil. A análise do discurso foi a opção teórico-metodológica para investigar como os atores relacionados a esta atividade participam da sua legitimação ou questionam a sua atual organização. Os resultados mostram que no confronto de ideias e nas disputas de poder, há predominância dos discursos reformistas nesta arena, que apoiam “práticas verdes” promovidas por políticas econômicas submetidas ao mercado, desrespeitando os direitos sociais e a preservação dos recursos naturais.

Palavras chave: Pecuária bovina de corte, Análise do discurso, Segurança alimentar

BEEF CATTLE IN BRAZIL: MEANING, CONTRADICTIONS AND CHALLENGES IN SEARCH OF SUSTAINABILITY

ABSTRACT

Livestock farming of cattle and other domestic animals in rural areas has become a major global economic activity, distributed in different countries with great technical diversity and linked to an intense increase in human consumption of animal protein. Livestock farming – and especially beef production – contributes importantly to deforestation, greenhouse gas emissions and the degradation of water resources and soil, and it is part of a food system integrated with global agribusiness. Both product and co-producer of capitalist modernization, in Brazil this economic sector manifests the discourse and strategies of neoliberalism but is also, in its current forms, object of environmental contestation in a context of growing awareness of its inefficiency and mounting, deleterious environmental impacts in a populous world tending towards more meatified diets. On the basis of interviews with actors from different sectors of the economy and society, this thesis analyzes the convergences and divergences in their discourses of about the social and environmental implications of the livestock industry. It attends to the nature of the power relations in the current expansion of beef production chains in Brazil by charting how the variety of national stakeholders in Brazil variously legitimize and question its current organization and operations. The results show that in the confrontation of ideas and associated power struggles, reformist discourses predominate, supporting "green practices" promoted by economic policies subject to the market, disregarding the social inequalities, rights, and the preservation of natural resources.

Keywords: Beef cattle, Discourse analysis, Food security

LISTA DE FIGURAS

Figura 4.1: Variação da produção mundial dos diferentes tipos de carnes na década entre 1999 a 2009.	31
Figura 4.2: Variação da representatividade do rebanho bovino nas diferentes regiões brasileiras (%) entre 1990 e 2013	46
Figura 4.3: Expansão da empresa JBS a partir do ano de 2007.....	52
Figura 4.4 - Dinâmica da cadeia produtiva da pecuária bovina de corte.....	57
Figura 7.1: Trecho do depoimento de um trabalhador apresentado no “Relatório Moendo Gente: a situação do trabalho nos frigoríficos”.....	114

LISTA DE TABELAS

Tabela 2. 1 - Signatários do Pacto da Pecuária.....	9
Tabela 2. 2 - Grupo Semente	10
Tabela 3.1 - Classificação dos discursos ambientais propostos por Dryzek (1997)	18
Tabela 3.2 - Subcategorias dos discursos ambientais propostos por Dryzek (1997)	19
Tabela 4.1 - Disparidades entre os países de maior e menor consumo per capita de carne no ano de 2009	30
Tabela 4.2: Número de pessoas subnutridas (milhões) e prevalência (%) da fome	38
Tabela 4.3 - Exportações Brasileiras de Carne Bovina em 2015 – Total por país	40

LISTA DE QUADROS

Quadro 2.1 - Relação das Instituições que Participaram da Pesquisa	11
Quadro 3.1 - Síntese dos discursos do ambientalismo moderno	24

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
1.1	Objetivos.....	4
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	5
2.1	A escolha da amostra inicial.....	8
3	A ANÁLISE DO DISCURSO: O DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL ..	13
3.1	Discursos ambientais: uma proposta de categorização	17
3.2	O discurso do agronegócio	26
4	A PECUÁRIA GLOBAL: IMPLICAÇÕES PARA O AMBIENTE E PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR.....	29
4.1	Segurança alimentar: nova abordagem em um contexto de liberalização econômica.....	35
4.2	A pecuária bovina brasileira.....	39
4.2.1	O discurso desenvolvimentista e o início da migração da pecuária bovina nacional fomentada pelo estado.....	41
4.2.2	O crescimento da pecuária nacional a partir da década de 1990.....	44
4.2.3	Implicações ambientais da pecuária nacional	56
5	A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL E A PECUÁRIA DE CORTE BRASILEIRA: O DISCURSO DE ATORES DE DIFERENTES SETORES DA SOCIEDADE.....	61
5.1	Desmatamento: a pecuária é a causadora ou a beneficiária?.....	62
5.2	A pecuária e a problemática socioambiental: uma questão de mercado?	70
6	O DISCURSO DOS ATORES SOBRE O PAPEL DA PECUÁRIA BOVINA NACIONAL NA SEGURANÇA ALIMENTAR	89
7	AS RELAÇÕES TRABALHISTAS NA PECUÁRIA BOVINA DE CORTE BRASILEIRA: UM CAMPO EM DISPUTA	101

8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	123
	ANEXO A.....	135
	ANEXO B.....	137
	ANEXO C.....	139

1 INTRODUÇÃO

Historicamente a humanidade vem modificando o ambiente ao tentar suprir as suas necessidades de sobrevivência e, se em tempos remotos estas transformações aconteciam em escala local, desde a revolução industrial passaram a influenciar o ambiente globalmente. Nos dias atuais tais transformações são tão intensas que os impactos gerados pelas ações humanas competem com algumas das grandes forças da natureza e podem, inclusive, colocar em risco as futuras gerações. (STEFFEN et al, 2007)

No atual cenário mundial, em que os impactos ambientais causados pelas ações humanas estão provocando profundas alterações globais, o debate sobre a segurança alimentar (SA) intensifica-se cada vez mais, pois a produção de alimentos, ao mesmo tempo em que gera mudanças ambientais globais, também é impactada pelos efeitos destas mudanças. A agropecuária contemporânea contribui substancialmente para a extrapolação dos limites planetários propostos por Rockstrom et al. (2009), enquanto que, em pleno século XXI, as estimativas indicam que cerca de 795 milhões de pessoas no mundo estão subnutridas (FAO, 2015). Mais do que simplesmente aumentar a quantidade de comida, a humanidade lida com os desafios de produzir alimentos de uma forma ambientalmente e socialmente sustentável e, também, de desenvolver a capacidade política, logística e econômica de garantir a todos o acesso a esse alimento (GODFRAY et al., 2010; FAO, 2011).

Atualmente, o sistema alimentar fundamentado no agronegócio global, é, ao mesmo tempo, produto e co-produtor da modernização capitalista, com base no discurso e nas estratégias do neoliberalismo. Na sua atual organização, o agronegócio neoliberalizado compreende uma série de processos que visam a maximização da produção dos produtos agro-alimentares, de acordo com uma ideologia pró-mercado. Neste contexto, são priorizadas as estratégias de acumulação de capital em curto prazo e a globalização dos mercados agro-alimentares, enquanto as políticas de desenvolvimento rural ficam em segundo plano (IORIS, 2016).

A previsão é de que em 2050 a população mundial será de 9 bilhões de pessoas, sendo a maioria habitantes de países em desenvolvimento que, em muitos casos, estão passando por profundas transformações culturais e aumentando o seu poder de consumo. Este fato transformou o vertiginoso crescimento da demanda por carne e produtos lácteos em um dos principais desafios para o atual sistema alimentar global, pois a atividade pecuária está relacionada a importantes impactos ambientais e sociais, ao mesmo tempo em que é a principal provedora da proteína animal na alimentação mundial (HERRERO; THORTON, 2013).

Acompanhando a sinalização de um mercado crescente, a cadeia produtiva da carne bovina brasileira passou por uma recente reestruturação, com forte incentivo governamental, visando o fortalecimento da comercialização desta *commodity*. Um resultado dessa reestruturação é o crescimento expressivo das exportações de carne bovina, que saltaram de 326.323 para 1.399.259 toneladas entre os anos 1999 e 2015 (ABIEC, 2015). No entanto, este crescimento ocorreu a partir de uma pecuária predominantemente extensiva. Atualmente as pastagens ocupam uma grande área do território brasileiro, cerca de 172.330.000 de hectares (IBGE, 2006), sendo que a maior parte apresenta algum grau de degradação (SILVA, 2008). Com este perfil, a pecuária nacional é associada a importantes impactos ambientais, como a emissão de gases de efeito estufa (BUSTAMANTE et al., 2012), a degradação do solo, e o assoreamento dos mananciais e cursos d'água (MACEDO et al., 2000).

Esta reestruturação da cadeia produtiva voltada à exportação está integrada ao fenômeno de “re-primarização” da economia brasileira (DELGADO, 2013), caracterizado pela ancoragem da economia nacional em produção de *commodities* que foi retomado em meados da década de 1990. Este fenômeno levou a um fortalecimento do agronegócio nacional, “sustentado com o apoio ostensivo de legislações, jurisprudências, normas e recursos bilionários do Estado brasileiro, com muita frequência, em prejuízo de direitos difusos, de minorias, e de demandas democráticas e garantias trabalhistas” (TEIXEIRA, 2013, p. 26).

Neste contexto, é possível observar duas conotações antagônicas em torno da pecuária brasileira: uma relacionada ao agronegócio nacional, tido como suporte para o desenvolvimento social e econômico do país devido aos resultados positivos relativos à balança comercial brasileira; e a outra, relacionada à degradação ambiental e à reorganização dos sistemas alimentares mundiais, que transformaram os países periféricos em produtores de *commodities*, com importantes implicações nas produções nacionais de alimentos e na precarização das condições trabalhistas.

A organização da cadeia nacional da pecuária bovina vem ocorrendo a partir de um longo processo social, com a participação de diversos atores. Esse processo e suas implicações são alvos de intensos debates, permeados por convergências e conflitos e intermediados pelos discursos dos representantes de diferentes setores da sociedade. Investigar essa rede discursiva e a sua lógica de funcionamento, considerando quem são esses atores e como constroem os seus argumentos, é uma importante contribuição para contextualizar essa modernização da pecuária bovina nacional e compreender como se dão as relações de poder neste novo arranjo de um setor importante do agronegócio nacional, com importantes implicações socioambientais.

Considerando isso, para o desenvolvimento deste trabalho fizemos a opção teórico-metodológica pela análise do discurso, tendo como principal referencial o sentido de discurso proposto por Foucault, que o considera não como uma representação do real, mas como “práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam” (FOUCAULT, 2012, p. 60). A investigação proposta tem como ponto de partida a seguinte hipótese: Reformistas e orientados pela lógica do mercado neoliberal, os discursos predominantes no debate nacional sobre as implicações socioambientais da pecuária bovina legitimam um modelo econômico baseado na expropriação dos recursos naturais e no prejuízo dos direitos sociais.

1.1 Objetivos

O objetivo do presente estudo é analisar como interagem os discursos dos atores de diferentes setores da sociedade sobre as implicações socioambientais da pecuária bovina, buscando compreender como se dão as relações de poder no processo de reestruturação da cadeia produtiva da carne bovina de corte no Brasil.

Como objetivos secundários, buscou-se:

- Identificar como os atores compreendem os impactos ambientais e sociais relacionados à pecuária bovina de corte nacional;
- Compreender qual papel os atores atribuem a si mesmos e aos outros atores no enfrentamento da problemática socioambiental relacionada a esta atividade econômica;
- Identificar as alianças e os conflitos configurados entre os atores no campo da problemática socioambiental, e investigar as relações de poder que permeiam tais configurações.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Cada pesquisa científica se propõe a responder perguntas sobre um determinado fenômeno ou processo e, na tentativa de explicar a realidade concreta, o pesquisador faz opções relacionadas à metodologia, aos instrumentos de coleta de dados e à forma de análise destes dados. Ao tomar para si o desafio de investigar profundamente um fenômeno ou processo, o pesquisador contribui com parte de um saber continuamente em construção.

Nesta perspectiva, o instrumento de investigação adotado para a coleta de informações foi a entrevista semiestruturada, em que o pesquisador segue um roteiro previamente elaborado com base em teorias e objetivos que orientam o desenvolvimento da pesquisa. Segundo Boni & Quaresma (2005), este roteiro pode combinar perguntas abertas e fechadas e, também, no momento da entrevista, o pesquisador pode fazer perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras. Ainda segundo os autores, é importante que estas entrevistas aconteçam em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal, permitindo que o respondente sinta-se vontade e expresse-se bem, garantindo um índice de respostas abrangentes sobre o tema estudado.

Este instrumento de pesquisa permite que sejam coletados dados referentes a forma como o entrevistado enxerga o mundo e se coloca diante dele:

Entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados. Nesse caso, se forem bem realizadas, elas permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo, o que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados. (DUARTE, 2004, p. 105)

Bernard (1998) apresenta a entrevista como uma técnica que possibilita a investigação

da relação entre o indivíduo e o contexto em que vive. Para isso, segundo o autor, as entrevistas precisam ser conduzidas de forma a perturbar os padrões convencionais dos discursos sociais e atingir dimensões latentes referentes à organização das pessoas e suas interações, e ao modelo sociocultural em que vivem.

De acordo com Bernard (1998), é necessário que o pesquisador aborde o entrevistado a partir de diferentes perspectivas: como um informante ou como um respondente. Quando o entrevistado é considerado como informante, este assume o posicionamento de uma testemunha em relação a alguns procedimentos da comunidade em que vive, avaliando os fatos com um posicionamento externo a eles. Diferentemente, quando o entrevistado é tratado como um respondente, ele próprio é um objeto de estudo, e emerge em suas respostas o que ele mesmo faz com os procedimentos da comunidade à qual pertence. Para o autor, intercalar os dois tipos de tratamento dado ao respondente durante a entrevista é diretamente informativo, pois ilumina os espaços, conflitos, coerências e transformações, a partir da “relação entre a concepção do entrevistado sobre si mesmo e sua percepção e entendimento do contexto”. Além disso, esta intercalação dos tipos de pergunta também permite abranger assuntos como os papéis sociais, os padrões de associações, as relações de amizade e inimizade, em que não apenas as relações específicas são importantes, mas as generalizadas também.

Assim, no presente estudo foram realizadas entrevistas semiestruturadas, apoiadas por um roteiro com questões definidas previamente e que sofreram alterações ao longo do desenvolvimento da pesquisa, para garantir que os objetivos propostos fossem atingidos.

Quando se opta pela realização de entrevistas como instrumento de pesquisa, a seleção dos sujeitos que vão compor o universo da investigação é um passo fundamental para garantir a qualidade das informações a partir das quais a análise será realizada posteriormente. No caso desta pesquisa, como o campo de estudo considerado é muito vasto e suas delimitações são fluidas, a determinação dos atores sociais entrevistados aconteceu em mais de uma etapa, a partir da adoção da técnica de amostragem denominada “bola de neve” (REA, PARKER, 1998). De acordo com os autores Rea e

Parker (1998), a primeira etapa desta técnica é a definição de um grupo inicial de sujeitos que fazem parte da população de interesse da pesquisa, chamado de “grupo semente”, que deve ser selecionado a partir de critérios claros e bem definidos. Estes indicados, por sua vez, poderão prover o acesso a outros e assim inicia-se o efeito “bola de neve”, que se encerra quando informações originais ou novas pistas relevantes para o processo de investigação não estiverem mais sendo coletadas.

Inicialmente a presente investigação propôs como objetivo “analisar como os diferentes atores sociais lidam com os riscos identificados por eles próprios como associados ao sistema de produção e consumo de carne bovina no Brasil e investigar os principais obstáculos e possibilidades para a mudança nos padrões atuais deste sistema, tendo a Teoria da Sociedade de Risco e da Modernização Reflexiva como referência” (BECK, 2010). Para alcançar tal objetivo, o roteiro inicial que embasaria as entrevistas foi elaborado com foco no conceito de risco, conforme apresentado no Anexo A. No entanto, logo nas rodadas iniciais das entrevistas identificou-se a necessidade de reavaliar os objetivos da pesquisa e também alterar o roteiro elaborado previamente, pois alguns atores demonstraram muito desconforto na associação entre o termo “risco” e a atividade pecuária, o que se mostrou um obstáculo relevante na continuidade do diálogo com estes atores. Ainda, os dados iniciais trouxeram elementos que não poderiam ser satisfatoriamente analisados tendo como base o referencial teórico proposto inicialmente. Assim, toda a investigação foi reavaliada, resultando em uma nova proposta com objetivo diferente, apresentado no item 1.1. O roteiro de entrevistas também foi revisado e está apresentado neste documento (ANEXO B).

A análise, então, teve como referência o trabalho do filósofo Michel Foucault que toma o “discurso como prática social” (ARTS; BUIZER, 2009). Para atingir os objetivos propostos, nos orientamos também pela categorização dos discursos ambientais elaborada pelo cientista político Jhon Dryzek, descrita detalhadamente no item 3.1 deste documento.

2.1 A escolha da amostra inicial

Para a seleção do primeiro grupo de entrevistados, tomamos como ponto de partida a iniciativa “Conexões Sustentáveis: São Paulo-Amazônia”, desenvolvida ao longo do ano de 2008 e liderada pelo Movimento Nossa São Paulo e pelo Fórum Amazônia Sustentável, com secretaria executiva exercida pelo Instituto Ethos. Em um momento histórico importante para as questões ambientais do país, com altos índices de desmatamento e grande pressão internacional, esta ação propôs o envolvimento dos diferentes setores da sociedade na discussão sobre as relações de interdependência entre a capital paulista e o Norte do país. Estas discussões aconteceram a partir da organização de seminários e da divulgação do relatório “Quem se beneficia com a destruição da Amazônia?”, elaborado pela ONG Repórter Brasil. Neste contexto, foi proposta dentro desta iniciativa a elaboração e a assinatura de pactos empresariais para o controle das cadeias produtivas da soja, pecuária e madeira, em que empresas intermediárias, redes de comércio direto e ONGs se comprometeram a assumir compromissos relacionados à sustentabilidade destes setores. Foram elaborados e assinados três pactos diferentes, um para cada setor, ratificando o comprometimento das instituições signatárias no cumprimento das leis para a preservação dos recursos naturais e para a garantia dos direitos humanos e sociais.

Embora esta iniciativa propusesse uma conexão entre uma única cidade brasileira e a região da Amazônia Legal, a consideramos relevante como referencial inicial por reunir “atores-chaves” que apresentam uma intensa participação nos debates e ações relacionados à sustentabilidade da pecuária bovina de corte em todo o território nacional. Somado a isso, as considerações apresentadas no pacto empresarial da pecuária (ANEXO C) abordaram diferentes perspectivas da problemática socioambiental, então, considerando que os signatários estavam inseridos nestas discussões e assumiram compromissos relativos a elas, seriam atores sociais relevantes neste processo investigativo, pois estariam familiarizados e imbricados com os desafios postos para o setor da pecuária bovina de corte no Brasil. Ainda, como a coleta de dados deste estudo começou aproximadamente cinco anos após a assinatura do pacto da pecuária, a contribuição destes atores sociais aconteceria a partir de experiências e

processos já vivenciados, na perspectiva de sujeitos participantes e atuantes no processo das recentes transformações do setor pecuário bovino de corte nacional.

Desta forma, o primeiro grupo de entrevistados foi definido a partir da lista de signatários do Pacto da Pecuária, apresentada na Tabela 1. Este pacto foi assinado entre os dias 14 e 15 de outubro de 2008 e contou inicialmente com 16 signatários.

Tabela 2. 1 - Signatários do Pacto da Pecuária

Lista Signatários do Pacto da Pecuária – outubro/2008	
Carrefour Comércio e Indústria Ltda	JBS-Friboi
Frigol Comercial Ltda	Marfrig
Grupo Pão de Açúcar	Multimeio Comunicação e Marketing
IFC - International Finance Corporation	OIT-Washington
Instituto Akatu	Reporter Brasil
Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social	The Nature Conservancy
Instituto São Paulo Sustentável	Vale Grande Indústria e Com. De Alimentos S/A
ISA - Instituto Sócioambiental	Wal-Mart

Fonte: <http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/node/1939>

Após os contatos iniciais com representantes das instituições signatárias, foram descartadas aquelas que não deram retorno, que não quiseram participar da pesquisa ou que os seus representantes alegaram indisponibilidade na agenda. Assim, o grupo “semente” foi composto por representantes de instituições do setor privado e de ONGs, conforme apresentado na Tabela 2.2.

Tabela 2. 2 - Grupo Semente

Grupo inicial de entrevistados	
Setor Produtivo	Organizações Não Governamentais
JBS-Friboi	Reporter Brasil
Marfrig	The Nature Conservancy

A partir deste grupo inicial e seguindo a metodologia “bola de neve”, no total 32 instituições participaram desta pesquisa com a realização de 34 entrevistas - por indicação dos membros das próprias instituições, dois representantes, em dois momentos diferentes, foram entrevistados no SENAR e no IBAMA. As entrevistas aconteceram no período de outubro de 2013 a janeiro de 2015, sendo a maioria realizada presencialmente. Para a realização dessas entrevistas foram efetuadas pela pesquisadora viagens para a cidade de São Paulo, Campo Grande e Belém. Quatro entrevistas aconteceram online (Imaflora, Korin, SENAR e ASSOCON), com o uso do aplicativo Skype, devido à localização distante ou ao difícil acesso aos atores sociais, fatores que impossibilitaram a reunião presencial.

Para o desenvolvimento da análise dos dados, as instituições que participaram da pesquisa foram classificadas em quatro grupos diferentes, de acordo com o setor da sociedade em que atuam. O primeiro grupo refere-se ao setor produtivo, composto por representantes dos produtores e das indústrias frigoríficas. O outro grupo é composto por organizações não governamentais, e inclui instituições de abrangência nacional e internacional. O Quadro 2.1 apresenta os grupos descritos e as instituições que os compõem.

Quadro 2.1 - Relação das Instituições que Participaram da Pesquisa

Setor Produtivo	Instituições entrevistadas	
	Organizações Não Governamentais	Instituições do Setor Público
CNA (Confederação da Agricultura e pecuária do Brasil)	Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB)	Ministério Público Federal - Para
Sindicato Rural de Paragominas (SPRP)	Conselho Regional de Nutrição	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)
Marfrig	Repórter Brasil	Ministério da indústria e do Comércio Exterior (MDIC)
JBS	Greenpeace	Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE)
Minerva	Slow Food	Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Para
Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR)	Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC)	EMBRAPA – gado de corte
Novilho Precoce	Observatório do Clima	IBAMA
Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC)	Imaflora	
Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (ACRISSUL)	Amigos da Terra	
Associação Nacional dos Confinadores (ASSOCON)	The Nature Conservancy (TNC)	
Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS)	Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon)	
Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (FAMASUL)		
Associação Brasileira da Pecuária Orgânica (ABPO)		

As entrevistas tiveram duração média de uma hora e foram gravadas em arquivos digitais de áudio e depois transcritas, totalizando 282 páginas após a transcrição.

3 A ANÁLISE DO DISCURSO: O DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL

Perante o agravamento das mudanças ambientais globais e as incertezas relativas à segurança alimentar, a produção e o consumo dos diferentes tipos de carne ao redor do mundo estão, cada vez mais, no centro dos debates contemporâneos. No Brasil, desde as duas últimas décadas, a pecuária bovina está envolta em um importante confronto de ideias que revelam, também, disputas de poder. Para investigar este contexto, fizemos a opção teórico-metodológica pela análise do discurso, tendo como principal referencial o trabalho do filósofo Michel Foucault.

Considerando que a análise do discurso (AD) não se refere a um método único, mas a uma ampla família de abordagens (HAJER, 2005), primeiro é preciso compreender esta diversidade de tendências teóricas dentro da AD. Os autores Arts e Buizer (2009) propuseram uma categorização considerando quatro diferentes versões da análise do discurso, sem a intenção de esgotar o tema, e ainda considerando a inexistência de limites bem definidos entre estas versões. A primeira tendência é o “discurso enquanto comunicação”, cujo principal representante no meio acadêmico é Jürgen Habermas. A partir de um modelo pragmático de democracia deliberativa, Habermas considera o envolvimento da sociedade civil em deliberações “isentas de poder”, levando a um resultado que seria definido pelo melhor argumento. A outra tendência é o “discurso como texto”, que seria a versão “clássica” deste tipo de análise. O uso da língua em situações específicas é o principal objeto de estudo, assim, textos, linguagem ou conversas são as unidades de análise. Apesar desse foco no texto, normalmente o contexto também é considerado, levando em conta quais palavras são usadas e quais as ideologias e os significados implicados a essas palavras, além de serem considerados os atores e as situações relacionadas à produção do texto em questão. O “discurso enquanto moldura” é a outra tendência elencada por Arts e Buizer (2009), em que a mediação da linguagem ocorre a partir de um “quadro de significado”. Assim, o discurso toma um aspecto mais abstrato, que considera a influência da história e das experiências dos atores em sua elaboração. E, por fim, o “discurso como prática social” associa o discurso ao poder, e tem como principal referencial a obra de Foucault. Nesta abordagem, a relação entre discurso e poder não está apenas nas interações entre os

atores sociais, mas também “o poder está no próprio discurso” (ARTS; BUIZER, 2009, p. 342).

Assim, nas ciências humanas o termo “discurso” pode ter diferentes sentidos e aplicações. Tendo como referencial o trabalho de Foucault, diferentes autores propuseram definições para o conceito de “discurso” na literatura. Para Hajer e Versteeg (2005), o discurso pode ser definido como “um conjunto de ideias, conceitos e categorias pelas quais são dados significados aos fenômenos sociais e físicos, e que são produzidas e reproduzidas por meio de um conjunto identificável de práticas” (p. 175).

Foucault enfatiza a relação entre discurso e prática. O autor não considera o discurso como uma representação do real, mas como “práticas que formam sistematicamente os objetos de que falamos” (FOUCAULT, 2012, p. 60), sem perder de vista que as práticas sociais são mergulhadas em relações de poder, produzidas discursivamente, ao mesmo tempo em que são produtoras de discursos e de saberes. Assim, na análise do discurso, considera-se a realidade como socialmente construída, então, em um estudo interpretativo de determinada problemática ambiental, por exemplo, não é o fenômeno em si que interessa à investigação, mas a forma como a sociedade faz sentido deste fenômeno (HAJER; VERSTEEG, 2005).

“No sentido foucaultiano, um discurso é uma expressão de poder, então, lutas discursivas são frequentemente lutas por poder” (HUMPREYS, p. 319). Segundo a perspectiva do filósofo, devemos rejeitar a concepção de discurso apenas como um conjunto de signos que carrega um significado “quase sempre oculto, dissimulado, distorcido, intencionalmente deturpado, cheio de reais intenções, conteúdos e representações, escondidos nos e pelos textos, não imediatamente visíveis” (FISCHER, 2001 p. 198). Diferentemente disso, a análise do discurso estuda enunciados e relações, que o discurso coloca em funcionamento. O foco são as relações históricas e as práticas concretas presentes no próprio discurso (FISCHER, 2001).

Para Foucault (2012), não existe discurso neutro. O autor considera que existem procedimentos de controle e de delimitação do discurso que definem o que é aceito ou proibido, o que é verdadeiro ou falso, quem está autorizado a dizer ou não, num dado

contexto social e a partir do lugar que o sujeito ocupa (FOUCAULT, 1996). “Foucault não toma a verdade no sentido cognitivo, isto é, como capacidade de conhecer mais e melhor a realidade através de representações mais acuradas” (ARAÚJO, 2007, p. 5). Para o filósofo, a verdade não se constitui como um saber absoluto que pode ser capturado na profundidade das coisas, mas sim, como uma construção histórica, dotada de poderes que a tornam reconhecida como a interpretação hegemônica em um determinado contexto histórico e em certo campo discursivo (FOUCAULT, 2012). Para o autor, a “vontade de verdade” tende a exercer sobre os outros discursos um tipo de pressão e de coerção. Como exemplo, o autor cita a construção do discurso do setor econômico nos últimos séculos:

Penso, igualmente, na maneira como as práticas econômicas, codificadas como preceitos ou receitas, eventualmente como moral, procuraram, desde o século XX, fundamentar-se, racionalizar-se e justificar-se a partir de uma teoria das riquezas e da produção (...). (FOUCAULT, 1996, p. 18)

A partir das práticas econômicas atuais, Freudenburg (2005) analisa a construção do discurso do setor econômico, considerando as relações ambiente-sociedade a partir de um argumento de “desvio duplo”. O primeiro desvio está relacionado ao acesso privilegiado e desproporcional aos direitos e aos recursos ambientais, em que poucos beneficiários lucram com o acesso a esses recursos, enquanto a sociedade arca com a maior parte dos custos dos processos produtivos. Os argumentos a favor desse primeiro desvio estão articulados à naturalização da necessidade econômica, ligada à geração de emprego, ao aumento dos rendimentos e à garantia do suprimento de produtos vistos como economicamente insubstituíveis. No entanto, a partir de dados secundários, o autor mostra que os principais poluidores tendem a ser produtores de commodities, gerando poucas receitas, com baixo nível de empregabilidade e altos índices de emissões de gases de efeito estufa (GEE).

Apesar dessa distribuição desigual e das consequências relacionadas a ela, Freudenburg (2005) destaca que raramente os pressupostos que as mantêm são questionados, um dos fatores que possibilita a legitimação da atual organização social. O outro fator que

contribui para esta legitimação está relacionado ao “desvio de atenção”, o outro componente do argumento do “desvio duplo” elaborado por Freudenburg (2005). Refere-se à deslegitimação dos críticos que venham a contestar os privilégios estabelecidos. Isto se dá pela homogeneidade com que as críticas são tratadas tanto pelo setor econômico como pela mídia em geral, que as assumem como críticas à tecnologia e, portanto, os atores que as propagam são tidos como avessos às inovações tecnológicas, enquanto os questionamentos mais fundamentais são silenciados nos diversos debates. Nesse contexto, o autor sugere alguns direcionamentos para a pesquisa no campo das relações ambiente-sociedade em particular e na sociologia de forma mais ampla:

... existe a necessidade de uma maior atenção para as relações entre o poder sobre os discursos e o poder sobre os recursos - incluindo especificamente a necessidade de mais atenção para as formas em que os resultados são moldados pelos padrões socialmente estruturados e privilegiados de acesso aos recursos (FREUDENBURG, 2005, p. 108).

Diante da atual organização do sistema econômico, Humpreys (2009) destaca que o discurso alicerçado na ideologia neoliberal tem se mostrado como hegemônico e exerce grande influência nos direcionamentos relativos às questões ambientais. Segundo o autor, tal discurso é baseado em três princípios fundamentais:

- mercantilização, que preza pela liberdade dos indivíduos e empresas em defenderem os próprios interesses diante do mercado e propõe a conservação dos recursos naturais a partir da precificação vinculada a mecanismos de mercado;
- reforço do papel do setor privado, que defende a propriedade como melhor alternativa para a preservação ambiental, ao invés da gestão do Estado sobre os recursos naturais. No caso destes permanecem sob a propriedade estatal, que o setor privado esteja centralmente envolvido, como no caso do estabelecimento de parcerias público-privadas;

- desregulamentação e voluntarismo, em que prevalece a ideia de que as regulamentações criam distorções no mercado, portanto, são onerosas e ineficientes. A proposta é que, se os mercados estão funcionando de forma eficiente, a adesão aos regulamentos e regras deve ser opcional.

Considerando que o discurso neoliberal é hegemônico, então as lutas pelo poder (FOUCAULT, 2012) que envolvem a problemática ambiental se dão a partir de enfrentamentos em diversos ambientes políticos e institucionais, que envolvem também disputas acerca da atual organização do capital. No entanto, Stirling (2014) observa que “a capacidade coletiva para um discurso político crítico aberto, progressivo e plural, está cada vez mais prejudicada” (p. 6). Segundo o autor, as raízes dos desafios ambientais estão cada vez mais associadas a questões ligadas ao comportamento individual, enquanto as estruturas e os interesses ligados ao poder não são questionados, indicando um distanciamento da abordagem da problemática ambiental como luta política.

Especialmente nas questões ambientais, em que inúmeras pessoas dos vários setores da sociedade estão envolvidas na compreensão de qual é o problema “real”, a análise do discurso contribui no sentido de investigar como os diversos atores buscam influenciar na definição dos problemas e como exercem o poder ao tentar impor um discurso particular. Assume-se, portanto, que os atores desempenham um importante papel ao posicionarem a si mesmos e aos outros perante determinada problemática ambiental, com base em categorias do discurso (HAJER; VERSTEEG, 2005).

3.1 Discursos ambientais: uma proposta de categorização

Considerando o desenvolvimento e a diversificação da preocupação ambiental desde 1960, Dryzek (1997) observou a proliferação de diferentes perspectivas sobre a problemática ambiental. A partir da noção de “discurso” como prática social, o autor se propôs a dar sentido a essa proliferação, organizando uma tipologia dos discursos ambientais. Para o autor, a problemática ambiental encontra-se no cruzamento entre os

ecossistemas e os sistemas sociais humanos, ambos dotados de complexidade, imprimindo, assim, dupla complexidade às questões ambientais. A problemática ambiental pode ser interpretada a partir de diferentes “pontos de vista”, gerando perspectivas distintas para o mesmo problema e, em algum momento, a forma como essa problemática será tratada dependerá do saldo dessas perspectivas concorrentes.

Dryzek destaca que o discurso ambiental teve início na sociedade industrial, período em que o industrialismo era o discurso dominante, marcado pelo compromisso global com o crescimento da quantidade de bens e serviços produzidos e com o bem-estar material resultante deste crescimento. Nesse contexto, o discurso ambiental, então, surgiu como um questionamento, tendendo a se afastar dos termos do industrialismo. Dryzek identificou duas formas diferentes desse afastamento, radical e reformista, e usou-as como critério para categorizar os discursos ambientais.

A segunda categorização diferencia esses discursos em “prosaico” ou “imaginativo”. O primeiro refere-se a uma perspectiva que relaciona os problemas ambientais à economia industrial estabelecida e propõe ações que questionam esta forma de organização social. O segundo, “imaginativo”, aborda os problemas ambientais como oportunidades, sem contrapô-los ao sistema industrial, com um pensamento criativo que pode buscar mudanças radicais ou pequenas. Ao confrontar estes dois critérios, Dryzek estabeleceu quatro categorias gerais de abordagem das consequências socioambientais do ambientalismo, apresentadas na Tabela 3.1.

Tabela 3.1 - Classificação dos discursos ambientais propostos por Dryzek (1997)

	Reformista	Radical
Prosaico	Solucionador de problemas	<i>Survivalism</i>
Imaginativo	Sustentabilidade	Radicalismo Verde

Fonte: Dryzek (1997)

A partir destas categorias iniciais, Dryzek (1997) definiu e analisou subcategorias, que se ramificaram a partir das quatro primeiras. O Survivalism foi o único que o autor não ramificou, mas apresentou um discurso oponente denominado “prometeico”. A

categoria “solucionador de problemas” foi dividida em três: “racionalista administrativo”, “pragmatismo democrático” e “racionalista econômico”. A partir da categoria da sustentabilidade ramificaram-se outras duas: “desenvolvimento sustentável” e “modernização ecológica”. A categoria “radicalismo verde” também originou outras duas: “romantismo verde” e “racionalismo verde”. A Tabela 3.2 sintetiza a classificação e as ramificações propostas por Dryzek (1997):

Tabela 3.2 - Subcategorias dos discursos ambientais propostos por Dryzek (1997)

Categoria	Classificação	Ramificações
<i>Survivalism</i>	Radical - prosaico	Discurso oponente Prometeico (esta categoria não foi ramificada).
Solucionador de Problemas	Reformista - prosaico	Racionalista Administrativo Pragmatismo Democrático Racionalista Econômico
Sustentabilidade	Reformista - imaginativo	Desenv. Sustentável Modernização Ecológica
Radicalismo Verde	Radical - imaginativo	Romantismo Verde Racionalismo Verde

Fonte: Dryzek (1997)

É importante destacar que este é um exercício classificatório, portanto, como todo esforço deste tipo, inclui simplificações e, como indica o próprio autor, estas categorias dos discursos ambientais não são totalmente descontínuas e podem ocorrer sobreposições.

A primeira classe de discurso descrita por Dryzek (1997) é o survivalism. Trata-se de um discurso baseado nos limites ecológicos. Tem como marco inicial a publicação do relatório “Os Limites do Crescimento”, publicado em 1972, financiado pelo Clube de Roma. Como uma forma de prevenir a degradação ambiental, o relatório apoiava-se na ideia neo-malthusiana de que o crescimento da população humana levaria a uma

escassez dos recursos naturais e, assim, propunha a adoção do “Crescimento Zero” (DRYZEK, 1997).

Nesta categoria, os estoques de recursos naturais e a capacidade suporte dos ecossistemas são considerados finitos. As relações no survivalism são consideradas a partir do conflito e da hierarquia. As elites técnicas e governamentais admitem papel central na sociedade e são consideradas hierarquicamente superiores ao restante da população. Na arena política, a Economia Ecológica representa esta categoria de discurso, e levou aos debates políticos os conceitos de manejo e de sustentabilidade. No survivalism, a capacidade de carga dos ecossistemas e populações são conceitos chaves e os biólogos e cientistas que trabalham com modelagem computacional têm papel central (DRYZEK, 1997).

O discurso Prometeico é colocado por Dryzek (1997) como opositor ao survivalism, e teria sido articulado em resposta à emergência deste último, na década de 1970. Na prática, os adeptos desse discurso abordam a existência da natureza como um estoque de matéria e energia, e mantêm a crença na capacidade infinita do planeta de suprir os humanos. Prevalece a ideia de que se um recurso entrar em risco de extinção, a humanidade, sendo portadora de inteligência, conseguirá reverter, a partir da criação ou da descoberta de uma alternativa. Portanto, as questões ambientais seriam resolvidas a partir da ciência e tecnologia (DRYZEK, 1997).

No discurso Prometeico a relação entre os humanos se daria pela competição, que é vista como um incentivo à inovação. Os indivíduos, como homo *economicus*, atuariam de forma egoísta. O governo não teria muita atuação no campo da política ambiental, pois a mão invisível do mercado seria a “mediadora” que, ao final, faria um balanço positivo para todo o grupo.

Dryzek (1997) apresenta também o racionalismo administrativo, uma ramificação da categoria “solucionador de problemas”. Esta subcategoria de discurso assume como fato o status quo do sistema econômico capitalista liberal. Assim como no discurso Prometeico, os racionalistas administrativos entendem a problemática ambiental como passível de ser solucionada pela inteligência humana. O papel do especialista é

ênfatisado e o Estado é o principal agente na solução de problemas ambientais. As relações sociais de hierarquia prevalecem sobre as relações de igualdade e competição.

A regulação é o mecanismo mais utilizado no racionalismo administrativo e concretiza-se a partir de instituições e práticas como agências de controle de poluição, instrumentos regulatórios, estudos de impacto ambiental, dentre outros.

Outra subcategoria ramificada a partir da “solucionador de problemas”, é o **pragmatismo democrático** (DRYZEK, 1997), que também assume como fato o status quo do sistema econômico capitalista liberal. O Estado não é visto como unitário, mas sim, como uma multiplicidade de processos de decisão que inclui os cidadãos e propõe que, dentro da estrutura básica das democracias capitalistas liberais, os problemas ambientais podem ser solucionados de forma interativa. A emergência dos discursos sobre governança e redes está ligada ao pragmatismo democrático. As consultas públicas são um exemplo do instrumental do pragmatismo democrático.

Diferentes concepções sobre ecossistemas naturais e o mundo natural são aceitas no debate democrático. A problemática ambiental também é vista como passível de ser resolvida a partir das soluções advindas da inteligência humana. Todos os atores sociais, individuais ou coletivos, podem desencadear ações fundamentadas por diferentes tipos de motivações.

A última ramificação da categoria “solucionador de problemas” é o **racionalismo econômico** (DRYZEK, 1997), que apresenta um compromisso com a implementação de mecanismos de mercado para atingir fins públicos. A privatização dos recursos naturais é o principal instrumento de preservação, considerando que as pessoas se comprometem com o que possuem, diferentemente do que ocorre em relação aos bens comuns. Os direitos de propriedade e o mercado livre são entendidos como solução para a maior parte dos problemas. O que não pode ser privatizado deve ser regulado, e este seria o principal papel do governo na política ambiental, conforme a lógica do racionalismo econômico. Neste discurso, a competição é a relação básica entre os atores individuais e coletivos, ao mesmo tempo em que a liberdade é enfatizada. Prevalece a concepção antropocêntrica, em que a natureza existe para servir os humanos.

O **desenvolvimento sustentável**, subcategoria da “sustentabilidade” é atualmente o discurso predominante, de acordo com Dryzek (1997). Este discurso abrange sistemas naturais e sociais com uma proposta integradora, embora ainda apresente características antropocêntricas. A relação social predominante é a cooperação. Como em outros discursos já descritos, assume a economia capitalista como fato consumado, e afirma que é possível obter crescimento econômico, proteção ambiental e justiça social ao mesmo tempo. A atuação das organizações intergovernamentais e não governamentais recebem destaque. O desenvolvimento sustentável é um discurso global, mas também considera as questões regionais e locais.

A outra ramificação da categoria “sustentabilidade” é a **modernização ecológica**. Neste discurso é proposta uma reconfiguração consciente e de longo prazo para que o desenvolvimento econômico e a proteção ambiental possam caminhar juntos e se fortalecerem mutuamente. A degradação ambiental é percebida como um problema estrutural, que deve ser enfrentado modificando a forma como a economia está organizada, porém, sem preconizar um sistema econômico diferente. A modernização ecológica está ligada à ideia de progresso social e as mudanças propostas são intencionais, e não um produto da “mão invisível” do mercado.

A última categoria analisada pelo autor, “radicalismo verde”, também se ramificou em duas subcategorias principais, embora abarque uma série de ideologias e movimentos diferentes. O **romantismo verde**, uma dessas subcategorias principais, refere-se a discursos que propõem a superação da problemática ambiental a partir de mudanças individuais. Esta subcategoria inclui diversos movimentos, como a ecologia profunda, o ecofeminismo, o bioregionalismo, a cidadania ecológica, o estilo de vida verde, a ecolteologia e o verde comunitarismo. Como características comuns destes movimentos, a subjetividade e a sensibilidade ecológica são colocadas em destaque. A ideia de que a natureza pode ser compreendida e manipulada com base em conhecimentos científicos é rejeitada. Não há interesse pelas instituições e estruturas sociais que formam a sociedade industrial, bem como por propostas alternativas a esta organização. Governos, mercados e políticas são temas pouco frequentes nesta categoria de discurso. No

discurso do romantismo verde não são as forças materiais que podem mudar o mundo, mas sim, as ideias.

A outra subcategoria principal do “radicalismo verde” é o **racionalismo verde** que, segundo o Druzek (1997), pode ser definido como uma radicalização seletiva e ecologicamente guiada dos valores do iluminismo. O autor reconhece que o espectro desta subcategoria é amplo, e entre as manifestações incluídas nesta classificação podem existir interfaces e oposições. Diferentemente do romantismo verde, reconhece-se que a estrutura social pode fazer diferença, assim, as estruturas sociais, econômicas e políticas influenciam na solução dos problemas ambientais. Há o alerta para a necessidade de mudanças, mas não em direção a um retorno romântico à natureza, pois a solução dos problemas ambientais não pode ser reduzida à sensibilidade dos indivíduos. Neste discurso a hierarquia é condenada, e assume-se uma relação de equidade entre os indivíduos, pelo menos em relação ao engajamento no debate sobre os fins coletivos. Como manifestação desse discurso, Dryzek (1997) cita os partidos verdes europeus; a ecologia social, que se preocupa com questões relacionadas às injustiças na sociedade e é compreendida como um eco-anarquismo que nega a hierarquia na natureza e na sociedade, porém incute ao homem um papel especial por ter atingido a consciência; o movimento por justiça social, que se preocupa com os riscos gerados pela sociedade industrial, e como eles atingem prioritariamente as populações mais pobres; além do eco-marxismo e dos movimentos pelos direitos dos animais, entre outros. Há o questionamento da razão instrumental a serviço da arrogância antropocêntrica e do crescimento econômico descontrolado. As relações de competição no campo econômico devem ser contrabalanceadas por estruturas políticas igualitárias.

A seguir o Quadro 3.1 apresenta as informações sobre os diferentes discursos de forma resumida.

Quadro 3.1 - Síntese dos discursos do ambientalismo moderno

Subcategoria do discurso	Entidades reconhecidas ou construídas	Premissas sobre as relações naturais	Agentes e seus motivos
Survivalism	Estoques finitos de recursos, capacidade de carga dos ecossistemas, populações, elites.	Conflito, hierarquia, controle.	Elites, motivação é lucrar.
Prometeico	Natureza como matéria prima, mercados, preços, energia, tecnologia, pessoas.	Hierarquia dos humanos sobre tudo; competição.	Indivíduo motivado pelo autointeresse material.
Racionalismo Administrativo	Capitalismo liberal, Estado administrativo, especialistas, gestores.	Natureza subordinada à gestão humana; pessoas subordinadas ao Estado, controlado por especialistas e gestores.	Especialistas e gestores motivados pelo interesse público (definido por eles mesmos)
Pragmatismo Democrático	Capitalismo liberal, cidadãos.	Igualdade entre os cidadãos, relações políticas interativas, misturando competição e cooperação.	Agentes diversos; a motivação é mistura de autointeresse material e múltiplas concepções do interesse público.
Racionalismo Econômico	Homo economicus, mercados, preços, propriedade, governos. Cidadãos não são considerados.	Competição, hierarquia baseada em expertise, subordinação da natureza.	Homo economicus; autointeresse; alguns funcionários do governo podem ser motivados por interesses públicos.

Continua

Quadro 3.1 - Conclusão

Subcategoria do discurso	Entidades reconhecidas ou construídas	Premissas sobre as relações naturais	Agentes e seus motivos
Desenvolvimento Sustentável	Sistemas sociais e ecológicos em rede, economia capitalista, ambiguidade sobre a existência de limites ao crescimento.	Muitos agentes e diferentes níveis; motivados pelo bem público.	Crescimento orgânico; natureza como capital natural; conexão como progresso; esperança.
Modernização Ecológica	Sistemas complexos, natureza como uma planta de tratamento de lixo, economia capitalista, o Estado.	Parcerias público-privadas; subordinação da natureza; proteção ambiental e prosperidade econômica caminham juntos.	Parceiros motivados pelo bem público.
Romantismo Verde	Limites globais, natureza, ideias.	Relações naturais entre humanos e natureza foram violadas; igualdade entre pessoas e natureza.	Sujeitos, alguns mais conscientes que outros do ponto de vista ecológico; agência também existe na natureza.
Racionalismo Verde	Limites globais, natureza como ecossistemas complexos, humanos com amplas capacidades, estruturas sociais, econômicas e políticas.	Igualdade entre pessoas; complexas interconexões entre humanos e natureza.	Muitos indivíduos e atores coletivos, motivação multidimensional; agência na natureza subestimada, mas não necessariamente negada.

Fonte: adaptado de Dryzek (1997)

Dryzek (1997) afirma que os discursos definidos por ele não são necessariamente competidores entre si, podem ocorrer aproximações e compatibilidades. Por exemplo, uma forma fraca de modernização ecológica é compatível com o racionalismo

administrativo ou com o racionalismo econômico. O radicalismo verde e o survivalism apresentam em comum a ponderação sobre as ideias dos limites globais. Outros exemplos de aproximações e distanciamentos são possíveis.

Esta classificação também orientou a análise dos dados proposta nesta investigação. O objetivo não é o “enquadramento” exato do discurso dos atores entrevistados em uma única categoria, mas sim, identificar as possíveis aproximações e distanciamentos diante da possibilidade de uma variedade de discursos.

3.2 O discurso do agronegócio

Considerando que a pecuária é um setor consolidado dentro do agronegócio, consideraremos também em nossa análise o “discurso do agronegócio” descrito na literatura.

Segundo Porto (2014), o crescimento das atividades ligadas ao setor primário da economia em nosso país, mais especificamente no âmbito do setor agrícola, é um fenômeno recente conectado a um processo complexo de formação discursiva, “ligado à capacidade de reprodução e de renovação do discurso da classe política vinculada à posse da terra, presente historicamente no contexto nacional e que soube renovar-se de maneira bastante significativa” (p. 26).

Resgatando o conceito de “discurso da verdade” de Foucault, Porto (2014) identifica o agronegócio brasileiro com um discurso poderoso e persuasivo que serve interesses específicos, apontando que este “discurso da verdade” adotado pelo setor do agronegócio brasileiro integra:

- (i) a disputa pela ideia de “sustentabilidade”, (ii) a narrativa da modernização, (iii) a bandeira do combate à fome, e (iv) mais recentemente, parece figurar também na linha argumentativa dos representantes do agronegócio uma defesa incólume da legalidade, dos princípios democráticos, do “Estado de Direito”, obviamente não pelas afinidades às bases desses conceitos, mas sim como uma

maneira eficiente de travestir os interesses e as práticas dos agronegócios. (PORTO, 2014, p.27)

Esse complexo processo de construção discursiva fundamenta ações e expressões de determinados grupos sociais não apenas no espaço agrário brasileiro, mas também em uma enorme gama de espaços institucionais pelos quais esta lógica do agronegócio se enraíza e se fortalece no Brasil, alimentando e sendo alimentado pelos debates internacionais, dada a nova configuração do sistema alimentar global.

A prática discursiva do agronegócio, portanto, não se restringe à cadeia produtiva, adquirindo maior complexidade na medida que incorpora fluxos materiais e também imateriais, como capital, informação, ciência e tecnologia. A partir da lógica do setor agrário envolvido no contexto da globalização, diferentes agentes econômicos se organizam, incluindo indústrias, canais de distribuição e comércios (SOUZA, 2011)

Bruno (2009) parte do suposto de que há uma hegemonia do agronegócio no Brasil atualmente, constituído a partir das transformações da agricultura e da sociedade nacionais. A partir do estudo da construção política da palavra “agronegócio”, a autora buscou compreender “o modo como porta-vozes do patronato rural e do agronegócio fazem uso da linguagem no processo de construção da dominação”. Alguns “supostos” presentes nas argumentações de lideranças do agronegócio brasileiro foram identificados.

Três desses “supostos” são: (i) o princípio da valorização de lideranças do setor do agronegócio e desqualificação do outro”, o “outro” sendo os trabalhadores rurais, os agricultores pequenos e os movimentos sociais no campo; ii) “a crença na ausência de alternativas históricas outras além do agronegócio”, sendo este considerado uma atividade de grande importância para o país, especialmente pela capacidade de geração de riqueza; iii) “o agronegócio como expressão da modernidade e de um novo modelo de desenvolvimento que atende os interesses e as necessidades de todos”, sendo reconhecido como uma atividade produtiva, rentável e moderna.

De acordo com Weis (2007), a concepção da eficiência produtiva relacionada a agricultura capitalista industrial é uma base importante das narrativas dominantes de

desenvolvimento. Considerando, assim, o discurso como prática social, que envolve disputas de poder (FOUCAULT, 1996), estas abordagens sobre o discurso do agronegócio contribuíram para a análise proposta neste estudo.

4 A PECUÁRIA GLOBAL: IMPLICAÇÕES PARA O AMBIENTE E PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR

A pecuária em geral – não só aquela que se refere ao gado, mas à criação de todos os animais domésticos em áreas rurais - vem se estabelecendo como uma importante atividade econômica global, distribuída em diferentes países e com extrema diversidade técnica. Em áreas com pouca demanda de produtos animais ainda prevalece a produção para a subsistência, enquanto que em regiões de alto consumo ou com grande participação no mercado global, há um alto emprego de tecnologias. Cada forma de produção gera impactos distintos, assim, o setor pecuário afeta uma enorme gama de recursos naturais e exerce diferentes tipos de pressões sobre estes recursos.

Atualmente, a pecuária é a principal atividade responsável pelo uso da terra no planeta (FAO, 2015). Considerando a distribuição de pastagens e a plantação de grãos para a produção de alimento animal, o setor pecuário ocupa cerca de 30% da superfície terrestre, desprezando a área coberta por gelo. Dos 3,9 bilhões de hectares utilizados pela pecuária, aproximadamente 0,5 são destinados para culturas de grãos, 1,4 são ocupados por pastos com relativa alta produtividade e os 2 bilhões restantes são extensas pastagens com produtividade baixa (STEINFELD et al., 2006).

Estes dados refletem uma das mais poderosas tendências na agricultura mundial: o aumento vertiginoso da produção e do consumo de carne e derivados, transformando estes alimentos, que historicamente eram periféricos na alimentação humana, em produtos centrais e cada vez mais presentes na dieta das populações de diversos países. O relatório da FAO (2002) relata o aumento do consumo per capita de carnes nos países em desenvolvimento, que saltou de 10 kg anuais em 1964 para aproximadamente 26 kg em 1997. Nesse mesmo período de apenas 33 anos, o consumo per capita de leite e derivados nesses países também experimentou um rápido crescimento, partindo de 28 kg em 1964, para 45 kg em 1997. Dois países em que essa mudança foi bastante evidente foram a China e o Brasil. Entre 1961 e 2009, o consumo per capita na China aumentou de 4 para 59 kg, enquanto no Brasil variou de 28 para 73 kg no mesmo período (WEIS, 2013). Apesar deste aumento, dados da FAO apontam que existem

disparidades extremas em relação ao consumo de carne, devido a questões econômicas e culturais. A Tabela 4.1 apresenta os dados relativos a estas disparidades. É importante ainda destacar que as baixas médias nacionais per captas ocultam diferenças de consumo que ocorrem entre as diversas classes sociais dentro dos países.

Tabela 4.1 - Disparidades entre os países de maior e menor consumo per capita de carne no ano de 2009

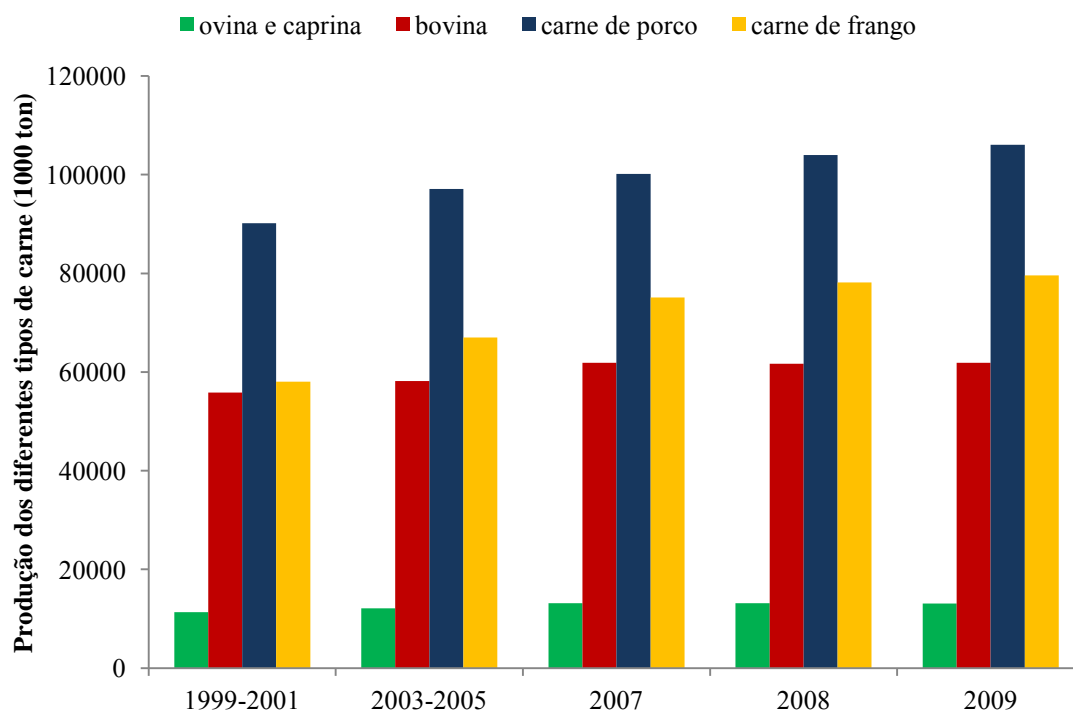
Local	Consumo per capita de carne (kg)	Diferentes representatividades entre os dois grupos distintos:
Líderes Mundiais no Consumo de Carne		
EUA	120	<ul style="list-style-type: none"> • 12% da população mundial • 34% da produção mundial de carne (em volume) • 30% do consumo mundial de carne • 68% das exportações mundiais deste produto
Austrália	118	
Nova Zelândia	118	
Argentina	113	
Canadá	102	
Europa Ocidental	85	
Menores Consumidores Mundiais de Carne		
Sudeste da Ásia	27	<ul style="list-style-type: none"> • mais de 50% da população mundial • menos de 16% do consumo e da produção de carne
África	18	
Sul da Ásia	7	

Fonte: adaptado de Weis (2013)

O crescimento de consumo e de produção caminham juntos. No século passado houve um aumento da produção de animais a partir da substituição de “sistemas de pastoreio” por dois outros tipos de sistemas: os “sistemas mistos”, em que mais de 10% da alimentação vem de culturas ou subprodutos de culturas; e os “sistemas industriais” ou “sistemas de produção animal sem terra”, em que a maior parte da alimentação (mais de 90%) é produzida fora da fazenda, de acordo com a classificação de Sere e Steinfeld (1996). Nos países industrializados a produção de animais monogástricos, como aves e porcos, já acontece predominantemente em sistemas confinados, que estão gradualmente sendo implantados também nos países em desenvolvimento, especialmente na Ásia (THORNTON, 2010). A tendência é que a comercialização desse tipo de carne aumente ainda mais a sua importância frente aos ruminantes, elevando a

demanda de rações à base de cereais. Mesmo assim, a produção de carne vermelha tende a aumentar 2,4% anualmente nos países em desenvolvimento, o que levaria estes países a terem uma participação de 66% da produção mundial, cerca de 247 milhões de toneladas anuais (BRUINSMA, 2003). Na década entre 1999 e 2009, mundialmente, a produção de carne de porco foi a mais volumosa, apresentando crescimento contínuo e saltando de 90 milhões de toneladas no início da década para 106 milhões de toneladas após dez anos, enquanto a carne de frango, a segunda mais produzida no mundo, teve aumento de produção partindo de 58 milhões de toneladas em 1999 para 79,5 milhões de toneladas em 2009. No mesmo período, a produção de carne bovina aumentou de 55 milhões para 61 milhões de toneladas e a produção de carne ovina e caprina cresceu de 11 para 13 milhões de toneladas. A figura 4.1 apresenta os dados referentes a esse crescimento de produção mundial dos diferentes tipos de carne no período entre 1999 e 2009 (FAO, 2010),

Figura 4.1: Variação da produção mundial dos diferentes tipos de carnes na década entre 1999 a 2009.



Fonte: Adaptado de FAO (2010)

Com os sistemas de confinamento, a produção de cereais para produzir ração também cresceu em escala mundial, especialmente as duas principais culturas destinadas para alimentação animal: milho e soja. A área mundial de cultivo de milho aumentou mais que 50%, enquanto a área destinada ao plantio de soja mais que quadruplicou entre os anos de 1961 e 2009 (WEIS, 2013). Além do aumento das áreas ocupadas por estas culturas, também houve um ganho de produtividade, o que levou ao crescimento de mais de oito vezes na quantidade de soja produzida no mesmo período. Atualmente o milho e a soja são as culturas alimentares mais comercializadas internacionalmente. Por exemplo, entre os anos 1990 e 2009, as exportações de soja do Brasil saltaram de 4 para 29 milhões de toneladas, enquanto as importações deste produto na China subiram de 2 para 45 milhões de toneladas no mesmo período, como reflexo do aumento da produção de carne naquele país (WEIS, 2013).

Estes dados exorbitantes sobre produção e consumo refletem, na realidade, uma nova organização econômica do sistema alimentar global, que tem na pecuária uma das suas expressões mais evidentes. Com a economia globalizada, os sistemas alimentares adquirem novas configurações, sendo definidos por Ericksen (2008), como sistemas complexos que incluem as interações entre os ambientes humanos e biogeofísicos, além das atividades desde a produção do alimento até o seu consumo, e os resultados destas atividades (contribuições para a segurança alimentar, segurança ambiental e bem-estar social). O autor ainda destaca que no século XXI tanto os sistemas alimentares como a segurança alimentar são caracterizados pelas alterações sociais e econômicas, como a intensificação acentuada da produção de alimentos, o enorme crescimento do processamento e do acondicionamento dos produtos alimentares, concentração empresarial no varejo e distribuição, e da crescente influência do grande número de consumidores urbanos.

Nesse contexto, estudos científicos sinalizam a produção pecuária industrial como uma ameaça para as pessoas e para o ambiente. Weis (2010, 2013) explica que o complexo industrial grãos-oelaginosas-pecuária envolve uma profunda reconfiguração da organização histórica da agricultura, levando à simplificação biológica e à padronização. O aumento vertiginoso do consumo de carne, especialmente na China, é

um dos grandes reorganizadores deste sistema, elevando a quantidade de monoculturas espalhadas pelo mundo para abastecer o mercado voltado à produção de ração, que em grande parte é exportada para a China, onde os animais são produzidos.

Nesta reconfiguração do sistema alimentar, Scheneider (2014) propõe o conceito de “*meat grabbing*”, como um aprofundamento na pesquisa de “*land grabbing*”, buscando conectar as análises deste ramo de pesquisa a formas mais específicas de expropriação e acumulação. O conceito de “*land grabbing*” refere-se à compra ou aluguel de terras por atores capitalizados – indivíduos ou corporações estrangeiras – que podem ameaçar os direitos humanos e a soberania alimentar dos povos. A enorme quantidade de áreas distribuídas em todo o planeta destinadas a culturas para alimentar animais está relacionada ao conceito de “*meat grabbing*”, proposto por Scheneider (2014), que destaca, ainda, o desperdício de calorias produzidas nesse sistema pouco eficiente.

Todas estas alterações de consumo e produção levam também a uma mudança substancial na forma como a pecuária altera os recursos naturais, desencadeando processos extremamente dinâmicos e complexos que estão relacionados a importantes questões ambientais. Embora a conservação da biodiversidade seja fundamental para a segurança alimentar, paradoxalmente, a busca pelo aumento da produção de carne tem promovido a vulnerabilidade das espécies do planeta. Ambientes mais biodiversos são mais resilientes e apresentam mais estabilidade em resposta a perturbações ambientais, no entanto, a destruição, a fragmentação ou a degradação de habitats naturais provocadas pela pecuária a partir do desmatamento, da destruição de matas ciliares ou da drenagem de zonas úmidas, contribuiu e ainda contribui demasiadamente para a perda da biodiversidade em todo o planeta (STEINFELD et al., 2006).

De acordo com Reid et al. (2009), embora existam alguns aspectos positivos da atividade pecuária sobre a biodiversidade, a maior parte deles é negativa. Os aspectos negativos levantados por estes autores podem ser classificados considerando a forma como são gerados. A partir desse critério, é possível diferenciar três tipos de impactos: 1) impactos gerados pelas próprias populações de animais domésticos, como a transmissão de doenças desses animais para a fauna silvestre e a simplificação das

paisagens devido à intensificação da competição entre animais domésticos e silvestres; 2) impactos gerados pela produção de alimentos para animais domésticos: perda da biodiversidade em virtude da competição entre plantas nativas e culturas agrícolas para a alimentação animal; sobrepesca para a produção de farinha de peixe; 3) impactos gerados por resíduos, insumos ou subprodutos relacionados à atividade: emissões de gases de efeito estufa que causam mudanças climáticas e poluição dos cursos d'água e do solo com nutrientes, drogas e sedimentos.

É possível observar que os impactos da pecuária sobre o ambiente são interligados e interdependentes. Os recursos hídricos, por exemplo, além da relação com a perda da biodiversidade devido aos impactos gerados pelos resíduos, o setor agropecuário mundial contribui com cerca de 70% do uso da água, e este uso vem aumentando – no último século o uso da água por esses setores aumentou 5 vezes. Na pecuária especificamente, a exploração da água refere-se ao fornecimento para matar a sede dos animais, para o cultivo das culturas para alimentação animal e, também, nos processos ocorridos nas indústrias que processam a carne. Estes fatos contribuem com a escassez de água para outros fins (TORTON et al. 2009).

Outro aspecto relevante relacionado ao grande aumento da criação de animais para consumo refere-se às doenças: tanto aquelas que acometem os animais como aquelas cujos vetores de transmissão são os próprios animais. A influência das mudanças climáticas sobre a saúde dos animais é uma grande incerteza, e ter grande parte da segurança alimentar mundial vinculada ao sistema de produção de proteína animal é um importante risco para a humanidade. Outro aspecto relacionado às mudanças climáticas é a transmissão de doenças que dos animais para os humanos, especialmente crítico devido ao risco de aumento de enchentes (TORTON et al. 2009).

Apesar de ser responsável pela utilização da maior parte da terra agriculturável do planeta, mais de 70%, a contribuição da pecuária para o nosso abastecimento alimentar é questionável. De acordo com Foley (2011), os sistemas de pastejo, especialmente aqueles desenvolvidos em áreas inadequadas para a produção de outros alimentos e os sistemas mistos de lavoura-pecuária podem agregar calorias e proteínas ao sistema

alimentar mundial, contribuindo para a segurança alimentar em muitas regiões. No entanto, ainda segundo este autor, o desvio de terras altamente produtivas para a cultura de grãos com finalidade de alimentação animal, representa uma evasão do potencial alimentar mundial. A baixa eficiência dos animais em converter alimentos em proteínas torna desproporcional a necessidade de recursos naturais alocados nesta atividade em comparação aos benefícios nutricionais para a humanidade (SMIL, 2002).

4.1 Segurança alimentar: nova abordagem em um contexto de liberalização econômica

A segurança alimentar é um desafio que a sociedade humana enfrenta há muito tempo. Para além das questões relacionadas ao crescimento populacional e à quantidade de alimento produzido, a fome – e o seu enfrentamento – é uma questão política e econômica.

Em 1996, durante a Cúpula Mundial para a Alimentação promovida pela Organização das Nações Unidas em Roma, o conceito de “segurança alimentar” foi definido como “quando todas as pessoas têm acesso o tempo todo, a alimento suficiente, seguro e nutritivo, para manter uma vida saudável e ativa”. A construção histórica deste conceito ocorreu a partir de um intenso processo político que refletiu as diferentes formas de compreender o futuro da alimentação mundial e, também, os diversos interesses econômicos de vários países.

No período após a Primeira Guerra Mundial, a segurança alimentar passou a ser uma preocupação premente na Europa e a sua interpretação tinha estreita ligação com o conceito de segurança nacional e com a soberania alimentar de cada país. Esta interpretação estava relacionada ao momento histórico que aquele continente vivenciava e evitava a vulnerabilidade dos países perante possíveis embargos ou boicotes por razões políticas ou militares (MALUF et al., 2001).

A proposta de SA foi perpetuada até o início da década de 1970, período em que houve uma grande quebra de safras e os estoques de alimentos estavam reduzidos. Em 1974, durante a primeira Conferência Mundial de Segurança Alimentar, promovida pela FAO, prevaleceu a ideia de que a segurança alimentar estava quase exclusivamente ligada à capacidade de produzir alimentos, fortalecendo o argumento da indústria química a favor da Revolução Verde, que prometia aumentar a produção a partir do uso intensivo de insumos agrícolas (MALUF et al., 2001). Iniciava-se, assim, a evolução de um processo que culminaria em uma nova elaboração discursiva em relação à segurança alimentar, enraizada na política de liberalização.

Na agricultura, a liberalização teve início em 1986 na “Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais”, com forte influência dos EUA. Os EUA propalavam a autossuficiência e segurança alimentar como conceitos distintos, sendo a segurança alimentar a capacidade de adquirir alimento sempre que necessário, o que seria mais fácil a partir de uma gama de fornecedores do mercado mundial do que pela autossuficiência, definida como dependência exclusiva na produção nacional (McMICHAEL, 2001). A partir do direcionamento dos excedentes para os países do Sul, buscou-se politicamente bloquear o aumento de subsídios agrícolas nacionais praticados pelos governos de diversos países e, também, gerenciar a crise de superprodução decorrentes das políticas agrícolas dos Estados Unidos e da Comunidade Europeia. Após 8 anos de negociações, a Rodada do Uruguai mudou definitivamente a forma de produzir, comercializar e consumir produtos agropecuários e foi considerada o maior acordo comercial da História. As reformas implementadas incluíram a redução da proteção do comércio, dos subsídios agrícolas e da intervenção do governo.

Depois do grande acordo da Rodada Uruguai fortaleceu-se o discurso do combate à fome, à desnutrição, e os riscos de insegurança alimentar através da política dos preços das commodities. Sendo assim, as políticas de desenvolvimento se centraram cada vez mais na intensificação do comércio internacional, sob a regência da OMC (Organização Mundial de Comércio) e com intervenções do Banco Mundial e do FMI (Fundo Monetário Internacional) (McMICHAEL, 2005).

Estas alterações ocorridas na agropecuária nas últimas décadas fazem parte do contexto maior de globalização – o “fato de que estamos cada vez mais vivendo em um mesmo mundo, de modo que os indivíduos, grupos e nações se tornaram cada vez mais interdependentes” (GIDDENS, 2012, p. 102), e uma nova divisão internacional do trabalho gradualmente transforma as empresas multinacionais em atores centrais (SANTOS, 2002).

Assim, as produções nacionais de alimentos tornaram-se gradualmente mais integradas em um sistema alimentar mundial que, por sua vez, envolve volumes e valores cada vez maiores. Esta nova integração desencadeia importantes mudanças, como o aumento da importação de alimentos pelos países em desenvolvimento, a priorização pela produção de produtos agrícolas para atender o mercado externo, o crescimento da comercialização de alimentos processados e, o mais marcante, a ampliação da participação das corporações transnacionais no setor de alimentos (CLAPP; FUCHS, 2009).

A re-primarização da economia da América é também chamada de “Consenso das commodities” (SVAMPA, 2013) para capturar a nova ênfase na comercialização de commodities. A lógica de acumulação leva à monocultura, à superexploração dos recursos naturais e à destruição da biodiversidade. Leva também a novas formas de dependência e dominação nas sociedades, a concentração de terra e a reconfiguração dos territórios. As consequências desta desencadeou em muitos países periféricos, inclusive no Brasil, um desmantelamento dos modos locais de produção e, ainda, levou à diminuição do apoio público à agricultura familiar. Os pequenos produtores produzem 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros (CLEMENTS; FERNANDE, 2013) – inclusive as hortaliças reconhecidas também pelo governo brasileiro como especialmente importantes e atualmente em déficit nas dietas das populações. Apesar disso, nos discursos econômicos e políticos das instituições dominantes, este tipo de alimento perde destaque/visibilidade. Nas formulações das políticas públicas no Brasil, a redução dos produtores pequenos ao modelo de agricultura familiar nega o apoio necessário a muitos produtores, aos quais o modelo se encaixa cada vez menos por conta de uma variedade de transformações sociais e econômicas que não são incluídas ao longo do processo (NOLASCO, 2016).

Além de levarem a uma homogeneização da cultura alimentar mundial, estes fatores somados resultaram em graves consequências para a segurança e a autonomia alimentar na América Latina (CARVALHO, 2013); resultaram na persistência da fome mundial, mesmo após as promessas relacionadas à revolução verde e à integração mundial dos meios de produção e comercialização. Dados recentes da FAO (sigla em inglês da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) apontam que em 2015 as estimativas indicavam que cerca de 750 milhões de pessoas no mundo estavam subalimentadas, aproximadamente uma para cada nove habitantes (FAO, 2015). A tabela 4.2 apresenta os dados desta Organização referentes ao número absoluto e à porcentagem (ou prevalência de desnutrição, definida pela FAO como “probabilidade de um indivíduo escolhido aleatoriamente de uma população para estar consumindo menos de seu / sua exigência para uma vida ativa e saudável”) de pessoas subnutridas por continente (FAO, 2015).

Tabela 4.2: Número de pessoas subnutridas (milhões) e prevalência (%) da fome

	1990-92		2000 - 02		2005 - 07		2010 -12		2014 - 16	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
Mundo	1010,6	18,6	929,6	14,9	942,3	14,3	820,7	11,8	794,6	10,9
Países Desenvolvidos	20,0	<5,0	21,2	<5,0	15,4	<5,0	15,7	<5,0	14,7	<5,0
Países em Desenvolvimento	990,7	23,3	908,4	18,4	926,9	17,3	805,0	14,1	779,9	12,9
África	181,7	27,6	210,2	25,4	213,0	22,7	218,5	20,7	232,5	20,0
Ásia	741,9	23,6	636,5	17,6	665,5	17,3	546,9	13,5	511,7	12,1
América Lat e Caribe	66,1	14,7	60,4	11,4	47,1	8,4	38,3	6,4	34,3	5,5
Oceania	1,0	15,7	1,3	16,5	1,3	15,4	1,3	13,5	1,4	14,2

Fonte: Adaptado de FAO (2015)

Surgindo nesse contexto da mercantilização dos alimentos, o discurso da segurança alimentar legitimou a privatização de uma agricultura mundial subordinada ao capital. A legitimação resulta do fato de não se questionar esse rearranjo do sistema alimentar

global e da propagação de um enquadramento da “agricultura mundial”, o qual não se refere “a totalidade da agricultura em toda a Terra, mas a um espaço transnacional de agricultura corporativa e às relações alimentares integradas por circuitos de commodities” (McMICHAEL, 2005, p. 286).

4.2 A pecuária bovina brasileira

Diante dessa dinâmica internacional, regida pelo atual sistema econômico hegemônico que modificou a organização dos sistemas alimentares no mundo todo, o Brasil vem se consolidando como um país com base econômica alicerçada na exportação de commodities. O agronegócio nacional tem grande representatividade na economia brasileira, pois representa cerca de 25% do PIB e 35% das exportações (BRASIL, 2012).

Estes resultados são consequência de um processo de neoliberalização do agronegócio nacional, que incluiu a incorporação de novas áreas e aumentos de produtividade. Atualmente o Brasil é um importante player no mercado global de alimentos e, com a desaceleração da economia a partir de 2010, tem se estabelecido como ilha de prosperidade e dinamismo na economia brasileira (IORIS, 2016; COLLIER, 2008). No entanto, este setor da economia recebe inúmeras críticas devido a forma como se organiza atualmente, impactando a sociedade e o ambiente de diferentes formas (IORIS, 2016; TEIXEIRA, 2013)

Dentro do agronegócio, a pecuária é um setor com características particulares. Dentre as commodities exportadas, a carne bovina destaca-se como um dos produtos com representatividade na balança comercial do país. Segundo a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC), desde 2004 o Brasil possui a segunda maior produção de carne do mundo, ficando atrás apenas dos EUA. Em 2015, o valor total de exportação da carne bovina brasileira foi de aproximadamente 6 bilhões de dólares,

refletindo um crescimento expressivo das exportações deste produto que saltaram de 159.924 para 1.399.259 toneladas entre os anos de 1997 e 2015 (ABIEC, 2015).

Este aumento vertiginoso das exportações foi acompanhado pela expansão da comercialização da carne brasileira no mercado global, com participação cada vez maior dos países asiáticos e do Oriente Médio. Essa expansão está atrelada à atuação política do Brasil no exterior, que vem tomando um posicionamento cada vez mais em defesa do livre mercado e exercendo pressão para a liberalização do comércio agroalimentar (HOPEWELL, 2013). Como reflexo deste processo, atualmente a produção da pecuária nacional atende o mercado com uma diversidade de produtos. Em 2015, as exportações de carne in natura representaram 77% das exportações em toneladas, os miúdos corresponderam a 14%, enquanto que as tripas, as carnes industrializadas e salgadas representaram os outros 9%. Estes produtos chegam a mais de uma centena de países, espalhados por todos os continentes do planeta. A Tabela 4.3 apresenta os vinte principais importadores da carne nacional no ano de 2015. Esta expressiva exportação atual da carne bovina reflete a reorganização recente da cadeia produtiva. Apesar da importância histórica do gado no país, relacionada inclusive à formação territorial brasileira, durante séculos a pecuária foi tratada como atividade econômica secundária, apoiando outras atividades prioritárias, fornecendo localmente carne, couro e tração animal.

Tabela 4.3 - Exportações Brasileiras de Carne Bovina em 2015 – Total por país

Destino	US\$ (000)	Toneladas
Hong Kong	1.089.087	297.571
Egito	661.160	195.906
Russia	578.773	179.122
Venezuela	534.044	93.269
China	476.562	97.556
Irã	381.436	97.469
Estados Unidos	286.622	30.789
Chile	260.662	54.906
Itália	230.103	34.064

Continua

Tabela 4.3 - conclusão

Destino	US\$ (000)	Toneladas
Holanda	163.714	20.771
Reino Unido	154.311	29.166
Argélia	85.476	19.961
Emirados Árabes Unidos	83.773	17.827
Israel	82.942	15.947
Líbano	73.598	14.590
Singapura	68.428	15.789
Alemanha	66.175	9.372
Angola	61.471	17.381
Espanha	61.029	10.607
Bélgica	57.781	7.846

Fonte: ABIEC (2015)

4.2.1 O discurso desenvolvimentista e o início da migração da pecuária bovina nacional fomentada pelo estado

A partir da década de 1960 iniciou-se uma nova fase para a pecuária bovina nacional, sob influência do discurso desenvolvimentista, cujas raízes no país datam do fim da década de 1940, e propõe a organização política das economias latino-americanas após o fim da Segunda Guerra Mundial. Neste período, buscava-se nestes países a superação definitiva da fase colonial e, para isso, o incremento da industrialização e a urbanização das cidades eram cruciais. As questões ambientais na época ainda não faziam parte da agenda mundial e em 1956, com Juscelino Kubitschek assumindo a presidência, uma nova fase histórica teve início no Brasil. JK implantou o Plano Nacional de Desenvolvimento, com a proposta de transformar a economia nacional, a partir de forte incentivo à indústria e grande apelo nacionalista – foi o período em que o país vivenciou os “50 anos em 5”.

Neste contexto, o processo de reorganização da pecuária estava relacionado à migração das pastagens rumo ao centro e ao norte do país, baseada nas características próprias da pecuária bovina nacional - pouco investimento inicial; eficiência na ocupação e posse de

grandes extensões de terra; baixo rendimento e, por isso, necessidade de implantação em terras baratas – o que permitiu que, historicamente, esta atividade fosse predominantemente empregada na abertura de novas áreas de fronteira agrícola no Brasil (DIAS –FILHO, 2011).

É preciso destacar que incultidos à expressão “expansão da fronteira agrícola”, existem processos sociais extremamente dinâmicos e complexos, que alteraram (e ainda alteram) profundamente a organização das populações locais e promoveram (e ainda promovem) a devastação dos recursos naturais. Na Amazônia, a partir da década de 1960, inúmeros projetos governamentais passaram a promover transformações importantes, tendo como referência o slogan de “vazio demográfico”, que difundia a necessidade de integração nacional desta região, relacionada à necessidade de progresso e crescimento econômico. Isso levou a um crescente devassamento dos recursos naturais, impulsionado por forças motivadoras geradas em espaços “extra-amazônicos e extracontinentais” (FERREIRA; SALATI, 2005). Esta forma de ocupação traz consequências até hoje, conforme explicam os autores:

Herdeira do planejamento do Estado, no período de sua maior centralização nos anos de 1960 e 1970, a estrutura espacial da Amazônia guarda marcas profundas desse período traduzidas, entre outras, pela forte desigualdade na distribuição social de seus recursos naturais, dentre os quais se destaca a terra. Matriz do processo de exclusão social, as distorções nas formas de apropriação e uso da terra levaram a uma desterritorialização de grupos nativos – índios e caboclos – acompanhada de intensa mobilidade populacional que imprime um caráter de instabilidade e não dinamismo, que a própria condição de fronteira naturalmente já transmitiria à ocupação da Região. Tal instabilidade exerce grande pressão sobre o sistema natural sem, contudo, equipar o território para sua eventual ocupação em bases sustentáveis. (FERREIRA; SALATI, 2005, p. 31)

As políticas e alianças lideradas por um Estado autoritário marcaram esta fase de desenvolvimento da Amazônia, sob o discurso “desenvolvimentista”, compreendida aproximadamente entre os anos 1960 e 1980. A atuação do Estado incentivou a migração de produtores para o Norte e beneficiou grupos e setores determinados,

levando à expropriação de grupos sociais e à exploração predatória dos recursos naturais, sem criar condições de inclusão social e econômica para as populações locais. As transformações ocorridas neste contexto foram fatores determinantes para a origem das mudanças da paisagem e do uso da terra na Amazônia (SANTOS; LÉNA, 2011)

O principal instrumento do Governo Federal nesse período, em plena ditadura, eram os incentivos fiscais orientados principalmente para atividades que requeriam grandes quantidades de terra e destinavam-se à exploração de produtos primários que geravam poucos empregos, como a pecuária, a extração de madeira e a mineração. Estas vantagens eram oferecidas a grandes empresários e a grupos econômicos nacionais e internacionais, que podiam, por exemplo, usar uma parte ou até todo o imposto de renda para criar novas empresas na região Amazônica (LOUREIRO; PINTO, 2005). No entanto, muitos empresários não investiram estes recursos em novas empresas, mas sim, compraram terras para especulações futuras, muitas vezes desmatando as áreas para colocar pastagem. Desta forma, grandes extensões de terras públicas, secularmente habitadas por comunidades tradicionais foram vendidas para investidores. O governo ainda disponibilizava financiamentos a juros baixos ou até negativos e concedia inúmeras outras facilidades, beneficiando, assim, grupos econômicos nacionais e internacionais, promovendo uma concentração de renda a partir da exploração dos recursos naturais que eram a base de sustento da população local excluída desse processo, como explicam os autores:

Dessa forma, o Governo Federal abriu mão do dinheiro com o qual poderia modernizar as atividades tradicionais dos pequenos e médios produtores da região ou para investimentos sociais, como escolas, hospitais etc.; preferiu transferir esses recursos para grandes empresas (LOUREIRO; PINTO, 2005, p. 78)

Foi nesse período, marcado por grande incentivo ao modelo agroexportador brasileiro, com crédito público farto e barato, que o agronegócio nacional como um todo foi impulsionado. Nesse contexto, em meados da década de 1970 teve início a modernização da pecuária de corte, com a implementação de programa de créditos para

o desenvolvimento do setor, como o Conselho de Desenvolvimento da Pecuária (CONDEPE), o Programa Nacional de Pastagens (PRONAP) e o Programa Nacional de Desenvolvimento da Pecuária de Corte (PROPEC) (PINAZZA; ALIMADRO, 2000).

Desta forma, o Brasil deixou de exportar apenas produtos tropicais e passou a competir no mercado externo com produtos até então comercializados apenas por países ricos, dentre eles, a carne. Além das mudanças no uso da terra na Amazônia, foi também entre 1970 e 1980 que ocorreu a primeira expansão da fronteira agrícola, com produtores do Rio Grande do Sul migrando para Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Bahia, levando a uma degradação do bioma Cerrado. (JANK et al., 2005).

No aspecto técnico, a introdução de espécies de gramíneas do gênero *Brachiaria*, que se adaptou bem aos solos ácidos e de baixa fertilidade do Cerrado, foi o que permitiu o início da migração da pecuária, tradicionalmente responsável por ocupar áreas marginais enquanto as áreas de boa produtividade agrícola são destinadas a agricultura de grãos. Devido, também, às restrições das pastagens, até a década de 1970, a produção da pecuária bovina nacional concentrava-se principalmente nas regiões Sul e Sudeste do país (MACEDO, 2013).

4.2.2 O crescimento da pecuária nacional a partir da década de 1990

Embora a organização da pecuária nacional tenha sofrido mudanças importantes desde 1960, foi apenas a partir da década de 1990, ainda sob influência das políticas de ocupação do passado, que a atividade ganhou um grande impulso, aumentando a produção. Este impulso está relacionado à grande interferência do mercado internacional na forma que o sistema agropecuário brasileiro produzia e comercializava, levando à busca por maior competitividade e por expansão no mercado externo. Foi nessa época que a fronteira expandiu-se ainda mais, chegando a Rondônia, Tocantins, Pará, Maranhão e Piauí (JANK et al., 2005).

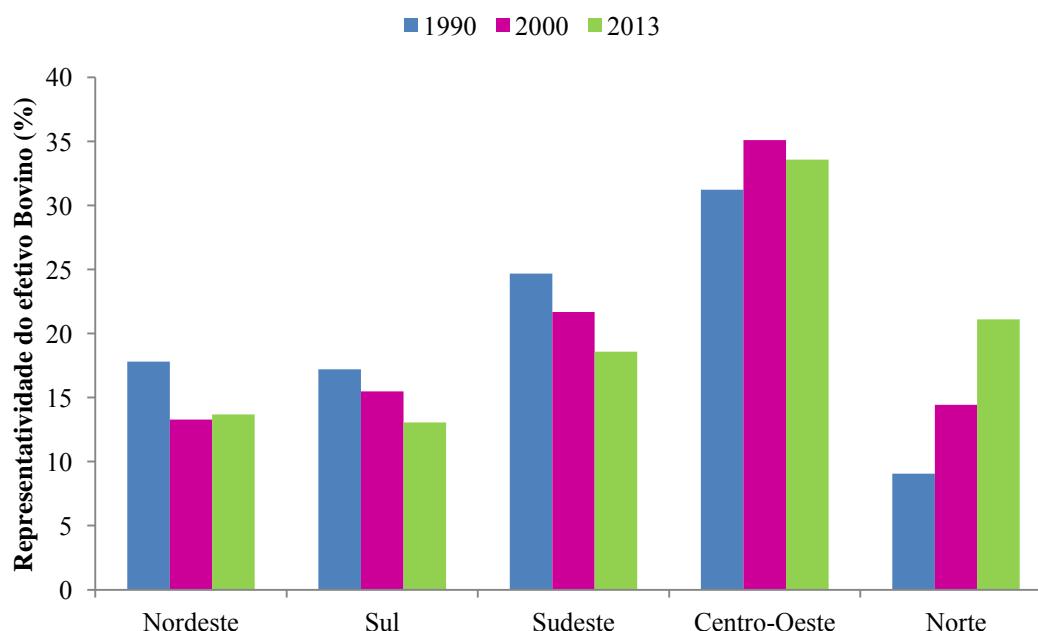
Processos econômicos internos também contribuíram para as mudanças no setor do agronegócio nacional. A partir de 1990 o Estado brasileiro iniciou um programa de

reformas neoliberais e em 1994 foi lançado o Plano Real, um programa macroeconômico de metas de inflação que reforçou a moeda nacional (IORIS, 2016). Inicialmente houve um efeito negativo, pois a importação foi facilitada, o que reduziu a competitividade dos produtos da agropecuária brasileira. No entanto, com a temporária desvalorização da moeda em 1999, os preços favoráveis das *commodities* e o aumento de demandas, o agronegócio nacional foi transformado em um setor transnacional, cada vez mais dominado por grandes empresas estrangeiras e nacionais (PETRAS; VELTRMEYER, 2003)

Assim, a partir da década de 1990 intensificou-se ainda mais a migração da pecuária para o Norte, sob influência do novo arranjo do mercado global. Nesse contexto, nas últimas décadas a Amazônia e o Cerrado vêm se consolidando como principais biomas nos quais se produz carne bovina no Brasil, tanto para o mercado nacional quanto para o internacional. Entre os anos 1997 e 2014, o rebanho nacional aumentou 31,5%, sendo que grande parte deste crescimento ocorreu na Amazônia Legal. Dentre os Estados que mais tiveram aumento do rebanho neste período, citamos o Acre com 224,5%, Rondônia com 194%, Pará com 164% e Mato Grosso com 75% de aumento no número de cabeças de gado (IBGE, 2015). Enquanto que em 1997 o rebanho bovino da Amazônia Legal representava 22% do rebanho nacional, em 2014 essa representatividade já era de 35% (IBGE, 2015).

Os dados relativos ao histórico do rebanho bovino em cada região do país também corroboram esta migração da atividade pecuária. Conforme está apresentado na Figura 4.2, a representatividade do rebanho da região Norte perante o rebanho nacional saltou de 9% para 21% entre os anos 1990 e 2013. Neste mesmo período o rebanho das regiões Sudeste e Sul diminuiu sucessivamente a sua representatividade, enquanto no Nordeste e no Centro-Oeste houve um aumento entre os anos 1990 e 2000, com posterior redução entre 2000 e 2013 IBGE (2015). Esse aumento reflete a ampliação da pecuária nacional justamente nas áreas de expansão do desmatamento na Amazônia brasileira (RIVERO et al., 2009).

Figura 4.2: Variação da representatividade do rebanho bovino nas diferentes regiões brasileiras (%) entre 1990 e 2013



Fonte: IBGE (2015)

Vários fatores contribuíram e ainda contribuem para este deslocamento da pastagem rumo ao Norte: a valorização das terras no Sul e Sudeste do Brasil, que tornou inviável o desenvolvimento de uma atividade menos lucrativa nessas regiões; a disponibilidade de terras públicas para apropriação na fronteira agrícola; a melhora no status sanitário da região que permitiu a exportação; e a impunidade pelos crimes ou infrações ambientais, trabalhistas e fiscais. O aumento da capacidade industrial foi, ao mesmo tempo, causa e consequência do crescimento da pecuária na Amazônia. (SMERALDI; MAY, 2008)

De fato, o status sanitário foi um fator determinante na evolução das exportações nacionais, pois sem esta garantia havia uma grande limitação à comercialização da carne brasileira no mercado externo. Em 1998 foi reconhecida a primeira zona livre de febre aftosa com vacinação no Brasil, que abrangia os Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Em 2001 ocorreu a ampliação da zona livre de febre aftosa com vacinação, com reconhecimento dos Estados da Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso do

Sul, Rio de Janeiro, Sergipe, Tocantins e parte de Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais e São Paulo (BRASIL, 2014). Neste período, a produção de carne nos Estados do Norte já era significativa e era transportada para outros Estados para abastecer o mercado interno, enquanto a carne produzida na zona livre de febre aftosa era exportada, embora denúncias posteriores tenham provado irregularidades neste aspecto (GREENPEACE, 2009).

Em 2005 ocorreu novamente a ampliação da zona livre de febre aftosa com vacinação, com reconhecimento do Acre e mais dois municípios do Estado do Amazonas. Em 2007 a região centro-sul do Estado do Pará também foi reconhecida como zona livre de febre aftosa com vacinação, o que impulsionou ainda mais a atividade pecuária nessa região. Em 2011 a ampliação da zona livre de febre aftosa com vacinação atingiu os Estados de Rondônia e do Amazonas. E, finalmente, em 2014 houve o reconhecimento dos estados de Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e região norte do estado do Pará como livres de febre aftosa com vacinação, sendo incorporados à zona livre já consolidada no País (BRASIL, 2014).

Com a liberação progressiva em relação ao status sanitário e com o mercado externo aquecido, a pecuária expandiu-se na fronteira, mantendo as características de uma atividade pioneira. Nesse período houve uma rápida expansão também em resposta à mudança na demanda global por carne bovina, devido a crise da BSE (Bovine Encefalopatia espongiforme, ou doença da vaca louca) que atingiu aos Estados Unidos e à Europa nos anos 2003 e 2004, ao mesmo tempo em que houve uma queda no fornecimento de carne da Austrália e Argentina (STEIGER, 2006).

Desta forma, no início do século XXI o crescimento vertiginoso da pecuária na Amazônia foi relacionado a importantes impactos ambientais e sociais, em meio a conflitos por terra e importantes avanços do desmatamento. A pecuária estendeu-se pela região seguindo a lógica do modelo histórico de ocupação, orientado pelo mercado externo, pelo poder das elites baseado na apropriação de terras, na exclusão social e na destruição do patrimônio natural (BECKER, 2005).

Neste contexto, Margullius (2003) identificou a pecuária como grande agente motor do desmatamento na Amazônia, concluindo que a atividade já naquela época era sim lucrativa, contrariando argumentações de que a pecuária na região não era rentável, mantendo-se apenas com o lucro proveniente da venda da madeira do desmatamento e pela especulação de terras. Ainda, o autor concluiu que a os benefícios privados gerados por esta atividade na região eram distribuídos de forma extremamente excludente, sem contribuir com a redução da desigualdade econômica e social e os custos ambientais relativos ao desmatamento estavam associados a perdas irreversíveis de um patrimônio genético e ambiental pouco conhecido.

Entre 2000 e 2004 os índices de desmatamento foram crescentes, atingindo o segundo maior índice da história em 2004, quando o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) registrou 27,4 mil km² de desmatamentos. Em relação às emissões de gases de efeito estufa, a fermentação entérica do gado foi indicada como o terceiro maior contribuinte nacional, sendo responsável por 12% das emissões (CERRI et al, 2009). Além disso, em janeiro de 2007, a pecuária bovina da Amazônia era responsável por 62% dos empreendimentos que integravam a “lista suja” do trabalho escravo do Ministério do Trabalho (SMERALDI; MAY, 2008).

Foi também na primeira década do século XXI que houve um grande aumento da capacidade industrial na Amazônia Legal, conforme a pecuária se estabelecia na região. De início, ocorreu a instalação de novos abatedouros e matadouros de pequeno e médio porte, com inspeções municipais ou estaduais. Ao longo do tempo, conforme esses empreendimentos cresciam, os grandes grupos os compravam, estabelecendo uma competição por matérias primas com os empreendimentos locais. Apenas em cinco anos, entre 2003 e 2008, os cinco grandes grupos exportadores da época (JBS, Marfrig, Independência, Minerva, Sadia e Perdigão) chegaram à região, mas não se instalaram em municípios de ocupação consolidada, como se poderia esperar, eles se posicionaram justamente em regiões de fronteira, dando volume ainda maior aos complexos processos sociais que esta expansão da pecuária desencadeou na região (SMERALDI, MAY, 2008; BECKER, 2013). A criação de verdadeiros polos industriais trouxe como

consequência o aumento tanto do rebanho quanto do abate em suas áreas de influência e, também, estimulou ainda mais o desmatamento.

O estudo de Pocard-Chapuis et al. (2005) é oportuno para compreendermos as consequências da atividade pecuária sobre a fronteira agrícola da Amazônia. O autor diferenciou três tipos de subcadeias da pecuária (de expedição, local e regional) no Estado do Para, cada uma delas com dinâmicas características e com diferentes influências sobre os recursos naturais. Segundo o autor, a subcadeia de expedição, que abastece mercados distantes, é a que mais causa mudanças na organização das frentes pioneiras. Esta subcadeia está relacionada ao surgimento de um parque industrial no Sudeste do Estado do Para, que transformou as frentes pioneiras em bacias de engorda e estruturou a cadeia pecuária por centenas de quilômetros, envolvendo desde os grandes proprietários rurais até os pequenos. Enquanto a engorda do gado ocorre nas grandes propriedades, a cria para fornecimento de bezerros fica sob responsabilidade dos pequenos produtores. A estruturação rápida desta subcadeia, envolvendo tal diversidade de atores, desencadeou uma série de processos sociais que alteraram drasticamente a dinâmica em relação aos recursos naturais, conforme explica o autor:

Nessa organização da cadeia, o avanço da pecuária em todos os sistemas de produção agrícola gera uma forte demanda por terras novas, com o objetivo de estabelecer pastagens cultivadas. Rigorosamente estimulado, o mercado fundiário adota estratégias de antecipação e especulação: as pastagens já não servem apenas para alimentar os rebanhos, mas também para garantir a posse da propriedade em relação a invasores, valorizá-la como um capital fundiário, alugá-la para vizinhos, ou ainda usá-la no acesso ao crédito. Direta ou indiretamente, o desmatamento acaba se estendendo a centenas de quilômetros em torno das indústrias. (POCCARD-CHAPUIS et al., 2005, p. 132)

Portanto, conforme explica o autor, a pecuária pode incentivar o desmatamento diretamente, a partir da abertura de novas áreas para pastagem, ou indiretamente, pelo mercado fundiário. O autor ainda explica:

De fato, a floresta aparece apenas como um insumo nesse processo (espaço, fertilidade, madeira para cercas, etc.). Já não existe mais

ligação estreita entre a cadeia da madeira e a da pecuária. O investimento na pecuária não depende mais da renda da madeira, como tinha ocorrido nas primeiras fases da colonização. Quase todas as árvores são queimadas no momento do desmatamento. A exploração da madeira é desenvolvida por outros atores, que atuam muito antes do desmatamento. (POCCARD-CHAPUIS et al., 2005, p. 134)

Esta consolidação da pecuária na região foi financiada prioritariamente com recursos públicos, tanto no setor produtivo quanto no industrial. Em 2008, por exemplo, as operações diretas do BNDES com os frigoríficos chegaram a R\$ 6 bilhões, o equivalente a metade de todos os investimentos do banco naquele ano (AMIGOS DA TERRA, 2009), seguindo um modelo de fomento de “campeões nacionais”, em que o financiamento público promove a internacionalização de grupos empresariais, mas não de forma horizontal, que beneficiaria igualmente todas as empresas do setor, mas sim, a partir de forte investimento em apenas algumas delas, desequilibrando as relações de competição. As críticas a esse modelo adotado nos dois governos do Presidente Luis Inácio Lula da Silva e nos governos da Presidente Dilma Rousseff vão além e referem-se ao privilégio dado a setores de baixa inovação e de pequeno valor agregado; apoio a aquisições e fusões de pífios resultados em termos de ganhos sociais e de inovação científico-tecnológica; financiamento de indústrias de uso intensivo de recursos naturais e, ainda, às conexões entre as empresas financiadas com recursos públicos e os apoios a campanhas eleitorais (LAZZARINI, 2011; SANTOS, 2015).

Embora outras empresas do setor tenham recebido grandes financiamentos, como a Marfrig e a Independência S.A. (que posteriormente entrou em processo de recuperação judicial), a JBS-Friboi foi a principal beneficiária deste modelo de fomento, atuando atualmente como um verdadeiro player no mercado global, sendo a maior empresa de processamento de proteína animal do mundo. É a maior exportadora mundial de carne bovina, a segunda maior produtora de carne de frango, líder mundial no processamento de couro, além de atuar nas áreas de alimentos, couro, biodiesel, colágeno, com representatividade em todos os continentes do mundo. A empresa possui mais de 140

unidades de produção no mundo e tem acesso a 100% dos mercados consumidores (ALMEIDA, 2012).

A lógica de expansão da empresa foi amplamente capitalizada pelos desembolsos do BNDES, inclusive atuando como acionista. Em 2005, o banco fez o primeiro desembolso para a JBS, para a empresa adquirir a Swift-Armour, maior produtora e exportadora de carne da Argentina (ALMEIDA, 2012). De acordo com a página virtual da empresa, em 2007 a JBS abriu o seu capital e passou a negociar as suas ações na bolsa de valores e continuou a sua expansão por diferentes países (Figura 4.3). Nesse mesmo ano a empresa se consolidou como a maior empresa mundial do setor de carne bovina ao adquirir a Swift & Company nos EUA e na Austrália. Em 2008 a JBS expandiu ainda mais nesses dois países a partir da compra da Tasman Group na Austrália e da Smithfield Beef nos Estados Unidos. Em 2009 entrou para o mercado norte-americano de aves com o domínio acionário da Pilgrim's Pride e ainda adquiriu a empresa nacional Bertin, que também era considerada um dos campeões nacionais do BNDES. Continuando a sua expansão, em 2010 o grupo adquiriu a Tatiara Meats e os ativos da Rockdale Beef, além do grupo Toledo na Bélgica. Em 2012 a empresa aumentou a sua participação na Pilgrim's Pride, assumindo 75,3% do capital social da empresa, e em 2013 comprou a Seara e se consolidou como líder global no processamento de aves. Ainda neste ano a JBS entrou no mercado canadense com a aquisição da XL Foods, aumentando a sua capacidade de processamento. Em 2014 o grupo comprou a Tyson no Brasil e a Andrews Meat Industries na Austrália e no ano seguinte a Tyson no México e também adquire plantas de processamento de carne de porco da Cargill nos Estados Unidos.

Com este grande crescimento do polo industrial na região Amazônica e a associação da pecuária a importantes impactos ambientais como o desmatamento e a emissão de gases de efeito estufa, além da associação da atividade a questões sociais como o trabalho escravo, entre os anos de 2005 e 2009 foram publicados quatro relatórios organizados por ONGs que atuavam na região. Estes documentos denunciavam as ilegalidades relacionadas à atividade e alertavam para a necessidade de mudanças urgentes na organização de toda a cadeia produtiva.

O primeiro destes relatórios foi o “Pecuária na Amazônia: tendências e implicações para a conservação”, publicado em 2005 pela ONG IMAZON, que alertava para o desmatamento da região relacionado ao grande crescimento da pecuária. O documento apresentava como principais causas do aumento da pecuária na Amazônia Legal o baixo preço da terra; a produtividade maior nessa região quando comparada a outras regiões do país, devido ao clima; o acesso relativamente fácil a terras públicas; e a baixa aplicação da lei florestal e acesso facilitado a financiamentos. O relatório também apresentava alternativas para aliar a conservação ambiental ao crescimento da pecuária na região, como criar unidades de conservação, combater a ocupação ilegal, promover o manejo de florestas públicas e aperfeiçoar a gestão em terras privadas (ARIMA et al. 2005).

Outro relatório publicado foi o “Conexões Sustentáveis São Paulo – Amazônia Quem se beneficia com a destruição da Amazônia”, uma iniciativa do Fórum Amazônia Sustentável e Movimento Nossa São Paulo, executada pela ONG Repórter Brasil, lançado em outubro de 2008, que destrinchava quais eram as cadeias produtivas relacionadas com a destruição da Amazônia, a partir de uma forte relação com a economia de mercado, e descrevia “quem ganha” e “quem perde” com esse processo. Dentre os prejudicados, o relatório apontava os povos indígenas, as comunidades tradicionais, os pequenos agricultores e, por fim, o planeta inteiro, devido ao papel da floresta em relação às mudanças climáticas. Como favorecidos, foram apresentados os frigoríficos, agroindústrias e madeireiras. O relatório também destacava o papel dos consumidores (especialmente os paulistanos, devido ao grande fluxo de negócios entre a Amazônia e a Cidade de São Paulo) no enfrentamento da destruição da Amazônia,

argumentando que o ato da compra é um ato político e pode influenciar no destino da floresta. (REPORTER BRASIL; PAPEL SOCIAL, 2008)

No mesmo ano a ONG Amigos da Terra publicou o relatório “O Reino do Gado: Uma nova fase na pecuarização da Amazônia Brasileira”, que apontava a pecuária como protagonista na mudança do uso do solo na Amazônia. O relatório divulgou dados sobre o grande aumento da expansão bovina na região nos cinco anos anteriores e também alertou para as graves consequências desse processo, solicitando a atenção e ação dos diversos setores da sociedade para este fenômeno (SMERALDI; MAY, 2008).

No mês de junho de 2009, a ONG Greenpeace lançou o relatório denominado “A Farra do Boi na Amazônia”, denunciando o envolvimento de grandes frigoríficos e do próprio governo federal com o desmatamento e o trabalho escravo na Amazônia. Após três anos de investigação, o relatório forneceu dados consistentes sobre a ilegalidade da destruição florestal ligada a novas áreas de pastagens, apresentou as alianças estratégicas entre o governo federal e as indústrias exportadoras de carne bovina e revelou detalhes sobre a complexa teia comercial que levava até os consumidores de diversos países a carne produzida em áreas de desmatamento ilegal ou com o envolvimento de trabalho escravo. O relatório também apresentou uma lista de marcas globais que impulsionavam e incentivavam involuntariamente o desmatamento e a invasão de áreas protegidas na Amazônia através de seus fornecedores (Adidas, BMW, Carrefour, EuroStar, Ford, Honda, Gucci, IKEA, Kraft, Nike, Tesco, Toyota, Wal-Mart, entre outras) e forneceu detalhes sobre as fazendas fornecedoras de gado para três grandes frigoríficos exportadores: Marfrig, JBS e Bertin. Foi apresentada, também, a participação do setor público internacional que, a partir de fornecedores, estavam envolvidos com os crimes da Amazônia, por exemplo, o serviço Nacional de Saúde do Reino Unido, e as forças militares britânica, holandesa, italiana, espanhola e norte-americana (GREENPEACE, 2009).

Nesse mesmo período, o poder público também anunciou medidas relacionadas ao enfrentamento da problemática ambiental na região Amazônica, muitas delas relacionadas à pecuária. Em fevereiro de 2008 o Ministério do Meio Ambiente (MMA)

divulgou pela primeira vez uma lista com os 36 municípios (aumentando para 43 municípios no ano seguinte) que mais desmatavam na Amazônia e impôs, dentre outras restrições, que os produtores rurais destes municípios não teriam acesso a crédito bancário.

Em outubro de 2008 o MMA, por meio do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA), conduziu a “Operação Boi Pirata” na região do Rio Iriri, no Pará. A operação teve por objetivo remover o gado, cerca de 3.300 reses criadas em uma área ilegalmente ocupada no interior da Estação Ecológica (Esec) Terra do Meio. Foi constatado que a pastagem havia destruído 5% dos 3.114.871 hectares da Esec Terra do Meio e 10% dos 442.392 hectares do Parque Nacional da Serra do Pardo (IBAMA, 2008). Além de punir o produtor infrator, esta ação também teve por objetivo educar os outros pecuaristas que estavam produzindo em áreas ilegais. Posteriormente esta ação foi repetida em outras localidades, como Novo Progresso, por exemplo.

Em 2009, o Ministério Público Federal (MPF) no Pará juntamente com o IBAMA iniciou uma ação contra pessoas físicas e jurídicas acusadas de ilegalidades referentes ao desmatamento e à ocupação de terras públicas. Ao todo, foram notificadas 21 fazendas e mais 13 frigoríficos que compraram gado dessas fazendas. O MPF ainda recomendou que 69 empresas parassem de adquirir produtos provenientes desses frigoríficos, dentre elas, grandes redes varejistas como Wal Mart, Carrefour e Pão de Açúcar (IMAZON, 2009). Em menos de um mês, 35 companhias, entre redes varejistas e indústrias, suspenderam os contratos com os frigoríficos notificados. Em agosto de 2009 três frigoríficos (JBS, Minerva e Marfrig) e o representante dos pecuaristas assinaram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assumindo compromissos relacionados a questões fundiárias e ambientais nas quais o setor estava envolvido. Os frigoríficos se comprometeram a não mais comprar gado de fazendas que constassem na lista de embargo do IBAMA e da lista do trabalho escravo do Ministério do Trabalho. Os produtores se comprometeram a solicitar o Cadastro Rural Ambiental (CAR) e buscar a regularização fundiária de suas propriedades (IMAZON, 2009). Posteriormente, foram perpetradas outras ações judiciais e assinaturas de Termos de

Ajuste de Conduta envolvendo atores do setor pecuário de outros Estados, como Mato Grosso, Amazonas e Rondônia (MPF, 2013).

4.2.3 Implicações ambientais da pecuária nacional

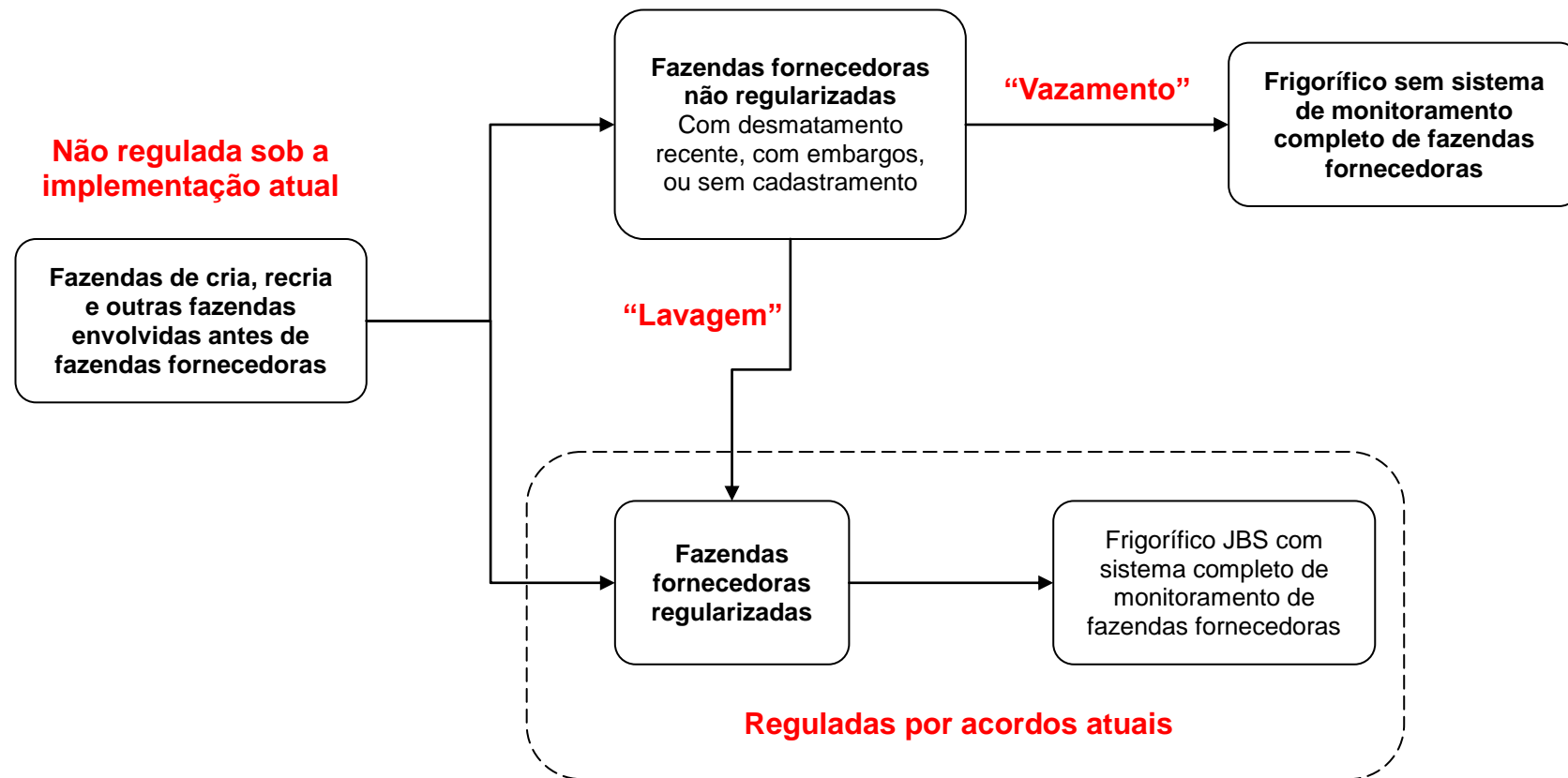
Em um esforço para compreender o impacto das assinaturas dos TACs sobre o desmatamento na Amazônia, Gibbs et al. (2015) avaliaram a conduta de quatro frigoríficos do grupo JBS localizados no Sudeste do Pará, região onde ocorreu a maior parte do desmatamento desse Estado na última década. Esses quatro frigoríficos são responsáveis por 30% do abate que ocorre no Pará. Os autores concluíram que os frigoríficos estudados de fato excluíram as fazendas com desmatamento da sua cadeia de fornecimento, e ainda incentivaram os fornecedores a aderirem mais rapidamente ao Cadastro Rural Ambiental, quando comparados a produtores vizinhos não fornecedores destes frigoríficos.

No entanto, apesar destas mudanças, grandes segmentos da cadeia da pecuária ainda não são monitorados nem rastreados (WALKER et al., 2013), o que limita os resultados para o combate ao desmatamento. Gibbs et al. (2015) explicam que as falhas neste sistema, permitem “lavagem” e “vazamento” de animais para outras propriedades:

O gado sempre fica em múltiplas propriedades por um certo tempo antes do abate, e os fazendeiros podem criar e engordar o gado em fazendas em situação irregular, sem o CAR ou com desmatamento recente, e depois transferem os animais para uma propriedade com situação regular antes da venda aos frigoríficos (lavagem). Esse processo de “lavagem” do gado pode também ocorrer através de intermediários que compram gado de vários fornecedores, inclusive aqueles com propriedades de situação irregular, e depois vendem aos frigoríficos usando sua própria propriedade regular. (AUTOR, data, p.9)

A Figura 4.4 apresenta como ocorrem essas falhas na prática, com o deslocamento do gado entre fazendas, possibilitando as práticas ilícitas dentro da cadeia.

Figura 4.4 - Dinâmica da cadeia produtiva da pecuária bovina de corte



Fonte: Gibbs et al. (2015)

Além destas falhas de rastreamento dentro da própria cadeia, a pecuária nacional ainda mantém o perfil predominantemente extensivo, com taxas médias de lotação de cerca de uma cabeça por hectare (MACEDO, 2014) e ocupa grandes extensões do território nacional, sendo ainda relacionada a importantes impactos ambientais. Dados recentes apontam que as áreas de pastagem correspondem a 60% do uso das terras desflorestadas na Amazônia (INPE/EMBRAPA, 2016), e as pastagens cultivadas ocupam 29,4% da área total de Cerrado, aproximadamente 600.832 km² (BRASIL, 2015)

Outro aspecto ambiental importante é a relação entre a pecuária e a emissão de gases de efeito estufa (GEE). O Brasil é responsável por aproximadamente 3% das emissões mundiais desses gases, sendo que os três setores que mais emitem são: mudança do uso da terra; a energia, principalmente devido ao uso de termoelétricas; e a agropecuária, pela utilização de fertilizantes nitrogenados e pela atividade pecuária (BRASIL, 2013b).

Em relação à emissão de GEE, em 2013 o setor agropecuário brasileiro foi responsável por aproximadamente 30% das emissões nacionais, sem considerar as emissões indiretas, provenientes da mudança do uso da terra. Se estes dados fossem incluídos, o setor seria responsável por 60% das emissões nacionais daquele ano (PIATTO et al., 2015). Dentre as atividades agropecuárias, a pecuária bovina ocupa lugar de destaque pelo alto índice de emissões devido a dois fatores associados: o primeiro refere-se ao sistema digestório dos bovinos que, como ruminantes, produzem gás metano em seu processo de digestão; e o segundo está relacionado ao tamanho do rebanho nacional, formado atualmente por mais de 212 milhões de cabeça de gado. Tais fatores culminam em uma elevada representatividade deste setor diante das emissões nacionais. Em 2013 a fermentação entérica do rebanho nacional foi responsável por 57% das emissões do setor agropecuário brasileiro (PIATTO et al., 2015). Também há emissão de NO₂ devido à deposição do esterco direto no campo pelo animal (CERRI et al., 2009).

Outro elemento que contribui para a elevada emissão apresentada pelo setor é a baixa produtividade. Isso significa que o gado demora em atingir o ponto de abate e passa mais tempo no pasto emitindo gás metano. Esta baixa produtividade está relacionada à degradação da pastagem, outro fator que contribui substancialmente para outros

impactos ambientais relacionados à pecuária, como a perda de matéria orgânica do solo, o assoreamento de rios, e ainda mais contribuição para as emissões de gás carbônico. Atualmente o Brasil apresenta cerca de 173 milhões de hectares de pastagens, sendo 117 milhões de pastagens cultivadas. Estima-se que mais de 70% dessas pastagens cultivadas encontram-se degradadas, sendo a maior parte em estágio avançado de degradação (MACEDO, 2010).

Outro agravante é que aproximadamente 50% das pastagens nacionais são do gênero *Brachearia* (ANUALPEC, 2008, 2013), representando o maior monocultivo do mundo. Este fator implica em sérias consequências para o próprio sistema de produção que, ao não ter diversidade de pastagens, pode apresentar extensas áreas de cultivo vulneráveis do ponto de vista fitossanitário e também em relação a elementos do clima e do solo, como ocorreu em estados da Região Norte e Centro-Oeste em relação ao cultivar Marandu (VALENTIN et al., 2000; VALLE et al., 2000). No aspecto ambiental, o monocultivo também é um fator negativo, no sentido de promover pressões sobre a biodiversidade.

5 A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL E A PECUÁRIA DE CORTE BRASILEIRA: O DISCURSO DE ATORES DE DIFERENTES SETORES DA SOCIEDADE

A produção e a comercialização de alimentos atualmente são intermediadas por complexos processos que envolvem disputas econômicas e políticas nos mais diversos níveis, tanto locais, nacionais, regionais e globais. Como elemento fundamental neste campo de disputas, existe o mercado, que atualmente exerce grande influência na organização dos sistemas alimentares. Nesse contexto, a produção de carne bovina no Brasil apresenta singularidades que acabam por constituir aparentes contradições relativas às questões ambientais. Por um lado, o gado nacional tem sido divulgado internacionalmente como “boi verde” ou “boi sustentável” por ser produzido majoritariamente em sistemas de pastejo. Por outro lado, a pecuária bovina nacional está conectada a importantes problemáticas ambientais, relacionadas ao desmatamento da Amazônia, degradação do solo e dos recursos hídricos, entre outros.

É este complexo campo de disputas e concorrências que orienta as construções dos discursos dos atores, dando sentido aos fatos a partir das suas próprias construções discursivas (FOUCAULT, 2012). Diferentes aspectos são considerados nesta arena, a partir do envolvimento de atores dos mais diversos setores da sociedade: consumidores, produtores rurais, políticos, ativistas, representantes de indústrias frigoríficas, camponeses, ambientalistas, povos indígenas, enfim, são questões que, direta ou indiretamente, trazem implicações a uma enorme diversidade de cidadãos.

Neste capítulo analisaremos como os atores de diferentes setores da sociedade envolvidos com a pecuária de corte “dão sentido” à problemática ambiental relacionada a esta atividade. Analisaremos os discursos dos representantes do setor produtivo, de organizações não governamentais e de instituições do setor público em relação a temas relativos à relação entre a pecuária bovina nacional e a problemática ambiental.

5.1 Desmatamento: a pecuária é a causadora ou a beneficiária?

Conforme já mencionado em capítulo anterior, em 2004 o INPE detectou o segundo maior índice de desmatamento da história na Amazônia Legal, ano em que foi registrado 27,4 mil km² de desmatamentos. A atividade pecuária foi atrelada a este alto índice devido à transformação das áreas desmatadas em pastagem, a partir de processos complexos que envolviam também questões fundiárias. Estes altos índices chamaram a atenção internacionalmente e algumas mudanças visando à diminuição do desmatamento já aconteceram nesse período, com a participação de diversos atores.

A presente investigação identificou diferentes discursos, alguns deles divergentes entre si, sobre as responsabilidades do setor da pecuária em relação ao desmatamento. Tais discursos expõem inúmeros elementos que estão em disputa, especialmente relacionados a questões econômicas e a expansão do setor.

Iniciamos esta análise apresentando alguns trechos de entrevistas que apresentam os discursos dos atores do setor produtivo sobre este tema. Como representantes do setor econômico vinculado à lucratividade desta atividade, os argumentos destes atores são no sentido de tirar a responsabilidade da pecuária sobre o desmatamento:

Aquele perfil de colonização de baixa tecnologia que foi patrocinado pelo governo, porque o homem que foi incentivado a ir para o Centro-Oeste só tinha o título da terra se comprovasse o desmatamento, senão não tinha o título da terra (...) o pecuarista não é um mal feito da natureza, inúmeras pessoas abriram mão de conforto, saúde, escola, estrada, logística, uma serie de coisas em busca de um futuro melhor, mas se dispuseram a enfrentar condições totalmente adversas. Hoje a leitura é o contrario, o povo foi lá para destruir tudo, mas tiveram acertos e erros, mas o fato é que o Brasil preservado ainda é muito grande, tem mais de 60% da área de floresta brasileira preservada. (JBS)

O produtor rural é o grande ecologista, ninguém preserva mais o ambiente, ninguém cuida mais da natureza do que o próprio produtor, porque se ele não cuidar, a propriedade dele acaba. ACRISSUL

75% da região norte ou é área indígena, ou unidade de conservação, ou área da união. No bioma Amazônia, 16% da área é propriedade

privada, com proprietário, endereço, todos sabem quem é, podem ser responsabilizados se tiver crime ambiental. Então ocorre falta de Estado protegendo as suas áreas, esse é o grande desafio. Todo esse desmatamento cai na conta do produtor rural, sempre acusam a pecuária ou a agricultura, mas nunca sai nos meios de comunicação que a área desmatada é uma área de terra indígena ou é unidade de conservação, não é propriedade privada. (CNA)

O que acontece hoje, por exemplo, o monitoramento que a gente faz do desmatamento, que o INPE faz, é que você vê lugares que foram desmatados viram pasto, aí normalmente as pessoas fazem essa ligação, transformam essa correlação em uma relação de causa. Quer dizer, a pecuária causa desmatamento. Mas não é verdade, na verdade a pecuária vem depois do desmatamento, ela vem depois do desmatamento, como consequência do desmatamento, a causa é a incapacidade do Estado de ter uma gestão territorial, de proteger terras públicas, então a pecuária, ela é usada para ocupar, mas não se desmata hoje por causa da pecuária, para produzir mais, porque a gente não tem necessidade. Hoje a indústria sabe que a gente pode produzir muito mais usando muito menos espaço. A gente tem tecnologia para isso, tem rebanho para isso. (ABIEC)

Nossa primeira compreensão é a de que a pecuária não é a causadora do desmatamento, a grande causadora do desmatamento da Amazônia foi a ocupação desordenada por força dos projetos nacionais. A pecuária se tornou beneficiária dessa ocupação desordenada. Daí me perguntaram: e qual é a diferença? A diferença é que se você quiser solucionar o problema, tem que resolver as causas dele, não adianta ir atrás do beneficiário, que é o que está acontecendo. (UNIEC)

Observamos nestes discursos a desconstrução da concepção da pecuária como força motriz do desmatamento, a partir de dois argumentos diferentes. O primeiro, presente no discurso do representante da empresa JBS, tem como referência a fase do “desenvolvimentismo” da Amazônia, que ocorreu aproximadamente entre os anos 1960 e 1980, quando o Estado autoritário incentivou a migração de produtores para o Norte (SANTOS; LÉNA, 2011). De acordo com este ator, esta imagem atual de que o produtor agropecuário é responsável pelo desmatamento é baseada naquele período histórico - em que era preciso desmatar toda a propriedade para assegurar a posse da terra - e já não condiz mais com as condições atuais.

Neste discurso o ator argumenta a partir da valorização dos produtores que migraram para regiões longínquas, sem estrutura e sem apoio e enfrentaram muitos obstáculos até

se estabelecerem. No entanto, ao focar nos indivíduos, este discurso desconsidera o processo social, político e econômico vivenciado naquele período, que fomentou uma ocupação equivocada do território que traz consequências até os tempos atuais. Tais consequências estão relacionadas à expulsão dos povos locais; ao estabelecimento de grandes latifúndios, com impactos relacionados aos desmatamentos e à implantação de monoculturas (especialmente pastagem e soja), em detrimento de outras atividades econômicas alternativas que permitissem a inclusão da população local; além de proporcionar condições para o exercício de grande influência política dos proprietários rurais.

É relevante destacar que o estabelecimento dos grandes latifúndios na Amazônia a partir de 1960 foi um processo de continuidade da mercantilização tardia das terras brasileiras ocorrido no período da abolição da escravidão, quando começaram importantes transformações nas relações socioeconômicas do país, iniciando novas práticas para a obtenção de lucros na lógica do sistema capitalista (CAVALCANTE, 2005). Em 1850 foi implantada a Lei de Terras que, com o encerramento do tráfico de escravo e início dos incentivos para a imigração de trabalhadores livres, tinha como principal proposta o impedimento da aquisição de lotes de terras por parte destes colonos:

A Lei de Terras aparecia agora como urgente e necessária, não mais dando prioridade à questão das terras e, sim, à necessidade da substituição dos braços escravos, consequência imediata da suspensão do tráfico, em uma sociedade que não pensava no escravo como trabalhador e, sim, como mero instrumento de trabalho. Procurava-se, assim, contrabalançar os efeitos da abolição, incentivando a colonização através da possibilidade que teriam os colonos imigrantes, da aquisição de lotes de terras devolutas. Possibilidade que se apresentaria com o retalhamento dos terrenos pertencentes ao Estado, em pequenas propriedades, tornadas acessíveis à poupança dos colonos, após alguns anos de trabalho nas lavouras de proprietários que os pudesse remunerar. Também, agora, o produto da venda desses lotes destinar-se-ia a subvencionar maciçamente a vinda de colonos, desprezando-se, aparentemente, o trabalhador nativo livre como força de trabalho assalariada. (...) Era finalidade principal da Lei de Terras "destruir as antigas formas de apropriação do solo". O fato é que a terra, até então, quase nenhum valor possuía entre nós. "A terra deve adquirir valor e os proprietários renda", argumentava o Deputado Barbosa, representante do Rio de Janeiro 16, porém, no sistema, para explorar e dominar o trabalho. A Lei fixaria, portanto, o preço da terra para os posseiros, mas desconsideraria os roçados simples como

característica da posse. Restringia-se, assim, a possibilidade da pequena propriedade, preservando-se, ao mesmo tempo, a estrutura da propriedade. (Gadelha, 1989, p. 161)

Embora não possamos negar a importância da participação do Estado no enfrentamento do desmatamento dos biomas nacionais, é relevante destacar que estas construções discursivas desconsideram o vínculo entre o desmatamento e a busca pela lucratividade imposta pelo setor privado, o que na prática não é real. Por exemplo, a rápida estruturação da cadeia produtiva na região Amazônica, inclusive com a instalação, a partir de 2005, de indústrias frigoríficas em áreas de fronteira e não em áreas de povoamento consolidado, estimulou a expansão da atividade, envolvendo atores diversificados, desde pequenos até grandes produtores e acelerou o desmatamento (POOCARD-CHAPUIS, 2005; BECKER, 2013; AMÉRICO et al., 2011).

De acordo com os entrevistados, o que possibilita que a pecuária seja uma “beneficiária” do desmatamento é o fato dela configurar-se como uma atividade pioneira historicamente reconhecida por abrir áreas de fronteira agrícola (DIAS-FILHO, 2010). Essa característica pioneira da pecuária é apresentada pelos atores do setor produtivo como um diferencial para o crescimento econômico das regiões de fronteira agrícola e é um argumento para definir a pecuária como única opção possível para essas regiões. Os trechos das entrevistas abaixo apresentam esse argumento:

Uma vez eu fui em Boca do Acre, você chega pelo Acre, andei 2 horas de carro, passando por 2 reservas indígenas, tinha asfalto, chegava na reserva não tinha mais porque os índios não deixam, saía da reserva tinha asfalto de novo. Fiquei impressionado porque é uma região, a maioria dos proprietários busca a legalização, tem 350.000 animais, é muita coisa, mas não tem internet, não tem uma grande loja de produtos agropecuários. Se tivesse agricultura seria um problema chegar trator lá, teria que colocar em cima de carro, daí quebra o carro por causa da estrada, tem prejuízo, tem que ter insumos, essas coisas, e tudo precisa de transporte. Se fosse pecuária não. Só chega um caminhão com as matrizes e depois o boi sai de lá, só isso, depende menos dessa infraestrutura. (...) agricultura não teria como, mas a pecuária tem como, quando a pecuária chega aumenta o IDH com a chegada do setor agropecuário, porque esse setor está trazendo

um conforto para essa população que vivia lá. É o único setor que consegue isso. CNA

Essa migração da pecuária é natural, desde o começo da história do Brasil o boi é quem abre fronteiras, porque a pecuária é uma atividade de baixa remuneração, então o boi não comporta em terra cara, quando tem terra de alta fertilidade você põe grãos. ACRISSUL

A pecuária é uma atividade econômica. Do ponto de vista social e econômico é uma atividade que contribui para a economia do país e contribui em regiões que normalmente tem muito poucas alternativas. Você vê onde estão localizados nossos frigoríficos, Tangará da Serra, Alta Floresta, Tucumã, tem o frigorífico e não tem mais nada, a cidade funciona porque o frigorífico está funcionando. ABIEC

Neste discurso é possível identificar uma negação de outras possibilidades de geração de renda na Amazônia, desconsiderando-se outros tipos antecedentes de organização produtiva, ou possibilidades de novas formas de organização com a participação da população local. No contexto atual de re-primarização da economia nacional, as atividades econômicas voltadas à exportação, implantadas sem conexão com as cadeias locais de produção, além de fragilizar as estruturas econômicas já existentes, podem levar a uma vulnerabilidade dos processos democráticos, no sentido de que a população local não tem voz no desenvolvimento de projetos (SVAMPA, 2011).

Becker (2001) destaca que historicamente no contexto do bioma amazônico, o padrão econômico dominante na ocupação daquele território tem sido voltado para a exportação desde o início da colonização, acontecendo a partir de “...surto de devassadores ligados à valorização momentânea de produtos no mercado internacional, seguidos de longos períodos de estagnação”. Segundo a autora, a internalização da renda e do emprego foi escassa nesse processo e, ainda, a exploração predatória dos recursos naturais eliminou a base de riquezas da população local (BECKER, 1999).

Sobre o combate ao desmatamento, o representante do IBAMA, órgão oficial responsável pelo monitoramento e também ao combate do desmatamento, explica a necessidade de ter uma boa infraestrutura para que ocorra a fiscalização no campo. Esta infraestrutura depende de diferentes tipos de recursos que, de acordo com o

entrevistado, estão sendo providenciados progressivamente e melhorando as condições de trabalho desta instituição:

Em 2004 nós estávamos no auge, uma das maiores taxas de desmatamento dos últimos anos e a partir de 2004, com a criação do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), que envolve diversos Ministérios, essa taxa começa a cair. Em 2008, produzido pelo INPE, tem o Terra Class, que nos mostra que a pecuária, realmente, pelo menos em 2008, foi o grande vetor do desmatamento, mais de 60% das terras desmatadas na Amazônia eram destinadas a pastagem/pecuária. (...) a gente faz esse trabalho, mas muito voltado para pensar em como tornar mais efetivas as ações de fiscalização. Por isso, uma das decisões tomadas foi que, se o gado está sendo vetor, vamos mostrar para as pessoas que desmatar de forma ilegal e colocar o gado em cima não é um bom negócio, porque a pessoa vai perder o gado. Então, começamos a fazer as operações “boi pirata”, nesse ano já realizamos algumas. É uma operação que exige uma logística, não é algo simples, então, a gente tenta fazer com que uma operação desse porte tenha o efeito difundido para quem está na vizinhança. O primeiro caso onde isso aconteceu foi na Floresta Nacional Jamanxim, uma unidade de conservação que as pessoas estavam desmatando para colocar o gado. Várias pessoas diferentes estavam desmatando, todas dentro desta FLONA. Então, escolhemos o maior pecuarista da região, apreendemos o gado dele, e automaticamente os outros foram notificados e alertados para tirar o gado deles também, senão seria recolhido também. Gradualmente as pessoas foram tirando para não perderem. Conseguimos inverter um processo forte de desmatamento que vinha acontecendo naquela região. (...) Acho que o IBAMA começou a ser organizado melhor, aumentou o número de fiscais, a gente passou a ter ferramentas de monitoramento mais eficientes (...). O orçamento cada vez maior a cada ano, o orçamento para a atividade de fiscalização aumenta a cada ano, eu diria que isso possibilita que, por exemplo, desde 2013 o IBAMA mantém operações permanentes no campo. Antes as operações duravam por exemplo 1 mês, os fiscais ficavam no campo nesse período e depois se retiravam. Agora não, desde de 1 de janeiro de 2013, na operação Onda Verde, que essas operações são permanentes. Estamos há quase 1,5 ano com mais de 100 agentes. Então ter um orçamento que permite esta estada permanente no campo é o que inibe as pessoas, a simples presença do fiscal inibe o desmatamento, não é o fato de ter embargo autuação, mas o fato de as pessoas serem flagradas com o fiscal lá, então essas pessoas se sentem imobilizadas e a estrutura acaba desorganizando (...) Voltando ao PPCDAm, os outros dois eixos não andaram tão bem quanto o comando e controle. O eixo de fomento a atividades sustentáveis, e o eixo de ordenamento territorial. Nós temos o programa Terra Legal para regularização fundiária das pessoas que vivem na Amazônia, que tem andado bem, no entanto, não na velocidade que a gente gostaria.

O programa está sendo feito com uma excelência técnica fantástica, mas existe um gargalo de análise dos processos até a emissão do título, que ainda não acontece em boa velocidade. Isso seria uma grande solução, porque a partir do momento que você dá a posse da terra para a pessoa, ela passa a se comprometer e se sentir responsável por aquilo: “agora eles sabem efetivamente em um cadastro que sou que estou aqui. Se eu desmatar, eles vão saber que fui eu que permiti, ou que eu não me empenhei para evitar o desmatamento”. É uma ação muito efetiva. Até hoje é uma dificuldade, se eu chegar em um desmatamento e não encontrar ninguém e se eu não tiver uma base de dados consistente, nunca saberei quem fez aquilo. Até posso embargar por edital, mas efetividade disso é muito baixa. Não consigo encontrar o autor do crime ambiental que foi realizado. IBAMA

O ator cita a operação “boi pirata”, já comentada em capítulo anterior, como uma forma de combater o desmatamento, pois a partir da retirada dos animais, os ocupantes ilegais de terras passam a ter prejuízo e isso serve como um desencorajamento à continuidade da atividade. Ainda, esta ação tem finalidade educativa, pois tem como foco o maior produtor ilegal de região em que ocorre a ação, enquanto os vizinhos recebem notificações e, então, sentem-se também desencorajados a dar continuidade à atividade em terras ilegais. No entanto, o ator salienta a importância de manter os agentes de fiscalização no campo por mais tempo, como uma forma de desorganizar os elos comerciais que estavam estabelecidos. É esse contexto que nos ajuda a compreender o papel da lucratividade da atividade pecuária na continuidade dos ciclos de desmatamento. Como existe uma cadeia minimamente estruturada na região que dá vazão a essa mercadoria (a partir dos sistemas de “lavagem” e “vazamento”, por exemplo, (GIBBS et al,2015) , mesmo com a remoção do gado pelo órgão federal, depois da retirada dos agentes fiscalizadores e de passada a ameaça, o gado volta a ocupar aquelas terras e a célula da cadeia produtiva se reorganiza após um tempo e, possivelmente, pode até expandir. Como solução, amplia-se as ações de “comando e controle”, com a manutenção dos agentes fiscalizadores por mais tempo no campo, gerando altos custos ao Estado, de tal forma que desintegra aquele núcleo, mas sem apresentar atividades econômicas alternativas para a população que lá está.

O PPCDAm (Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal), citado pelo entrevistado, foi criado em 2004 com propostas que poderiam

contribuir para o enfrentamento desta problemática. O objetivo principal do plano é “reduzir de forma contínua e consistente o desmatamento e criar as condições para se estabelecer um modelo de desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal (MMA, 2013).” O PPCDAM foi traçado a partir da integração de diferentes Ministérios, com ações articuladas em três eixos temáticos: Ordenamento Fundiário e Territorial; Monitoramento e Controle Ambiental e Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis.

De acordo com a avaliação do Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2013), nas duas primeiras fases do PPCDAM destacaram-se com bons resultados, respectivamente, o eixo “Ordenamento Fundiário e Territorial” e o eixo “Monitoramento e Controle”:

Na primeira fase do PPCDAM (2004-2008), o eixo Ordenamento Fundiário e Territorial logrou o maior êxito do Plano com a criação de mais de 25 milhões de hectares de Unidades de Conservação federais e homologação de 10 milhões de hectares de Terras Indígenas. Os estados também envidaram esforços na criação de áreas protegidas, totalizando 25 milhões de hectares de Unidades de Conservação. Já na segunda fase (2009- 2011), o eixo Monitoramento e Controle foi o grande responsável pela queda das taxas de desmatamento, principalmente devido a eficiência do sistema DETER e a agilidade das ações integradas de fiscalização do desmatamento e combate ao crime organizado, realizadas pelo IBAMA, pelas Polícias Federal e Rodoviária Federal, Força Nacional de Segurança Pública e com apoio do Exército Brasileiro.

Contrariamente, o entrevistado avalia que o eixo “Ordenamento Fundiário e Territorial” ainda não atingiu os objetivos propostos e refere-se não ao estabelecimento de Unidades de Conservação ou Terras Indígenas como mencionado no documento publicado pelo MMA, mas sim, à regularização fundiária de posseiros que possuem imóveis com até 15 módulos fiscais em áreas não destinadas da União e também à regularização dos assentamentos sob responsabilidade do INCRA. Em relação ao eixo “Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis”, tanto o entrevistado como o documento publicado pelo MMA (2013) avaliam que é necessária uma atuação mais expressiva para atingir os objetivos propostos. Não por acaso, os eixos que são avaliados pelas próprias instituições oficiais com maior dificuldade de avanço dentro do PPCDAM – ligados à reforma agrária e ao fomento de atividades sustentáveis - são aqueles que não condizem

com a atual proposta hegemônica de desenvolvimento no campo, baseado no agronegócio nacional.

5.2 A pecuária e a problemática socioambiental: uma questão de mercado?

Outro aspecto que aproxima ainda mais o discurso do setor produtivo ao discurso “racionalismo econômico” proposto por Dryzek (1997), é a importância dada aos mecanismos de mercado, pois nos discursos classificados nesta categoria, o sentido dado à preservação ambiental é intermediado pelas relações de mercado e a natureza adquire importância à medida que agrega valor aos produtos comercializados, evidenciando a visão antropocêntrica característica dos “racionalistas econômicos” (DRYZEK, 1997), em que a natureza existe para satisfazer as necessidades humanas. Este elemento perpassa toda a análise do discurso dos representantes do setor produtivo, conforme podemos analisar nos discursos apresentados abaixo:

A gente sabe que os EUA destruiu bastante coisa, não só pela pecuária, mas também pela evolução capitalista e comercial que eles tiveram, que é uma evolução diferente da brasileira. Nós estamos em um cenário completamente diferente, com comunicação e tecnologia disponível de uma forma diferente. Também tem uma pressão e estão com os olhos muito mais voltados para o risco que o Brasil apresenta sendo um grande *player* no mercado da carne, que está 50, 100 anos atrasado em relação a quem hoje comanda a carne no mundo há vários anos. Então você começa a pensar que na verdade a barreira pode ser social, ambiental, pode criar o que for, mas no fim das contas ela será uma barreira comercial, porque é um país defendendo a balança comercial e aquilo que ela tem de potencial para se beneficiar no comércio mundial. (MINERVA)

(...) os americanos fizeram um estudo e esse estudo não tem nada de preocupação com ambiente, é preocupação econômica mesmo. Eles calcularam quantos dólares eles vão faturar mais se houver um trabalho muito forte de preservação no hemisfério sul, então, não tem bobinho na história. Eles escrevem no meio do texto “a melhor maneira de salvar a pele do produtor do hemisfério norte, é preservando a floresta no hemisfério sul”. Por que eles dizem isso? Porque aqui nós temos vocação ao agronegócio, nós temos clima, nós temos solo, nós temos área, temos topografia, temos hoje tecnologia disponível para produzir mais e melhor. O que falta ao Brasil é

educação comercial, é amadurecimento comercial, para a gente saber nos posicionar em relação ao comércio global. (...) mas o fato é que a mecânica do comércio global ela é capitalista e é voraz, inclusive, como prova disso, a gente fica com discussões do lado romântico da história da sustentabilidade, e nesse mesmo tempo, existem ações, grupos de agropecuaristas que estão preocupados é com o bolso deles mesmo (...)Então, hoje o que acontece é que tem muitos aspectos que acabam sendo usados para desestabilizar a evolução brasileira, isso é característica de país de terceiro mundo, jovem, imaturo, nós somos tão imaturos, que a gente vai entrando na onda... têm muitos jovens que são patrocinados a estudar em ONGS, fazer cursos no exterior, etc, voltam com essa mente preservacionista que todo mundo defende. Hoje o pecuarista, o agricultor brasileiro e a própria indústria, estão totalmente imbuídos com a questão da parcimônia de convivência da produção e do meio ambiente, mas o radicalismo é feito para desestabilizar a matriz produtiva. Hora é desmatamento, hora é terra indígena. Olha o caso dos índios agora no Mato Grosso do Sul, um absurdo, pequenas aldeias indígenas solicitando as terras mais produtivas do Estado para virar reserva. Sendo que se você for levantar a área de todo o território brasileiro que pertence ao índio, já é enorme pela população indígena, e eles querem bem mais, mas por que eles querem justamente as terras mais produtivas? Aquela questão do índio do arco e flecha, romântico não existe, índio caça destruindo tudo, o que ele vê pela frente ele mata, bicho pequeno, grande, médio, assa tartaruga viva de costas pra cima, não está nem aí com nada. Muitas coisas que a gente na educação lúdica da escola, da cultura, está totalmente deturpada, deteriorada, e muitas vezes essas questões são tratadas como riscos e coisas, mas na realidade nós estamos fazendo papel de fantoche no meio de um jogo comercial muito mais pesado globalmente falando. (JBS)

Existe uma guerra comercial muito forte, por exemplo, o diferencial do Brasil na questão da produção da carne é que a maior parte é produzida em pastos, não são de rações, como ocorre na Europa. Ainda temos muito pouco gado de confinamento considerando o tamanho do rebanho. Agora, nos EUA, praticamente tudo é confinado, Austrália, é outro sistema, mas ficam todos de olho em nós (...) Então, quando você observa uma ONG, que ganha para estar vistoriando a vida alheia, se metendo onde não é chamada, mas é muito claro isso, são ONGs que os EUA que mantém ou a Europa mantém. O ambientalista é maravilhoso, ele põe aquela roupa de algodão, chapeuzinho, botina, repelente, entra numa caminhonete com ar condicionado e depois propaga que as coisas estão erradas. (...) No futuro o certo seria o mundo ter um código florestal, como o do Brasil. O que agente sente é que a gente, produtores, somos obrigados a resolver os problemas do mundo e nós não somos, Europa tem menos de 1% de floresta, EUA 20%, nem isso. Ninguém fala de China. Eu acho uma sacanagem, trabalho escravo, milhões de chineses abaixo da linha de pobreza, então nós brasileiros temos que atender uma responsabilidade que não foi criada por nós perante o mundo. (...)Hoje

nós estamos vivendo um problema muito serio no país que é a questão fundiária indígena, um problema muito serio no setor produtivo, e a gente vê que o governo não quer resolver essa situação, é muito claro isso. Nós temos 13 milhões de hectares que são de áreas indígenas, o governo quer mais aproximadamente 100 milhões de hectares para índio, que seria onde estão as áreas mais produtivas do país. São as demandas que o governo está fomentando para os índios. Aqui tem 84 propriedades invadidas, 29 municípios impactados, mais de 6 milhões de hectares vão ser impactados se ocorrer essa expropriação, porque o proprietário sai sem receber nada, então é uma situação muito delicada e preocupante. E aí todas as ONGs ficam de olho (FAMASUL)

São políticas publicas que faltam nessa direção de você qualificar o índio, porque o índio não quer flecha, o índio quer computador, quer *Iphone*, emprego, e assistência, saúde, e isso o governo não dá. E a partir do momento que a igreja católica junto com ONGs internacionais, quem sabe qual é a verdadeira intenção, fomenta esses conflitos entre produtores, índios, eles começam a alimentar o maior crime nessa discussão, que é o ódio, preconceito. (...) não sei porque tanta terra para índios, tem aldeias que tem terras enormes aqui no Mato Grosso do Sul e os índios estão passando fome, não produzem nada, mas vai ver o quanto um produtor rural pode produzir no mesmo lugar. ACRISUL

Observamos que no discurso destes representantes do setor produtivo não existe uma negação em relação à preservação ambiental. Ao contrário, no trecho a seguir destacado do seu discurso, o representante da JBS, por exemplo, afirma que existe uma concordância por parte do setor produtivo a este respeito: “Hoje o pecuarista, o agricultor brasileiro e a própria indústria, estão totalmente imbuídos com a questão da parcimônia de convivência da produção e do meio ambiente, mas o radicalismo é feito para desestabilizar a matriz produtiva”. Considerando a grande influência atual do discurso socioambientalista sobre os consumidores, nenhum representante de qualquer setor produtivo argumentaria contra a preservação ambiental. No entanto, mesmo alegando esta concordância, existe um discurso muito forte deste setor relacionado ao mercado e à comercialização internacional, a partir da alegação de que as questões ambientais são utilizadas como substitutas das antigas barreiras comerciais, em que os competidores do mercado global da carne bovina usam o desmatamento e as mudanças climáticas como estratégia para inibir as exportações brasileiras. Assim, o discurso destes atores voltado à problemática ambiental relacionada à pecuária atém-se

principalmente a disputas de mercado, enquanto as questões relativas ao enfrentamento dos impactos ambientais gerados pela atividade ficam relegadas a segundo plano.

A argumentação incisiva destes atores é pelo livre de mercado, defendido veementemente pelos países desenvolvidos e que, de acordo com os discursos apresentados acima, não estaria ocorrendo devido às “barreiras ambientais” impostas aos países em desenvolvimento – os únicos que ainda possuem grandes quantidades de recursos naturais preservados. Estes discursos refletem uma disputa de poder, em que o domínio do mercado internacional da carne está em jogo. Como proposta para igualar as forças no mercado internacional, o representante da FAMASUL propõe que “No futuro o certo seria o mundo ter um Código Florestal, como o do Brasil”.

A partir desta visão predominante em torno da disputa mercado, os representantes do setor produtivo argumentam que as ONGs internacionais atuariam como “vigias”, trabalhando a favor dos interesses dos países do norte e os ambientalistas assumiriam o papel de românticos que não conhecem a realidade do campo e, portanto, não teriam credibilidade para reivindicar transformações nos sistemas implantados atualmente.

Além da atuação das ONGs internacionais, a demarcação das terras indígenas também foi contestada por estes entrevistados, sob o argumento principal de perda de terras produtivas que poderiam gerar riquezas para o país, em prol de uma pequena população cujos direitos seriam questionáveis. Uma das práticas discursivas empregadas pelos entrevistados foi a abordagem do índio como não índio (SILVEIRA e GANDRA, 2009), lançando mão de uma interpretação a-histórica da sociedade e dos próprios índios, definindo-os como sujeitos sociais que já teriam perdido os elos com a sua cultura e a sua terra nativa e, portanto, não poderiam reivindicar os direitos referentes àqueles índios do passado, tidos quase como entidades místicas e que, esses sim, mereceriam ser agraciados com tais reivindicações. A comparação entre a produtividade das propriedades rurais privadas e a produtividade nas áreas indígenas também foi uma ferramenta discursiva empregada pelos entrevistados deste grupo, novamente valorizando a importância do setor para a sociedade brasileira e desvalorizando as reivindicações indígenas.

Assim, observamos que a lógica mercantil como base da organização social e os referenciais da propriedade privada alinhavaram os discursos dos entrevistados do setor produtivo sobre a demarcação de terras indígenas, de forma semelhante ao encontrado na investigação desenvolvida por Silveira e Gandra (2009), ao estudarem as percepções e representações das elites agrárias sobre os índios e camponeses. Concordando com estes autores, avaliamos que este discurso desconsidera os aspectos culturais e supervaloriza os aspectos mercantis nas relações do homem com o ambiente.

Ainda em relação à atuação das ONGs internacionais e à demarcação de terras indígenas, Zhouri (2010) alerta que as elites políticas brasileiras e as forças militares lançam mão de imagens e ideias relacionadas à “conspiração para ocupar a Amazônia”, perpetuada há muito tempo no país, com fins de manobras políticas, impedindo a consideração de modelos alternativos de desenvolvimento e levando à perpetuação do modelo de acumulação de capital baseado na exploração de recursos naturais. Assim, de forma semelhante ao apresentado nos discursos dos atores do setor produtivo da pecuária de corte apresentados neste estudo, os argumentos contra o modelo predador de desenvolvimento e a defesa dos direitos de cidadania (por exemplo, as reivindicações para a demarcação de territórios indígenas) são percebidos como discursos voltados a interesses econômicos dos países ricos, enquanto são reconhecidos como discursos nacionalistas aqueles que defendem os interesses econômicos nacionais e transnacionais relacionados à exploração dos recursos naturais brasileiros - como a mineração, a extração de madeira e o agronegócio.

A autora também destaca neste debate outra estratégia discursiva desenvolvida a partir de uma abordagem geopolítica, com uma conotação de bipolaridade do “nós”, brasileiros, contra “eles”, mundo desenvolvido. Neste caso, o pronome “nós”, sob o conceito guarda-chuva de Estado-Nação, homogeneiza uma sociedade multiétnica e multicultural, com uma diversidade enorme de interesses e concepções acerca das questões ambientais. Ao mesmo tempo, o pronome “eles” permite a aproximação de vozes ambientalistas a interesses capitalistas internacionais. Observa-se, assim, uma simplificação dos argumentos em torno das complexas questões ambientais, sociais e políticas envolvidas nesse processo. Passa-se “da discussão sobre os direitos de

cidadania a uma discussão sobre os interesses econômicos” (ZHOURI, 2010, p. 255). No discurso do setor produtivo, essa polarização da discussão foi apresentada de forma clara, com a pecuária assumindo o papel de um projeto econômico nacional que beneficiaria o país, enquanto as vozes contrárias atuavam a favor de interesses econômicos externos.

Enquanto isso, sob a égide deste discurso nacionalista, diferentes investimentos transnacionais são incentivados no país, difundidos como benéficos economicamente para toda a população, e abordando a terra de forma reducionista, simplesmente como um meio de produção, sem considerar o papel social da terra:

Os embates territoriais, as resistências à expropriação das populações do campo, “tradicionais” ou não, não se restringem a uma reação contra as demandas crescentes do mercado de terras. Essa demanda apenas explicita que a terra deve ser entendida além de um meio e lugar de produção, pois é um bem finito e deve ser entendida como um lugar “identitário, relacional e histórico”, construído nas lutas e processos sociais das comunidades que aí vivem e se reproduzem (SAUER, 2010, p.86).

Tais investimentos estão levando a uma “desnacionalização do agrário” no Brasil (CARVALHO, 2013), permitindo que o capital estrangeiro controle o que é produzido nas áreas rurais brasileiras, conforme explica os conceitos de “land grabbing” e “meat grabbing”, já abordado em capítulo anterior (SCHENEIDER, 2014; CARVALHO, 2013).

Além da aproximação do discurso do setor produtivo à categoria do “racionalismo econômico”, também é possível identificar uma proximidade ao discurso do “desenvolvimento sustentável”, uma subcategoria do discurso reformista de “sustentabilidade”, conforme a classificação de Dryzek (1997). Segundo o autor, o desenvolvimento sustentável toma a economia capitalista como dada e propõe como solução para a atual problemática ambiental a integração econômica, social e ambiental. No entanto, o autor ainda destaca que, embora a construção deste discurso tenha iniciado por volta de 1970, ele ainda é bastante impreciso, assim como o discurso da democracia, o que permite que ambos sejam apropriados por diferentes atores e distintos projetos políticos. Apesar dessa imprecisão, ou talvez justamente devido a ela,

o discurso do desenvolvimento sustentável tornou-se hegemônico no campo ambiental (DRYZEK, 1997). Outros autores identificam que o conceito de desenvolvimento sustentável ainda está em construção (VEIGA, 2005; ASCELARD; LENOY, 1999), enquanto que para Leff (2001) e Pires (1998), o desenvolvimento sustentável é tão impreciso que sequer pode ser considerado como uma categoria analítica.

Dentre os atores do setor produtivo da pecuária bovina de corte entrevistados, a proximidade ao discurso do desenvolvimento sustentável ficou evidente em diferentes momentos. Um dos aspectos que marcou essa proximidade foi a referência constante ao avanço tecnológico na cadeia produtiva. Abaixo, o trecho do discurso de um dos atores deste grupo explica como a incorporação de tecnologias pode ocorrer na pecuária nacional:

São várias tecnologias, desde novas tecnologias de recuperação e manejo de pastagem, pastejo rotacionado, adubação, suplementação estratégica, tanto na época das chuvas, como na época das secas, intensificação e até sistemas de confinamento que encurtam o ciclo de produção, porque uma das características do boi criado exclusivamente no pasto é que a característica da pecuária no Brasil central, basicamente temos 2 estações do ano bem definidas, basicamente época de chuvas e época de seca. Na época de seca a forragem por falta de água seca e o valor nutricional da forragem cai muito, então, num sistema tradicional, nessa época do ano o gado emagrece. Então em uma época o gado engorda e na outra emagrece, e o boi demora muito tempo para ser abatido. Então a pecuária antiga de 30 anos atrás em que o boi era abatido com 6 ou 5 anos, a partir do momento que novas tecnologias começam a ser incorporadas na produção animal, encurta-se o ciclo. Começou com mineralização, que repõe os minerais que a gramínea de clima tropical na supre e isso é uma questão de balanço de cálcio, fósforo, minerais, etc e que o animal tem um metabolismo mais produtivo, mais saudável. JBS

Nesta linha de argumentação, a referência à tecnologia como solução para o enfrentamento da problemática ambiental e também aos três pilares da sustentabilidade (ambiental, econômico e social) propostos no Relatório “Nosso Futuro Comum” estão incorporados ao discurso destes atores:

A pecuária tocada com responsabilidade, não traz prejuízo nenhum, tanto na questão ambiental, social e econômica. É o tripé para se

manter, tudo esta sendo trabalhado muito bem, mas tem os gargalos, a questão da própria degradação, mas isso impacta na questão ambiental e vai para a questão econômica. Mas com intensificação isso não acontece. FAMASUL

(...) mas ela (pecuária) precisa se tecnificar, ser trabalhada de forma sustentável socialmente, ambientalmente, economicamente, para que ela produza mais em áreas menores e que abra espaço sem pressionar desmatamento para novas áreas. (...) A pecuária ocupou esse espaço pelo sistema de produção, e aí quando a gente consegue levar infraestrutura para a região, a agricultura vem e toma. A gente precisa tecnificar e aumentar a produtividade em áreas de pastagem degradada, é uma questão de mercado, se eu tenho uma atividade que rende mais numa área, então vai ter substituição CNA

Até porque um sistema pecuário tecnificado, um sistema onde se tem o conceito de pastagens cultivadas, com uma produção de massa, o balanço de sequestro de carbono, ele é favorável ao meio ambiente. Uma floresta estabilizada tem um sequestro de carbono zero, a pastagem, o balanço de carbono de uma pastagem bem manejada, o crescimento vegetativo do capim sequestra carbono. (...). Nos outros lugares a terra começou a ficar cara, valorizada, logística melhor, alternativas de usos de solo mais nobres, cana de açúcar, laranja, café, algodão, soja, e aí vai expulsando, o que é mais competente, mais tecnificado se estabelece. A pecuária vai sendo pressionada para lugares de terras mais baratas, isso é assim no mundo todo. Sobretudo as fazendas de cria, onde tem vaca produzindo bezerro, os EUA tem uma região perto de Nebraska muito forte chamada “colinas de areia”, é o lugar onde ficam as vacas, lugar de terra barata, não dá pra fazer agricultura, então a migração da pecuária para o norte é basicamente em função de custo da terra, é impraticável você ter pecuária em locais de terra muito cara. JBS

Em uma adaptação do discurso do desenvolvimento sustentável, os três pilares da sustentabilidade são abordados pelos atores dentro do contexto da própria cadeia produtiva, visando à continuidade da atividade. Desta forma, admite-se a sustentabilidade praticamente como sinônimo do cumprimento das exigências para a exportação da carne. Esta elaboração discursiva exclui outros aspectos que a abordagem do desenvolvimento sustentável baseada nos três pilares poderia trazer à tona para reflexão, como a busca pela inclusão social e redução da pobreza, na dimensão social; o acesso aos recursos naturais e a preservação da biodiversidade, na dimensão ambiental; a luta por um aprofundamento da democracia e da participação, na dimensão política; e

a conservação de valores, práticas e símbolos de identidade, na dimensão cultural (GUIMARÃES, 2001).

No discurso dos representantes da empresa JBS e da CNA é possível constatar a presença de uma ameaça eminente que relaciona um possível aumento do desmatamento à falha na incorporação de tecnologias no processo produtivo. Esta argumentação revela uma contradição no discurso do setor produtivo, pois ao mesmo tempo em que assumem a possibilidade de aumento do desmatamento devido à expansão da pecuária, também negam a relação da atividade à redução da floresta, argumentando que o desmatamento ocorre devido à forma de ocupação do território estimulada pelo Estado, ou posicionando a pecuária como beneficiária do desmatamento, conforme explicado anteriormente neste capítulo.

Associada a essa referência tecnológica e às questões de mercado, os atores imprimem uma conotação de modernidade à atividade pecuária atual, conforme observamos nos trechos das entrevistas abaixo:

A coisa é sair de uma pecuária medíocre, onde as pessoas não conseguem ganhar dinheiro e partir para uma atividade em que as pessoas conseguem ganhar dinheiro. Nós estamos em tempo de parar esse desmatamento, porque essa é uma questão atual. Daqui a 20 anos a gente não sabe como vai ser, mas agora é isso que nós temos. E tem que intensificar, investir, colocar tecnologia. SPRP

A migração da pecuária é um fato. Por causa do custo e oportunidade da terra. Se você for olhar a pecuária como uma empresa, uma empresa vive de faturamento, a unidade de uma fazenda é o hectare então tem que ter faturamento por hectare. Se a terra custa muito caro e tem baixa lotação, baixa produtividade, a conta não fecha. JBS

Ela (intensificação) está acontecendo já e se acelerou nos últimos 15 anos, muito puxada pelo mercado, desde o final da inflação até os indicadores de pecuária são bastante nítidos, antes com inflação, o boi era uma espécie de poupança, uma reserva de valor, deixava lá no pasto, vendia quando precisava de dinheiro, na economia estável aquilo vira uma atividade econômica, tem que gerar lucro, senão o cara começa a perder dinheiro. ABIEC

No discurso destes atores, a conotação de modernidade da pecuária se dá a partir da importância dada à incorporação de tecnologias ao sistema produtivo, da referência ao lucro como objetivo da atividade e da alusão ao produtor-empresário. Apesar do setor produtivo usar a simbologia do triunfo e da modernização, a evolução do agronegócio fortaleceu os interesses de grupos rurais conservadores e renovou processos de hegemonia política e dominação de classe a partir de altos investimentos públicos e ainda contribuindo para a depredação ambiental e tolhimentos relativos a questões sociais (IORIS, 2014; BRUNO, 2009).

Esse discurso do setor produtivo, pautado na tecnologia como solução para os problemas ambientais e também com ênfase na submissão da preservação às exigências do mercado externo, tem dois aspectos subentendidos. Um deles refere-se à alusão de que a tecnologia é capaz de sanar todos os problemas ambientais e, portanto, é só uma questão de tempo, conforme evoluírem os processos tecnológicos, as questões ambientais serão resolvidas, sem que seja necessário mudar os atuais padrões de vida. Ainda, a não problematização dos limites da incorporação de tecnologias reflete uma abordagem simplista (BECK, 1992; GIDDENS, 1999) que não considera o contexto mais amplo que integra esta realidade, incluindo mudanças econômicas, políticas e culturais. Outro aspecto a ser considerado é o empoderamento que recai sobre os especialistas, a comunidade científica, e as empresas de tecnologia, além da dependência tecnológica dos países pobres em relação aos países ricos. Existem, também, os riscos e o descontrole associados ao uso e produção das tecnologias modernas.

O segundo aspecto subentendido neste discurso está relacionado ao mercado. Na argumentação dos atores, é evidente que o cumprimento das exigências socioambientais ocorrem para atender o mercado externo, o que nos remete a duas questões: os mesmos critérios são atendidos para abastecer o mercado interno? Quais serão as consequências para os recursos naturais brasileiros se as exigências socioambientais para exportação, por algum motivo, abrandarem?

O discurso apresentado abaixo, de um representante do setor público, ilustra a premissa de que a preservação ambiental está intimamente relacionada às exigências do mercado:

Essas barreiras que não são tarifárias cada vez estão aumentando mais, as barreiras ambientais, mas é uma questão mais de mercado do que de consciência ambiental em si. Mas a consciência vem aumentando também, na Europa, que é o consumidor mais exigente, porque chega um nível de renda. A China não está muito preocupada com isso. Mas a Europa sim, quando chega esse nível de renda, nível cultural, o consumidor exige, no Brasil temos algumas camadas assim, é muito pouco, mas tem. Por mais que o governo queira controlar o mercado, o mercado mata ele. Para precificar é complicado. A discussão que tem no primeiro mundo é: temos que controlar esse mercado, porque são compradores. Eles vão tentar controlar de diversas maneiras, eles querem que o Brasil seja o celeiro, mas não querem pagar por isso, vão tentar pressionar, mas nós temos que ter a visão de dominador de mercado, de vendedor, mas não fazemos isso (...) Quem está comprando vai impor algumas exceções ambientais, colocar selo, certificações para comprar o gado e a cadeia tem que se movimentar para atender isso, o que falta na cadeia bovina mais do que nas outras. Mas existe um nicho de mercado para os dois, tem gente que quer comprar o mais barato, tem gente que quer comprar o gado sustentável e aí tem a questão ambiental brasileira, que o frigorífico tem que cumprir, tudo isso tem que funcionar. (...). Me parece que o Japão estava querendo habilitar 9 Estados brasileiros para comprar carne bovina, não sei em que ponto está. É o mercado que dita, se o mercado disser: pode desmatar, então... então, desmata. MDIC

O ator relaciona novamente a problemática ambiental às barreiras para comercialização externa e associa o maior rigor em relação às exigências ambientais aos países cujos consumidores possuem maior renda. No caso da China, por exemplo, o representante do MDIC alega que a preocupação é menor e, por fim, atribui ao mercado a definição se o desmatamento deve ou não ocorrer. Quando este é o discurso de um representante de um Ministério do Governo Federal, mesmo não sendo um Ministério relacionado diretamente às questões ambientais, fica clara a opção por uma política neoliberal que submete ao mercado a definição das prioridades em relação à preservação ambiental, mesmo que o próprio governo seja um promovedor do “boi verde” nos países estrangeiros. Ou seja, ao alegar que é o “mercado” quem define as prioridades, na verdade, afirma-se a política ambiental do país é definida tendo como foco os atores que

participam deste mercado, que neste caso, atualmente são prioritariamente os exportadores de commodities. Este contexto nos ajuda a compreender a forte atuação da bancada ruralista para alterar o Código Florestal, por exemplo.

Em outra instituição do setor público, o discurso reformista socioambiental também é empregado, tendo os mesmos referenciais do setor privado, como a tecnificação e os três pilares da sustentabilidade:

Em 2003, preocupados com os problemas que estavam surgindo para a exportação da pecuária brasileira, sobre trabalho escravo, sobre meio ambiente, se falava na ocasião que o Brasil estava destruindo as florestas, que a carne brasileira era barata porque tinha trabalho escravo, então começamos o trabalho que nós estamos chamando de Boas Práticas Agropecuárias Bovino de Corte (BPA). O foco é garantir para o mercado consumidor alimentos seguros e provenientes de sistemas de produção sustentável, quando a gente fala sustentável, é o social, o ambiental e o econômico. Porque não adianta atender os dois primeiros se o produtor não tiver ganhando dinheiro. Então, intensificar, melhorar o índice de produtividade, sem afetar o meio ambiente. Dentro da pecuária, muito produtor não tem muito a ideia de gestão, é o que falta muito. Então, no BPA, o programa que a gente escreveu, a gente procura ter uma radiografia da fazenda, conhecer os pontos que necessitam melhorias, levar tecnologia, informação para que ele possa se adequar. Hoje nós temos por volta de 70 milhões de hectares de pastagens degradadas, se nós trabalhássemos bem esse plano, então usando hoje a tecnologia disponível, não precisava derrubar uma árvore por mais de 50 anos. EMBRAPA

O BPA citado pelo ator teve a sua primeira versão divulgada em 2006 e refere-se a um conjunto de normas e procedimentos que orientam os produtores a tornarem o sistema de produção mais rentável e competitivo, seguindo esta linha do discurso do desenvolvimento sustentável (DRYZEK, 1997). A EMBRAPA produziu um manual de Boas Práticas Agropecuárias – Bovinos de Corte (BPA) (VALLE, 2006), que vem sendo usado como referencial em projetos de conscientização e de capacitação dos produtores rurais, que propõe os seguintes pontos a serem observados por estes produtores de modo a garantir a rentabilidade e a competitividade dos sistemas produtivos:

- Gestão da propriedade rural

- Função social do imóvel rural
- Gestão dos recursos humanos
- Gestão ambiental
- Instalações rurais
- Manejo pré-abate
- Bem-estar animal
- Pastagens
- Suplementação alimentar
- Identificação animal
- Controle sanitário
- Manejo reprodutivo

Este programa propõe uma forma de aperfeiçoar a gestão “para dentro da porteira”, visando uma melhoria nas condições da produção com o objetivo de expandir o acesso destes produtores ao mercado. Inicialmente, o BPA foi divulgado no Estado em que foi criado, no Mato Grosso do Sul, e a partir de 2007 passou a envolver as principais regiões de gado de corte nacionais, a partir do estabelecimento de parcerias que prestavam uma espécie de assistência técnica no campo.

Este programa proposto pela EMBRAPA está relacionado à atuação das ONGs em relação à problemática ambiental ligada à pecuária. Especialmente na Amazônia, em que a expansão da atividade tem implicações ambientais que estão em evidência atualmente. Nos discursos apresentados abaixo, os atores explicam como atuam perante esta problemática:

Essas duas *commodities* (soja e carne) tem uma importância grande para a redução do desmatamento e também para a redução das emissões, por isso estamos trabalhando nesse sentido. A governança dessas cadeias tem aumentado, de várias formas. No caso específico do Para, houve um TAC, com o ministério público federal, que obriga toda a indústria a só comercializar produtos para carne/boi quem comprove que não esteja em nenhuma lista de embargo do IBAMA, que não esteja em lista de trabalho escravo ou trabalho infantil, ou que esteja dentro de terras indígenas ou outras UCs. Esse é o primeiro

crivo, que está colocado no TAC. O segundo, esse sim maior, que a gente ajuda a apoiar, ajuda que ele se efetive, é o PRODES. A exigência é que não pode entrar nenhum boi nas empresas do TAC que tenha PRODES (shape ruim do PRODES), que demonstre que possa ter um desmatamento. A questão do TAC é desmatamento zero a partir de 2009, a questão da moratória é desmatamento zero a partir de 2006. Parte do nosso trabalho é também ajudar a dar um monitoramento para ver se eles estão cumprindo o acordo e parte do trabalho da indústria é não comprar se eles estão dentro de um desses critérios. Se acaso eles compreem, a gente rompe a parceria. E tem também uma serie de outros critérios que a gente acompanha. Nesse sentido, esse é o viés, o que está no meio disso aí, no caso de Brasil, porque tem sido trabalhado também na Colômbia, México, para também intensificar. A vantagem do Brasil hoje é que tem o Código Florestal, tendo o código florestal, então nossa ferramenta de trabalho é o CAR. Por que pecuária? Por que é ela quem hoje mais altera o uso de uma forma degradante e promove a emissão de carbono muito mais que qualquer outra atividade. Se você movimenta isso com a intensificação, uma área intensificada, já reduz 30%, se ela usar o “Boas Práticas”, ela reduz mais 10%, se ela ainda fizer uma integração lavoura-pecuária-floresta, ela reduz mais ainda. Então, ela em si, o trabalho de intensificação, já reduz bastante só recuperando a área. Se você ainda evita desmatamento, fazendo com que essas áreas produzam mais carne e não cabeça, de forma que não necessitem entrar em outras áreas, eles produzam muito melhor na área que já foi aberta, porque mata-se boi em menos tempo, e ainda recuperem as áreas que estão desmatadas, daí a conta chega bem próximo de zero. O boi vai emitir menos gases. TNC

Existem várias ONGs trabalhando com a pecuária, o nosso trabalho é muito focado na cadeia como um todo. A gente tem relação com o varejo, Carrefour – entender o que eles estão fazendo de produtos, de práticas sustentáveis - e também a questão dos frigoríficos, como eles estão trabalhando, então tentamos trabalhar a cadeia como um todo. Também estamos tentando identificar alguns programas de incentivos à pecuária sustentável, feitas através do frigorífico e do varejo. Então, já vemos no varejo, então, tem a garantia de origem que o Carrefour faz, que eles pagam um pouco a mais pelos controles que o próprio produtor faz. O próprio Pão de Açúcar tem o TAEC, eles pagam um pouco mais, pela qualidade, pela maciez da carne, mas hoje em dia, já estão incluindo alguns critérios para que o produtor tenha uma certa remuneração a mais, o produtor que comprova a utilização de práticas sócio-ambientais teria um reconhecimento, o próprio varejo pagaria mais por esse produto. O frigorífico mais ainda... eles têm programas em que o produtor começa a ser remunerado, se está trabalhando dentro dos critérios BPA, ou dentro dos critérios que o próprio frigorífico determina. Tanto questões ambientais relacionadas ao desmatamento, como também ao bom manejo do animal e de alguma forma remunerar a qualidade melhor da carne, por exemplo, o novilho precoce – um animal mais jovem, que fornecerá uma carne

melhor e para ter um animal mais jovem, você estará manejando melhor os seus recursos. A gente trabalha muito com projetos e articulação com os principais steak holders, fazemos o trabalho de ... digamos..... auditoria, por exemplo, estamos fazendo um projeto piloto com JBS e Carrefour, estamos tentando ver rastreamento, tentando ver como pode ter garantia de que esta carne não vem de área desmatada e como pode ser remunerado o produtor melhor e tudo mais, é uma articulação em que você dê até uma credibilidade para esse processo. Também estamos fazendo esse trabalho com outros supermercados, com frigoríficos e até com produtores de outras atividades, para que realmente essas questões, principalmente desmatamento sejam evitadas, é um trabalho de articulação com principais players. Com os produtores também fazemos alguns workshops e trabalhos de campo, levando resultados de pesquisa e até mesmo o próprio varejo e a indústria para falar diretamente com o produtor, o que eles precisam, como eles podem remunerar mais pelo produto, e obviamente de todas as formas estimulando o aumento da produtividade. AMIGOS DA TERRA

Então, na pecuária a gente trabalha com certificação de carnes de origem sustentável, que é a certificação Rain Forest Alliance, que foi a primeira certificação no mundo, a que existe hoje aqui no Brasil, lá no Mato Grosso. E também certificamos já uma unidade frigorífica da Marfrig e na área de projetos a gente trabalha com alguns projetos em Rondônia e no Uruguai, com boas praticas agrícolas, então melhorando as praticas, intensificação, manejo de pastagem, melhorando as práticas socioambientais nas fazendas e também trabalhamos bastante agora na área de emissões e agricultura. A gente fez todo um cálculo das emissões, tem um projeto que chama SEG (sistema de estimativas de gases de efeito estufa) e o Imafloza fez o cálculo das estimativas brasileiras, desde 1970 até 2013, para todos os Estados do Brasil, seguindo a metodologia do inventário brasileiro. Então, nessa parte, como a pecuária de corte, principalmente responsável pela maior fatia das emissões brasileiras, a gente está se aprofundando cada vez mais nessa relação produção de bovino de corte e emissões do Brasil. Então, outro projeto que a gente começou é o projeto novo campo, é um projeto em Alta Floresta, no MT, com o ICV, que é uma ONG do Mato Grosso, o Solidariedade, a Embrapa, JBS, produtores rurais locais, esse projeto também é para implantação de Boas Práticas, BPA da Embrapa. É para implementar o BPA, a meta é chegar a 200 produtores e cada um dos parceiros tem responsabilidade por uma parte do projeto e o da Imafloza, nós vamos contribuir com rastreabilidade e cálculo das emissões de gases de efeito estufa. Então a gente vai calcular qual é a adicionalidade do BPA, numa fazenda que aplica BPA, na redução das emissões de gases de efeito estufa pela produção sustentável. IMAFLORA

Estes discursos também apresentam proximidade “desenvolvimento sustentável” (DRYZEK, 1997) que, inclusive, orienta a forma de atuação destas ONGs. Podemos

observar que estas instituições acabam por formarem parte da cadeia produtiva, como se fossem um elo do sistema, cada uma com uma área técnica de atuação: a TNC voltada ao sensoriamento remoto, contribuindo com as indústrias frigoríficas no cumprimento dos TACs; a ONG Amigos da Terra desenvolvendo projetos junto aos produtores e sendo multiplicadores do BPA proposto pela EMBRAPA; a IMAFLORA também atua na multiplicação do BPA, além de se dedicar a certificação e também a pesquisas relativas a emissões de gases de efeito estufa.

Podemos perceber também no discurso da IMAFLORA uma proximidade ao discurso do pragmatismo democrático, que está relacionado à emergência dos discursos sobre governança e redes, como podemos observar na explicação do representante desta ONG sobre a atuação da entidade:

Uma área que a gente trabalha bastante é com advocacy, a gente ajudou o Greenpeace na moratória da carne, do compromisso da carne, trabalhamos muito anos com eles, a gente faz no GTPS, a gente representa a sociedade civil na comissão de construção de princípios e critérios do GTPS, com o nosso histórico em certificação, a gente representa a sociedade civil nessa comissão, que é uma comissão formada por representantes de todos os setores, onde está sendo elaborado um padrão GTPS de pecuária sustentável para que a partir daí todos os membros do GTPS passem a aplicar esse padrão nas suas unidades produtivas. Outra coisa que a gente trabalha e que é muito importante pra gente é esse projeto de emissões, que é o SEG, que está dentro do observatório do clima, então o imaflora tem esse papel de ser referencia que trabalha com agricultura e carbono no Brasil. A gente está criando toda essa base para então, do macro até o nível de campo. Então a gente não trabalha só produtor com produtor, a gente trabalha mais com pilotos de campo para ele se replicar e com essa articulação de lobby e políticas públicas e agrícolas e redução das emissões, participamos da COP, então a gente faz uma articulação mais macro (...) as ONGs brasileiras não têm capilaridade suficiente, não é através de projetinho ali ou aqui que a gente vai mudar a realidade do desmatamento. IMAFLORA

As ONGs ambientais começaram a ter participação mais efetiva no campo ambiental especialmente a partir dos anos 1990, com grande influência da Conferência Rio-92. Inicialmente, havia uma atuação no sentido de buscar representar a sociedade civil e de “levantar a bandeira” das problemáticas ambientais. No entanto, a participação destas

entidades na sociedade passaram a se modificar a medida que o acesso aos recursos financeiros ocorriam cada vez mais a partir de licitações e submissão de projetos, o que levou muitas ONGs a se adaptarem às demandas dos financiadores. Esse processo levou a uma profissionalização das ações destas entidades, a partir das seguintes características:

1. Investe-se mais na tecnicidade dos projetos, o que compreende sua elaboração, seu planejamento, seu monitoramento e avaliação, sendo dada uma grande atenção aos indicadores de resultados e impactos.
2. A maioria das ONGs e dos seus profissionais especializam-se numa área de conhecimento e de intervenção.
3. Constitui-se um círculo de relações entre profissionais das ONGs, setores da função pública e, eventualmente, pesquisadores, que facilita o acesso a projetos, seu enquadramento e sua tramitação.
4. Muda o perfil dos quadros das ONGs. Aumenta a porcentagem de pessoas com formação superior, inclusive com pós-graduação. Encoraja-se o aperfeiçoamento profissional.
5. Procura-se melhorar os salários, tradicionalmente modestos, e implementar planos de cargos e salários.
6. Procura-se dar visibilidade ao seu trabalho, à eficácia e ao impacto das suas ações. (BUCLET, 2011, p. 142)

Esta profissionalização, como podemos perceber no discurso dos atores, leva as ONGs a atuarem quase como prestadores de serviço para a cadeia produtiva, apresentando, assim, um discurso com argumentos semelhantes ao setor produtivo.

Dentre todas as instituições apresentadas, duas apresentaram um discurso que se aproxima mais do discurso definido por Dryzek (1997) como “racionalismo verde”. São discursos que questionam a atual organização do sistema econômico e trazem à tona outras questões, como a justiça ambiental, o bem-estar animal, e o questionamento da globalização. Abaixo apresentamos os discursos dessas duas entidades:

Em relação à saúde pública, o que produz é a forma como os animais são criados hoje. Não que se fosse de outra forma, seria isento de implicações éticas, mas a forma industrial de confinamento intensivo, desde a década de 60 estamos criando esses animais dessa forma, gera uma situação ideal para o possível surgimento de patógenos muito perigosos. Os animais passaram a ser considerados peças na linha de

montagem, método industrial aplicado à pecuária. Até a 2ª. Guerra mundial não existiam as “fazendas fábricas”, com linhas de montagem de seres vivos. Nas granjas aquele padrão industrial de criação também. Isso certamente se deve ao aumento de demanda por carne no mundo. Teve um salto absurdo de demanda de carne per capita, além do aumento da população, o aumento de carne não foi proporcional a esse aumento populacional, foi muito maior. (...)A pecuária infelizmente domina a tomada de decisão do poder público, por exemplo, os subsídios, os créditos sociais dedicados as atividades da pecuária são infinitamente maiores do que aqueles destinados a outras atividades agrícolas. Hoje temos uma situação vergonhosa, de que além de uma serie de financiamentos a baixos juros, o BNDES é acionista da JBS Friboi com 30% das ações se não me engano. (30:54). Uma empresa que tem atividade econômica totalmente insustentável, do ponto de vista ambiental, uso insustentável dos recursos, exploração animal, e até exploração humana, tem 30% de suas ações do banco nacional do desenvolvimento, isso sem citar os financiamentos, bilhões de reais foram destinados no ultimo ano agrícola do MAPA, para atividades do agronegócio, não para a agricultura familiar, sendo que a maior parte está ligada a pecuária. Na verdade, o grosso da produção agrícola brasileira e do redito rural brasileiro está sendo destinado a produções pecuárias ineficientes, resultando em falsos preços baixos, a população consegue comprar porque o incentivo do governo para essa atividade torna o produto mais barato, mas é irreal, se esses financiamentos fossem incluídos nos preços e os custos ambientais, seria a coisa mais cara do mundo.SVB

A gente tem no Brasil uma política que está tendo continuidade, e já tem 5 séculos, 500 anos, uma política que coloca o Brasil como produtor e exportador de matérias primas e a pecuária entra nesse contexto. A gente tem uma continuidade de investimentos públicos e mecanismos para reforçar esse sistema, na agricultura principalmente, em alguns setores isso é muito problemático, na cana-de-açúcar, na soja, e a pecuária vem em uma crescente, ela ganhou muita força no país, tem sido bastante apoiada com recursos públicos. Isso está relacionado ao desmatamento da Amazônia, está relacionado a uma questão muito pouco democrática, de grandes áreas do país e está relacionado a problemas ambientais graves. Então, a gente tem um ciclo muito bem constituído, que é a exploração de madeira na Amazônia, para fazer carvão, ou pura devastação, sem aproveitamento econômico, com grandes áreas sendo queimadas para abertura de pastos. Então tem projetos de agropecuária enormes em áreas que eram floresta, a fronteira agrícola avançando em uma constante, e depois essa área é aproveitada para projetos de soja, ou outras monoculturas, para exportação sempre. A agropecuária tem um papel muito claro nesse ciclo que se repete e é uma atividade que vem sendo muito marcada por denúncias de problemas socioambientais (8:02), de maneira muito clara existe uma relação da expansão da pecuária na Amazônia com o trabalho escravo. Se a gente pegar as últimas

atualizações do cadastro nacional, a pecuária está em uma crescente. Na última atualização, a pecuária foi responsável por 1/3 dos casos de trabalho escravo. É um número bastante representativo, e se colocar em um mapa onde esses casos estão acontecendo, é justamente nesses pontos de fronteira agrícola, em direção à Amazônia, (...) O Banco da Amazônia, ali tem um banco constituído para financiar projetos de interesse socioambientais, mas a maior parte dos recursos nos últimos anos destinados pelo banco da Amazônia são para projetos de pecuária, muitos deles em áreas enormes, onde os beneficiários desse modelo econômico são muito poucos, os trabalhadores não são beneficiados disso. REPÓRTER BRASIL

O discurso desses atores questiona a atual forma de organização da cadeia produtiva e também do atual sistema econômico global, sendo vozes minoritárias dentro do grupo de entrevistados. Os atores propõem mudanças necessárias nas estruturas econômicas, sociais e políticas para que ocorram direcionamentos no sentido do enfrentamento da problemática ambiental. Tal discurso orienta as ações destes atores, como poderemos constatar nos próximos capítulos.

6 O DISCURSO DOS ATORES SOBRE O PAPEL DA PECUÁRIA BOVINA NACIONAL NA SEGURANÇA ALIMENTAR

Dentre os atores do setor produtivo entrevistados, um dos elementos amplamente incorporado na elaboração discursiva em relação à segurança alimentar foi a “bandeira do combate à fome” (PORTO, 2014) comunicando uma visão catastrófica da necessidade de produção urgente de alimento perante uma população mundial em franco crescimento, criando uma configuração de benfazeja à pecuária e ao agronegócio, omitindo o reconhecimento da questão ambiental e os riscos para a produção de longo prazo gerados pelo modelo de produção intensivo adotado, além das questões sociais ligadas à desigualdade.

Este argumento tende a naturalizar os fatos relacionados à carência de alimentos, seguindo a tese de Thomas Malthus, que responsabiliza pela fome mundial principalmente os países pobres e subdesenvolvidos com altas taxas de natalidade. Esta urgência pela produção de alimentos está presente não só no discurso dos representantes do setor produtivo, mas também do setor público e do terceiro setor, conforme os trechos dos discursos abaixo:

A pecuária produz alimento e esse alimento é consumido por todas as camadas da população – a produção não só de carne, mas de alimentos de uma maneira geral. Existe um grande equívoco de que o produtor rural é um vilão da natureza. Na realidade, ele produz o alimento que nós que estamos aqui na cidade grande comemos todos os dias, café da manhã, almoço e janta. Então, existem muitos mitos e muita distorção no entendimento da real função da produção primária. A produção primária é fundamental para a existência da humanidade, se não tiver comida... inclusive as projeções populacionais do mundo, que deverá atingir nas próximas décadas mais de 9 bilhões de pessoas, quer dizer, o risco é não ter comida para esse povo todo. JBS

Em uma cidade como São Paulo, o rio está sólido lá, o Tiete, as indústrias, automóveis cada dia se produz mais, e ninguém fala, todo mundo só fala do campo. População crescendo, quanto menor o poder aquisitivo, mais filhos tem, então tem que pensar o todo. Se a população continuar crescendo do jeito que está crescendo não vai ter

jeito, vai ter que derrubar mais mata mesmo, vai ter que entrar mais, ou para de crescer, ou diminui, porque todo mundo tem que comer. A pessoa pode não gostar de carne, mas vai comer outra coisa. EMBRAPA

É, nós temos o maior rebanho do mundo, e o segundo maior exportador do mundo de carne e, claro, as emissões serão proporcionais. Então tem um impacto imenso nas mudanças climáticas e isso a gente está vendo o aquecimento global, o problema da água, fora isso o desmatamento, perda da biodiversidade, mas ao mesmo tempo a população mundial está crescendo, precisa de proteína e a gente precisa alimentar todo mundo e produção tem que existir, então aqui ninguém é contra a produção, mas como dizia o relatório do Greenpeace, a floresta e a produção tem que coexistirem de forma pacífica. IMAFLORA

Percebemos, portanto, que dentre os atores com discursos mais próximos ao do desenvolvimento sustentável, este argumento coloca a atual organização do sistema alimentar como fundamental para saciar a fome da população num futuro próximo, colocando as questões ambientais como inerentes à atividade e como inevitáveis. Neste contexto, argumenta-se a favor da concepção do Brasil como celeiro do mundo, um país de território continental com todos os quesitos ambientais necessários para produzir carne de forma mais sustentável e barata em comparação a outros países. De forma complementar a ele, tem-se também um argumento a favor da liberalização do comércio de alimentos. Desse ponto de vista, o Brasil assumiria o papel de fornecer alimento de qualidade, carne em especial, a preços baixos para países que não teriam condições de produzi-lo por questões territoriais, climáticas, tecnológicas, ou até mesmo por questões jurídicas relacionadas a conflitos por posse de terra, dentre outros:

Brasil está em posição privilegiada, porque tem terras, tem água, tem gente, tem insumos, e é o país que fornece e vai fornecer essa demanda de proteína, principalmente para esses países em desenvolvimento, na China, no Oriente Médio [...] O Brasil produz tanto que dá conta da demanda interna de carne - que é gigantesca - e ainda consegue ser um dos maiores exportadores mundiais. Ninguém mais consegue isso. MARFRIG

(...) nós estamos trabalhando com as projeções da FAO, é que vai aumentar a demanda por alimentos, alguns países vão aumentar a

renda e aumenta a demanda por proteína, hoje o preço da proteína animal é muito grande, talvez com a Índia crescendo, a proporção diminua, mas a China tem uma demanda de proteína animal grande. Então, de qualquer forma, se a gente não exportar carne, a gente vai exportar soja que vai gerar essa carne, porque as áreas de expansão agrícola no mundo são muito pequenas. Argentina já usa toda a área dela, os EUA também. Na África você tem alguma área possível de expansão, mas você não tem segurança jurídica segundo a FAO. E se tivesse segurança jurídica, não teria tecnologia prontamente disponível, tem a questão de posse de terra complicada. MAPA

Observa-se, portanto, um exercício discursivo colocando a pecuária nacional como única opção perante os desafios lançados à segurança alimentar mundial devido ao aumento do consumo de carne. A manutenção desta forma de organização do sistema alimentar é posta como verdade absoluta e incontestável (PORTO, 2014), embora existam tensões importantes relacionadas a práticas insustentáveis deste setor produtivo e, também, em relação ao papel da liberalização do comércio na manutenção da fome mundial (McMICHAEL, 2005). Observamos este mesmo argumento no discurso de um representante das indústrias de carne. A partir de exemplos singulares, citando países como a Indonésia e a Arábia Saudita - que apresentam condições específicas em relação à produção de carne - para reforçar a partir de exceções, a importância da pecuária nacional de forma generalizada, advogando também os princípios da economia neoliberal perante o enfrentamento da insegurança alimentar:

Eu citei o exemplo da Indonésia, então o que acontece? Nos mercados onde você tem esses preços, as commodities variando muito, tem muitos países que optam por “vamos fomentar nossa autossuficiência.” Então você pega a Indonésia, que é um arquipélago de 17.000 ilhas. Eles querem produzir boi e aí eles estão barrando a entrada de produto brasileiro. Eles colocam um monte de barreiras protecionistas para proteger a produção deles, então você está desperdiçando recurso e espaço que a Indonésia não tem, para produzir um negócio que a gente produziria a um custo muito mais baixo e com muito menos recurso. A Arábia Saudita produz frango a três vezes o preço do nosso, então ... eu acho que a liberalização do comércio tem um papel importante porque você vai produzir onde você tem condições de produzir. ABIEC

Observamos, também, a recorrência do argumento de que as formas inovadoras, modernas e eficientes de produção praticadas pelo agronegócio permitiram o aumento da produção de alimentos, o que nos remete novamente ao “suposto” elencado por Bruno (2009): “agronegócio como expressão da modernidade e de um novo modelo de desenvolvimento que atende os interesses e as necessidades de todos”. Dentre os discursos dos atores sociais entrevistados, os exemplos do aumento da produção brasileira da soja e da carne e o domínio do mercado internacional destes dois produtos foram citados como conquistas relevantes para o enfrentamento da insegurança alimentar:

A gente passa por um momento de transformação, até pouco tempo atrás, há 40 anos nós éramos os maiores importadores de alimentos, em 40 anos, o agronegócio explodiu, isso é fato. E o que ocorreu é que em 40 anos nós passamos a ser os maiores produtores de alimentos do mundo, tanto em grãos, quanto em carne, um dos maiores.
FAMASUL

O representante da ONG TNC apresenta argumento semelhante:

...o Brasil, ele é seguramente o país que mais tem a contribuir com a segurança alimentar, é o país que mais pode aumentar a sua produção, a sua produtividade de grãos e proteína animal sem desmatar mais nada e dar conta aí de 20% da demanda mundial. Então o Brasil cumpre um papel importante. Se colocarmos no papel o potencial que nós temos em áreas degradadas e só duplicar essa produção dentro disso aí, a gente não só atinge a redução que a gente tem se comprometido nos fóruns mundiais de desmatamento, como a gente dobra a produção de alimentos, que é a falta do que precisa, quando eu falo em 20%, não falo nem em Brasil, falo em uma demanda mundial colocada pela FAO de proteína animal, sobretudo até 2020. Então esse é o cenário que eu vejo, que a gente possa duplicar a produção, sem alterar nada do desmatamento e atingir uma meta de contribuir com a demanda mundial de 20% de proteína animal. TNC

Uma análise superficial poderia validar estas argumentações, pois, de fato, observa-se um aumento considerável na safra de grãos e na quantidade de carne produzida nas

últimas décadas. Tomando como exemplo o caso dos cereais, uma categoria de produtos estratégica para a alimentação dos brasileiros, observou-se um salto na produção nacional: na década de 1990, a produção média per capita de grãos foi de 450 kg/pessoa, enquanto que entre 2003 e 2013, a média foi de 707,7 kg/pessoa (TEIXEIRA, 2013). No entanto, uma análise detalhada em relação a este ganho de produção revela uma perda para a segurança alimentar nacional, pois os cereais que compõem a alimentação cotidiana da população brasileira, como o feijão e o trigo, estão tendo queda na produção e/ou aumento da importação, enquanto os grãos direcionados ao mercado externo estão em pleno avanço. De acordo com as projeções do agronegócio divulgadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2014), a produção de feijão no Brasil, por exemplo, deve diminuir de 3,7 para 3,2 milhões de toneladas no período entre os anos 2013/14 e 2023/24, enquanto as importações aumentarão 24% nesse mesmo período. Portanto, observa-se por trás desta argumentação a lógica de um aumento de produtividade dissociado das carências alimentares da população (IORIS, 2015).

No caso da carne bovina, o balanço “consumo doméstico x exportação” compõe-se como um complexo mosaico que mescla o vasto mercado interno com as diferentes demandas estrangeiras, guiadas por motivações distintas. Na lógica neoliberal, em que quanto maior o mercado, mais maleabilidade é possível para manter a lucratividade perante as variações de preço e, também, para lidar com possíveis bloqueios comerciais, o setor pecuário brasileiro mostra-se bastante adaptado.

Um exemplo da adaptação da produção nacional à diversidade do mercado externo refere-se à adequação da maioria das plantas dos principais frigoríficos nacionais ao abate “halal”, seguindo as leis muçulmanas. Também, outros fatores responsáveis pela diversidade de exportações da pecuária são as questões culturais em relação à forma de consumo da carne vermelha e pelo aumento da renda, especialmente nos países asiáticos. Nos relatos abaixo, um representante do setor nos permite ter uma ideia de como esse mosaico ocorre na prática e no relato seguinte outro entrevistado explica a importância da exportação:

A Rússia a gente exporta muito, pau a pau com Hong Kong. Para a Rússia a gente exporta quase todo o boi, dianteiro todo, e a parte de trás também. Tem a parte mais nobre que é filé, alcatra, contra-filé geralmente a gente manda para Europa e também mercado interno, depois picanha, fraldinha, maminha, isso é coisa de brasileiro. Miúdo, bucho, buchinho, aorta, vende para Hong Kong, só tranqueira e eles pagam uma grana alta. Rim e rabo a gente vende para a África, figado muito mercado interno, alguma coisa para o Egito. Língua mercado interno. MAFRIG

A Austrália e o Uruguai são dois países de referência de produção de carne no mundo e apresentam um refino estratégico, tecnológico, de educação comercial bem avançado, porque são países predominantemente exportadores. Ambos exportam 80% do que produzem. Se eles não tiverem um refino na questão estratégica e de posicionamento global, eles não têm pra quem vender a carne. O povo não da conta de comer, por mais que coma bastante carne, não consegue comer tudo o que produz. O Brasil é o inverso, pelo tamanho, dimensão continental do país, tamanho da população e o crescimento do poder de renda da população, a demanda é enorme. Porém, o equilíbrio mercado doméstico – exportação é fundamental, porque a demanda do consumo brasileiro não segue a produção da carcaça do boi. Ou seja, o prato típico do brasileiro é arroz, feijão, carne, bife e salada. Você não faz bife com todo o boi, só com um pedaço dele. Também, não se faz churrasco com um boi todo, só um pedaço. Picanha é 1% do boi. Então, produz muito volume e há um descasamento dessa demanda. E aí a exportação entra justamente nisso, para equalizar o mix”. JBS

O principal a destacar nesta elaboração discursiva é que a argumentação de evitar o desperdício (pois o mercado não absorve todos os cortes da carne bovina), oculta a lógica do crescimento ilimitado da lucratividade, baseada no aumento da produção e comercialização, trazendo atrelada a obrigatoriedade da exportação no caso da pecuária nacional. Ou seja, porque se aumentou o mercado para determinados tipos de cortes, torna-se obrigatório continuar expandindo as exportações para evitar que outras partes do animal não sejam desperdiçadas – é justamente aí que entram as exportações para os países orientais, que culturalmente têm o hábito de se alimentar de partes do animal que geralmente não são consumidas nos países ocidentais.

Embora o discurso que relaciona a atual forma de organização do setor pecuário como necessária para garantir a segurança alimentar mundial, os atores que apresentaram discurso mais próximo ao “radicalismo verde” (DRYZEK, 1997), argumentaram de forma contrária, conforme o discurso apresentado abaixo:

Segurança alimentar a gente tem uma situação inaceitável no planeta com mais de 1 bilhão de pessoas passando fome e tem uma perspectiva bastante sombria desse numero aumentar. Isso tudo acompanhando os números da FAO. Há necessidade da ampliação da produção de alimentos no mundo, com o aumento da população mundial. Segurança alimentar é uma preocupação importante. Em uma análise rasa, é lógico que vamos querer privilegiar quem produz comida, mas se for parar para analisar, olhar os números, a própria FAO coloca, o relator é um brasileiro, Graziano, tem um contraste. Quem alimenta o Brasil são as pequenas propriedades baseadas em policultura e não monocultura. A produção de alimentos no Brasil é bastante distribuída, temos muitos pequenos produtores alimentando os brasileiros, mesmo esses pequenos produtores não sendo donos da maior parte das terras do Brasil. A maior parte do espaço é ocupado por monocultivos para exportação e aí temos a cana-de-açúcar, nem vou entrar na discussão de biocombustíveis, ou podemos pegar a soja, ela está sendo produzida em larga escala no Brasil para exportação e para fazer ração. Estamos construindo uma grande estrutura... esse setor da pecuária como está estruturado hoje, depende muito da produção de soja e de ração, se esse espaço fosse cultivado para produção de alimentos e não bois, nós teríamos uma situação de segurança alimentar muito melhor. Nessa produção como está organizada hoje, tem uma serie de problemas: monocultivo, uso de agrotóxicos e o uso de transgênicos sem o devido estudo prévio. (...) A maneira como a pecuária está sendo organizada agora, ser apresentada como uma solução para a fome,soa como uma piada de mau gosto.
REPÓRTER BRASIL

Um fator que nos chamou a atenção foi a naturalização do aumento do consumo mundial de carne pela grande maioria dos entrevistados. A relação direta entre o aumento de renda e o aumento do consumo é dada como fato definitivo, sem um questionamento sobre os elementos intrínsecos que levam a isso. A seguir o trecho da entrevista exemplifica este questionamento, destacando a influência cultural relacionada a este alimento:

A decisão do consumidor a gente sabe, acaba sendo guiada por algumas externalidades, um driver dessa decisão de consumo de carne, certamente é a cultura e tradição de que consumo de carne, especialmente a vermelha, está associado a status social. A primeira mudança de padrão de consumo de uma família que ascende socialmente é aumentar o consumo de carne, talvez a segunda seja comprar um carro. Decisões insustentáveis de consumo, que ainda são associadas a camadas superiores da sociedade, consumo de carne tem status e carro também – pensando no Brasil, não sei lá fora. Então, junto com a diminuição da pobreza, você tem um aumento per capita de carne. SVB

Patterson (2000) desmistifica essa naturalização do aumento do consumo da carne atrelado ao aumento de renda, argumentando que o consumo de carne é encharcado de significados culturais e as dietas abundantes neste tipo de alimento estão associadas à reprodução de várias formas de poder social. Uma delas seria a masculinidade, em que o consumo de carne estaria relacionado à multiplicação da cultura patriarcal. A outra seria a dominação, pois expressaria o poder do humano sobre o resto da natureza de forma bastante clara, relacionada à quantidade de recursos necessários para a sua produção. E, por fim, a carne seria um símbolo de modernidade e riqueza, tanto que a associação entre a carne e a modernidade teria produzido uma política global em que o aumento do consumo de carne foi tomado como um indicador de modernização nos países em desenvolvimento. “Tal dinâmica é estimulada por disparidades globais no consumo de carne, em paralelo com as desigualdades globais de riqueza e renda” (pag.)

No Brasil, a forma de consumir e de comprar carne bovina passou por profundas transformações recentemente. Um alimento que tradicionalmente era comprado em supermercados e açougues a granel, ou seja, sem marca definida, passou a ser concebido de outra forma por grande parte dos consumidores depois de uma intensa campanha publicitária da indústria JBS lançando a marca Friboi. O contexto em que este lançamento ocorreu nos ajuda a compreender o processo pelo qual a cadeia produtiva da carne bovina está passando atualmente.

Uma semana antes do lançamento desta campanha publicitária, no dia 10 de março de 2013, foi exibida no programa Fantástico da Rede Globo uma reportagem sobre a pesquisa realizada pela ONG Amigos da Terra a respeito dos frigoríficos clandestinos que existem no Brasil, comunicando os riscos para a saúde humana e o bem-estar animal. Na quarta-feira seguinte, no dia 13 de março, a revista Veja também lançou uma reportagem sobre a problemática dos abates clandestinos ou mal fiscalizados. Uma semana depois, a JBS juntamente com as agências de marketing, lançou a campanha publicitária denominada “Peça Friboi. Carne confiável tem nome”. A campanha aconteceu a partir de diferentes veículos de comunicação e teve artistas formadores de opinião como “garotos propagandas”.

Questionado se a reportagem no Fantástico e o lançamento da campanha publicitária da Friboi foram orquestrados, o representante da ONG Amigos da Terra explicou:

Na verdade, eles anteciparam. Eu diria o seguinte: a JBS, Marfrig, os frigoríficos estavam a par do problema sanitário e abate clandestino que atrapalha eles e atrapalha o varejo também. Tanto o varejo quanto as indústrias, as pessoas que trabalham dentro da lei são atrapalhados, eles não tem como competir. A Friboi já estava querendo trabalhar com isso, ela já sentia que tinha esse problema, a propaganda com o Tony Ramos que iria ao ar, sei lá, um mês depois, foi antecipado. O negócio já estava pronto, mas foi colocado no ar antes. Já estava engatilhado porque sabiam que existia o problema, daí foi ao ar no Fantástico e eles aproveitaram a onda. AMIGOS DA TERRA

Ao falar sobre as mudanças no modo de vender e consumir carne, o representante da JBS explicou que as empresas de processamento de carne terão um papel cada vez maior nesta comercialização, já vendendo a carne cortada e embalada:

...a tendência é que bandeja já saia pronta do frigorífico, ao invés de vender a peça grande de carne, a tendência é ela vir cada vez mais fracionada, isso envolve um desdobramento muito grande de

alternativas de embalagem, equipamentos, logística, cadeias de suprimento e re-suprimento, é bem complexo. Isso já é realidade, já tem lojas piloto aqui em São Paulo do Walmart, Pão de Açúcar, que já estão recebendo a carne todinha na bandeja, atmosfera modificada, resfriada, 10 dias de validade e sai pronta para o consumo. Você vai no supermercado, a carne para comprar tem que estar vermelha, bonita, se ela está escura, a pessoa já não compra. Hoje já tem tecnologias disponíveis para conservar o frescor da carne por mais dias. A bandeja que vendem em supermercado dura 2 dias, hoje tem técnicas que dá pra manter até 10 dias sem aditivo químico. É só frio e alteração da composição do gás, aumento do nitrogênio e tal. JBS

Estes discursos e o contexto em que aconteceu a campanha publicitária em torno da marca Friboi expõem o poder que esta empresa, e o setor como um todo, desfrutam em nossa sociedade. Antes do lançamento da campanha, dois dos maiores veículos de comunicação brasileiros publicaram reportagens que contribuíram para dar credibilidade ao produto que estava sendo vendido e, embora o representante da ONG Amigos da Terra afirme que não foi uma ação conjunta, o fato da reportagem do Fantástico ser baseada em ações de uma ONG com tradição em atuação na área ambiental, contribuiu para agregar o aspecto socioambiental ao produto. Somado a isso, o fato dos produtos já chegarem embalados ao supermercado, agrega valor aos produtos da empresa, e se destaca perante os consumidores, com base no conceito de modernidade atribuída cada vez mais ao setor alimentício, com produtos embalados, vinculados à imagem de limpeza, praticidade e tecnologia.

Ainda, relacionado ao mercado doméstico da carne vermelha, o Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS) organizou uma reunião para tratar sobre o tema, no final do ano de 2013. Como esta pesquisa estava na fase da coleta de dados e a entrevista com o representante do GTPS havia sido realizada recentemente, a autora desta Tese foi convidada a participar da reunião. No referido encontro, estavam presentes os representantes do GTPS; das redes varejistas Wal Mart, Pão de Açúcar e Carrefour; de agências de publicidade e também pesquisadores de uma Universidade do Rio de Janeiro. A proposta era desenvolver um projeto, com base em conhecimentos antropológicos, conforme explicou o representante do GTPS, para compreender como ocorre o consumo de carne atualmente no país e como incentiva-lo. A partir de outras

pesquisas, os participantes daquela reunião já conheciam alguns dados importantes: o primeiro deles é que a carne é o único produto alimentício no Brasil comprado mais por homens do que por mulheres; o outro dado é que foi verificada a mudança dos hábitos alimentares da população brasileira, que está trocando o jantar, composto por comida semelhante àquela presente no almoço, por refeições mais leves, como lanches, ou outros alimentos. O grande desafio proposto no projeto de pesquisa que estava sendo traçado naquele momento era identificar possíveis produtos derivados da carne que poderiam ser bem aceitos neste novo hábito dos brasileiros.

Estes relatos exemplificam como os mercados consumidores são influenciados e até mesmo “moldados” pelo sistema econômico vigente, e como os discursos dominantes estão enraizados e são propagados por instituições de poder que, por fim, deixam inaudíveis os discursos opositores.

A conclusão de Thompson e Scoones (2009), entre outros, de que, de modo global, o projeto “modernista” dominante em processos de política públicas relacionados aos alimentos e à agricultura tem falhado, no sentido de gerar resultados sustentáveis para muitas populações pobres em países menos desenvolvidos, se aplica também ao Brasil. Enquanto isso, discursos de empreendedorismo e inovação apoiam-se no argumento da soberania alimentar para justificar investimentos prioritários e tratamento especial por parte dos governos (EAKIN et al., 2014)

De acordo com Gomes e Gomes (2014), a expansão das monoculturas brasileiras afeta diretamente a produção de outras culturas, predominantemente substituindo a produção diversificada de alimentos para o consumo interno por culturas que não são consumidas por humanos. Com isso, o país está cada vez mais dependente da importação de alimentos básicos “num contexto de elevadas vulnerabilidades da oferta mundial por conta, em particular, dos cada vez mais frequentes e intensos sinistros climáticos derivados do processo de aquecimento global” (TEIXEIRA, 2013, pag. 28). Observa-se, portanto, um paradoxo: em detrimento da segurança alimentar nacional prioriza-se o aumento da exportação de produtos agropecuários, justamente sob o argumento de garantir a segurança alimentar global.

7 AS RELAÇÕES TRABALHISTAS NA PECUÁRIA BOVINA DE CORTE BRASILEIRA: UM CAMPO EM DISPUTA

Os discursos dos entrevistados sobre a temática das relações trabalhistas dentro da cadeia produtiva da pecuária expuseram importantes processos de negociações, intermediados por alianças, conflitos e também disputas de poder. Atores de diferentes setores da sociedade participam direta ou indiretamente desses processos, em que se revelam tensões entre dois importantes elementos: por um lado, as condições de trabalho dos trabalhadores do setor e, por outro, o crescimento econômico da cadeia produtiva e a busca por maior lucratividade.

O desenvolvimento capitalista no campo, assim como nas áreas urbanas, transformou profundamente os modos de produção e as relações trabalhistas. Atualmente, a contínua incorporação de tecnologias, a padronização da produção em larga escala e a busca ininterrupta pela ampliação do mercado, são elementos que norteiam os sistemas produtivos e exercem grande influência no (re)arranjo da mão de obra em nível global. Num processo contínuo de crescimento de competitividade intercapitais, interempresas e interpotências políticas do capital, as consequências dissipam-se por várias direções nos diferentes países, sendo a precarização da força humana de trabalho um importante componente da reestruturação do sistema produtivo (ANTUNES, 2001). Neste contexto, o trabalho assume o papel de uma mercadoria, adquirida a partir de remuneração, regulada pelas leis trabalhistas de cada país e também pelo mercado.

Estas transformações nas relações trabalhistas acabam por provocar mudanças profundas na vida dos trabalhadores, como na educação, no lazer e na vida privada. Considerando a relação entre trabalho e saúde, os impactos dessa reestruturação do e no trabalho também influenciam nos modos de viver e de morrer dos trabalhadores. Tais alterações se enraízam em toda a sociedade e de forma perversa acentuam, por um lado, a pobreza, e por outro, a acumulação do capital, gerando ou agravando as contradições sociais que vivemos atualmente e desestruturando as políticas sociais.

No Brasil, a forma como a cadeia produtiva da pecuária bovina está organizada atualmente traz importantes implicações em relação ao trabalho, tanto nas fazendas como nas indústrias frigoríficas. Um fator relevante é a baixa empregabilidade desta atividade no campo, que está relacionada à predominância da forma extensiva da pecuária bovina no país. De acordo com o último Censo Agropecuário (IBGE, 2006), a partir de um levantamento da relação do pessoal ocupado (po) por área nos estabelecimentos (po/ 1000 ha), a pecuária tem uma das relações mais baixas, 27,3 po/1000 ha, perdendo apenas para os estabelecimentos cuja atividade principal é floresta plantada (26,6 po/1000 ha). Ou seja, a pecuária é uma das atividades que menos oferece oportunidades de trabalho no campo. Este fato é agravante quando consideramos que os pastos ocupam a maior parte das terras agriculturáveis do país, o que leva, portanto, a um “esvaziamento” da área rural (BECKER,2001).

O debate sobre as questões trabalhistas relacionadas a esta cadeia produtiva intensificou-se nas últimas décadas, principalmente devido às denúncias recorrentes sobre as más condições em que muitos trabalhadores do setor estavam submetidos. A grave relação entre a pecuária e o trabalho escravo nas fazendas, por exemplo, é notificada por grandes veículos de comunicação há bastante tempo, como no jornal “A Folha de São Paulo” que em 18 de julho de 2004 publicou uma reportagem intitulada “Agronegócios e pecuária de ponta usam trabalho escravo”; e “O Estado de São Paulo”, que noticiou no dia 16 de maio de 2014, dentre outros, o resgate de 276 trabalhadores em fazendas de pecuária que se encontravam em condições análogas ao trabalho escravo na notícia intitulada “Construção lidera casos de trabalho análogo à escravidão”.

Em relação às questões trabalhistas nas indústrias frigoríficas, a busca por maior competitividade já na década de 1990 levou a uma “profissionalização da gestão” dos frigoríficos com foco na lucratividade e na redução dos custos, e foi nesse período que ocorreu uma explosão das doenças ocupacionais no segmento agroindustrial brasileiro (CERIGUELI, 2013). A produção nas indústrias frigoríficas é constituída por tarefas com características em que prevalece o trabalho manual, repetitivo, altamente desgastante, sem rotatividade, desenvolvidas em ambientes fechados de baixa

temperatura e sem contato com a luz solar, o que leva a um alto número de afastamentos devido a doenças tanto físicas como psicológicas. Também, são atividades que não exigem alta qualificação profissional e, portanto, em caso de substituição dos funcionários, o treinamento é simples e de baixo custo, o que mantém a remuneração do setor muito baixa (FINKLER; CÊA, 2009). Apesar de ocorrerem iniciativas para a regulamentação do trabalho neste tipo de indústria desde 1990, os índices elevados dessas doenças ainda perduram nas empresas do setor.

É a partir deste contexto complexo, em que questões sociais primordiais são colocadas no centro do debate, que os atores envolvidos constroem os seus discursos sobre o tema. Apresentamos abaixo alguns trechos das entrevistas em que os atores argumentam sobre a relação entre trabalho e pecuária. Nas áreas rurais este é um tema que expõe as tensões entre a lucratividade da atividade, defendida pelo setor produtivo e seus parceiros, e as questões sociais rurais, vivenciadas pelas populações locais e também por trabalhadores rurais vindos de outras regiões. Nos três primeiros discursos apresentados, os atores abordam a questão da empregabilidade do setor a partir de um discurso integrador, que considera todos os elos da cadeia, numa visão própria do agronegócio. Neste tipo de discurso, a baixa empregabilidade no campo fica oculta perante a quantidade de empregos gerados em outros segmentos do setor, principalmente nas indústrias frigoríficas e, assim, os questionamentos sobre o papel social da terra e sobre o campesinato, por exemplo, ficam silenciados ou até mesmo perdem o sentido, uma vez que a pecuária é apresentada como uma (ou muitas vezes como a única) atividade econômica de sucesso nestas regiões em termos de geração de receitas e de empregos para o país.

Não só a produção dentro da fazenda, mas indústria, insumos que vão para a fazenda, insumos que vão para a indústria, e o que a indústria produz de carne e couro, sebo que vira biodiesel, então a gente chegou a esse valor: em 2010 a pecuária movimentou 167 bilhões de dólares. A pecuária gera mais de 6,3 milhões de empregos diretos e indiretos. A pecuária é uma atividade econômica. Do ponto de vista social e econômico é uma atividade que contribui para a economia do país e contribui

em regiões que normalmente tem muito poucas alternativas.
ABIEC

A própria disponibilidade de mão-de-obra na região, diferente do Sudeste, em que se trabalha em áreas confinadas, acaba se empregando mais. Mas quando se trabalha com sistema bem extensivo, aí sim se tem um numero menor de mão-de-obra, mas tem uma disponibilidade menor de trabalhadores, mas se pensa-se na cadeia como um todo, aí não, você tem o frigorifico, com um volume de mão-de-obra bem razoável, porque por mais que seja mecanizado, ainda existe um grande parte das atividades feitas manualmente, e pensando na cadeia, ainda tem a questão do transporte, então tem uma empregabilidade um pouco melhor. Obviamente se for comparar isso com horticultura, floricultura, é diferente, mas daí acho vem muito também da (42:45) da questão climática da região. A região norte, ela é propícia para trabalhar com pecuária, em vários estados. Mesmo se você falar que está utilizando menos gente, está... mas se você for fazer outra atividade lá, terá limitações. No Pará tem um pouco do leite e pecuária só. E ainda tem a questão do mercado. O leite empregaria mais pessoas, porque trabalha com o pequeno produtor, mas daí tem o problema que não tem um laticínio e daí não consegue vender o produto lá, são outros fatores que envolvem. No caso do Acre, por exemplo, 75% das lavouras são consideradas pequenas, isso é mão-de-obra familiar, eles não têm nem mais como fazer outras coisas além de tomar conta do gado. AMIGOS DA TERRA

Então no contexto em que hoje a indústria tem de emprego é ligado a uma planta industrial. Uma planta frigorifica com SIF, que abate 1200 cabeças/dia, como são essas que estão lá, tem essa capacidade, ela tem basicamente um boi para cada funcionário, então ela (a pecuária) gera proporcionalmente muito emprego, pensando em empregos com a indústria envolvida. Se você pensar só nos empregos com a forma extensiva que tem a pecuária, não tem nem comparação. Se você for para Marajó, é um peão pra cuidar de uma boiada de 500.000 cabeças, não é negócio, só é desmatamento. Se você levar isso com a indústria, essa “sifada” com direitos trabalhistas, etc., ela gera para cada cabeça basicamente um emprego. Também tem uma inserção quando se trabalha como cadeia. E se você ainda coloca o varejo dentro desse processo. Então se você não desmata, se você produz a proteína animal com qualidade, você atende a segurança alimentar e além de tudo, gera emprego, gera renda, eu acho que é uma utilidade importante para o Estado sim, nessas condições. (...) Aí tem o trabalho escravo, bem estar

animal, bem estar humano, são vários itens que tem que ser atendidos, questão fundiária, questão ambiental, então até atingir todos esses níveis de exigência, tem processos demorados, e as vezes é caro, por causa de assistência técnica mesmo. Por exemplo, o produtor tem que pagar por um laudo de que ele está de acordo com a lei trabalhista, então tem até a distância certa de um dormitório para o outro, quem não fizer isso, está reprovado. O refeitório tem que ser exatamente assim, não é uma questão do trabalhador. TNC

(...) nós não temos gente, não acha mais gente para trabalhar, não tem trabalhado primário. Precisa mudar essas leis trabalhistas, esse seguro desemprego, que a pessoa fica um período no trabalho, daí ela sai, fica seis meses com bolsa disso, bolsa daquilo. Então, isso precisa ser mudado, com isso o campo está sofrendo muito. Porque a tecnologia está aí, a gente evoluiu muito, mas muito mesmo, só q acaba faltando pessoas. FAMASUL

A agropecuária tem um papel muito claro nesse ciclo que se repete e é uma atividade que vem sendo muito marcada por denúncias de problemas socioambientais, de maneira muito clara existe uma relação da expansão da pecuária na Amazônia com o trabalho escravo. Se a gente pegar as últimas atualizações do cadastro nacional, a pecuária está em uma crescente. Na última atualização, a pecuária foi responsável por 1/3 dos casos de trabalho escravo. É um numero bastante representativo, e se colocar em um mapa onde esses casos estão acontecendo, é justamente nesses pontos de fronteira agrícola, em direção à Amazônia. Se for analisar, os dados financeiros do Banco da Amazônia, ali tem um banco constituído para financiar projetos de interesses socioambientais, mas a maior parte dos recursos nos últimos anos destinados pelo Banco da Amazônia, são para projetos de pecuária, muitos deles em áreas enormes, onde os beneficiários desse modelo econômico são muito poucos, os trabalhadores não são beneficiados disso. (...) Mas na pecuária da Amazônia, tem uma característica especial, que é o boi espalhado, muitas vezes abandonado, muitas vezes sem cuidado, e é um investimento barato. A terra custa pouco, com pasto ralo, você cria boi, com um peão, que vai viver em uma condição que ninguém se importa. É esse tipo de projeto econômico que se tem lá. E com esse tipo de modelo de ocupação do solo, sem preocupação em aproveitar o solo o máximo possível, tem-se uma maior situação de vulnerabilidade, e aí quando isto está na

Amazônia, em que a ausência do Estado é muito característica (...) é uma situação, em algumas localidades, de capitalismo selvagem ao extremo, tem desmatamento, não tem intervenção do Estado, e tem a ocupação do solo, a atividade econômica se desenvolvendo sem nenhuma regulação. Isso favorece a exploração de pessoas por pessoas. (...) Grandes projetos em áreas isoladas, a gente teve um resgate no ano passado que precisamos até de um helicóptero para conseguir trazer a equipe de trabalhadores, era um isolamento geográfico extremo. Os peões vão, desmatam, fazem toda a limpeza do pasto e ficam isolados, não conseguem sair dessa região, a estrada é de péssimo acesso. Então, existem pessoas vivendo em condições absurdas sem conseguir sair de lá. No Brasil, o trabalho escravo está definido no Artigo 149, do Código Penal brasileiro, ele configura o trabalho escravo de 4 maneiras diferentes: trabalho escravo como trabalho forçado direta ou indiretamente, e aí entra até o isolamento geográfico, ou ameaças, coação, em um local com ausência de Estado isso é muito gritante; tem o trabalho escravo configurado com base em servidão por dívida, é o caso do Chico Mendes, a percepção dessa situação não é tão clara para o trabalhador; e aí temos 2 outras modalidades que os setores mais conservadores da sociedade brasileira tem insistido que é um completo absurdo, que é trabalho em condições degradantes e jornada exaustiva, que são 2 categorias. Nós temos acompanhado muitos fóruns internacionais, e o que sentimos de outros organismos internacionais, é que esses 2 aspectos são o que tornam o Brasil como um modelo no combate ao trabalho escravo. A ONU se posicionou nesse sentido, eles têm isso muito bem definido. Para nós, condições degradantes é um conjunto de condições a que o trabalhador é submetido e que ele perde a identidade de humano, um processo que os acadêmicos chamam de coisificação, você deixa de se entender como gente, como um sujeito de direitos, deixa de ter a sua dignidade básica respeitada e passa a aceitar isso como normal. A jornada exaustiva está na mesma linha de raciocínio, você trabalha 15 horas, mas eu não sou escravo, só trabalhei hoje, é diferente de um cara que está em jornada exaustiva, ele fica 7 dias por semana trabalhando 10, 12, 13, 14 horas por dia, ele perde a noção de humanidade, passa a viver só para aquilo, que também é um processo de coisificação. (...) É comum em fazendas, onde ocorre libertação, ter trabalhadores em isolamento geográfico e vivendo em condições degradantes. Vemos muitos e muitos casos em que os trabalhadores bebem a mesma água que os bois, têm trabalhadores vivendo em barracos. Aí entra outro argumento, “isso é local, é cultural, são as condições em que todas as pessoas da Amazônia vivem, você

está vendo com uma visão de São Paulo, fora do contexto”, que é o mesmo argumento de falar “o cara pode viver na favela”. Isso é a naturalização da pobreza, aos pobres a pobreza. Mas quando você inclui isso em um sistema econômico, que alguém está lucrando com essa situação, se tem uma empresa constituída, isso deixa de ser a miséria pura e simples, isso passa a ser uma exploração, e aí entra toda a história do Brasil de coronelismo, a constituição de latifúndios, com coronéis controlando as relações de poder, e esses coronéis tendo o discurso de que “eu ajudo ele, sou padrinho dele”, que é o mesmo discurso que a gente escuta agora: “esses caras estariam vivendo em uma situação pior se eu não estivesse ajudando”. (...) E existe um movimento por parte da bancada ruralista para mudar essa lei, querem deixar como trabalho escravo apenas as situações mais graves. REPÓRTER BRASIL

Dentre as leis trabalhistas citadas pelos atores do setor produtivo, está a NR 31 (Norma Regulamentadora 31 – Segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária silvicultura, exploração florestal e aquicultura), destacando as dificuldades relativas à sua implantação. No Brasil, as Normas Regulamentadoras referem-se a procedimentos obrigatórios relacionados à segurança e medicina do trabalho e devem ser cumpridas por todas as instituições empregadoras brasileiras regidas pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Estas regulamentações são elaboradas e modificadas por comissões tripartites, compostas por representantes do governo, dos empregadores e dos empregados e são periodicamente revisadas pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social. De acordo com o documento oficial, o objetivo da NR 31 é:

Estabelecer os preceitos a serem observados na organização e no ambiente de trabalho, de forma a tornar compatível o planejamento e o desenvolvimento das atividades da agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura com a segurança e saúde e meio ambiente do trabalho.

Alguns exemplos das obrigações dos empregadores dispostos nesta NR são: garantir a realização do exame médico admissional, antes que o trabalhador assumira suas atividades e exame médico periódico anual; equipar a propriedade rural com material

necessário à prestação de primeiros socorros, considerando-se as características da atividade desenvolvida; disponibilizar, gratuitamente, ferramentas adequadas ao trabalho e às características físicas do trabalhador, substituindo-as sempre que necessário; em caso de acidente, o empregador deve garantir a remoção gratuita do empregado até o Centro de Saúde mais próximo; disponibilizar ao empregado água potável e fresca em quantidade suficiente.

No segundo discurso apresentado, o representante da ONG TNC demonstra insatisfação em relação a uma possível rigidez da NR 31 na seguinte frase: “O refeitório tem que ser exatamente assim” e outros atores do setor produtivo argumentaram sobre a dificuldade para a implantação desta NR. Em relação ao tópico “refeitório”, especificamente, o que está regulamentado por esta Norma são os seguintes itens: os locais de refeição devem ser limpos e atender aos seguintes requisitos: boas condições de higiene e conforto; capacidade para atender a todos os trabalhadores; água limpa para higienização; mesas com tampos lisos e laváveis; assentos em número suficiente; água potável, em condições higiênicas; depósitos de lixo com tampas. A NR também dispõe que nas frentes de trabalho devem ser disponibilizados abrigos, fixos ou móveis, que protejam os trabalhadores contra as intempéries, durante as refeições.

A maioria dos itens citados se refere a tópicos também exigidos nas empresas nos dias atuais. Considerando o discurso do setor produtivo já descrito em capítulo anterior, que propõe a modernização do campo e a transformação das propriedades rurais em empreendimentos empresariais, este tipo de regulamentação deveria ser recebido com naturalidade pelo setor. No entanto, estes discursos argumentam no sentido da necessidade de uma flexibilização da NR31, tendo o alto custo de implantação como principal argumento, mesmo esta regulamentação sendo resultado de uma negociação de participação tripartite em que os empregadores estavam representados. É possível observar o referencial da racionalidade econômica neste tipo de discurso, em que os direitos humanos e a qualidade de vida, por exemplo, são concebidos como “externalidades” do sistema produtivo (LEFF, 2001) e, assim, as reivindicações por melhores condições de trabalho no setor são avaliadas a partir da lógica do capital, que prioriza a redução dos custos e trata, por exemplo, a saúde e a segurança do trabalhador

a partir de regulamentações que são permanentemente questionadas, levando a constantes (re)negociações entre patrões e empregados, tendo o mercado como principal mediador.

Vale destacar que muitos dos itens exigidos pela NR 31, como limpeza no ambiente das refeições, garantia de proteção contra intempéries nos momentos das refeições, acesso à água potável e prestação de socorro em caso de acidente, são questões básicas que estão relacionadas à garantia da dignidade humana no ambiente de trabalho.

Outra grave problemática relacionada às questões trabalhistas é o trabalho escravo, que está presente tanto em estabelecimentos rurais como urbanos e vem sendo alvo de denúncias e críticas há bastante tempo. Em 2004, como uma forma de enfrentar tal crime, foi criado o Cadastro de Empregadores flagrados utilizando mão de obra em condições análogas à escravidão. Este cadastro também é conhecido como “lista suja” e é mantido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Semestralmente esta lista é atualizada pelo Ministério, divulgando os nomes de pessoas físicas e jurídicas que cometeram este tipo de crime. A intenção é que os proprietários incluídos na lista não acessem financiamentos públicos, além de terem as relações comerciais prejudicadas devido ao desgaste da imagem.

Os resgates de trabalhadores em situações análogas à de escravo são comuns em fazendas de pecuária. Em relatório divulgado pelo MPE em 2012, por exemplo, a pecuária foi a atividade na qual houve o maior número de trabalhadores resgatados em nível nacional naquele ano: 497 trabalhadores. Segundo divulgação da ONG Repórter Brasil (2015), no período de 1995 a 2015 foram resgatados mais de 47.000 trabalhadores em condições análogas ao trabalho escravo. Entre os anos 2003 e 2014 foram libertados 12.458 trabalhadores em fazendas de pecuária, o que corresponde a 29% dos resgates deste período, e coloca a pecuária como a atividade com maior número de trabalhadores resgatados.

No entanto, tanto esta “lista suja” como a própria Lei que regulamenta o trabalho escravo estão sendo alvos de importantes embates estabelecidos entre empregadores, políticos e instituições da sociedade civil. Por exemplo, em 2014, por determinação do

Supremo Tribunal Federal, foi bloqueada a divulgação da “lista suja”, que acontecia semestralmente desde 2003. Esta lista só foi divulgada em 2015 devido à pressão da sociedade civil com base na Lei de Acesso à Informação, que obriga o governo a fornecer as informações que sociedade tem o direito de saber.

Outro embate ocorre via Câmara dos Deputados e gira em torno da o Artigo 149 do Código Penal que regulamenta o trabalho escravo, citado no discurso do representante da ONG Repórter Brasil. Abaixo segue a descrição do Artigo:

[Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940](#) – Artigo 149 do Código Penal

Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto: (Redação dada pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003)

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência. (Redação dada pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003)

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem: (Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003)

I - cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho; (Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003)

II - mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho. (Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003)

§ 2º A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido: (Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003)

I - contra criança ou adolescente; (Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003)

II - por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem. (Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003)

Atualmente duas propostas relacionadas a esta lei estão tramitando. Uma delas é a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Trabalho Escravo (438/01) que prevê a expropriação de imóveis rurais e urbanos onde for constatado trabalho escravo, sendo estes imóveis destinados à reforma agrária ou a programas de habitação popular, sem indenização ao proprietário. Ao mesmo tempo, a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento Desenvolvimento Rural propõe a alteração da definição de trabalho escravo no Brasil, alterando o Código Penal (Decreto-Lei 3.689/41) e retirando os termos “jornada exaustiva” e “condições degradantes de trabalho” da definição do crime. A bancada ruralista alega que a atual redação do Código Penal não define o que é “jornada exaustiva” e “condição degradante de trabalho”, o que, segundo este grupo de deputados, poderia permitir interpretações errôneas, que levassem à desapropriações injustas de imóveis rurais.

Também existem disputas e embates nas questões trabalhistas relacionadas às indústrias processadoras de carnes. Os dois discursos apresentados a seguir referem-se a este tema. No primeiro, um representante da cadeia produtiva destaca a dificuldade existente em relação à prevenção de lesões e ao controle de acidentes de trabalho neste tipo de empresa. No segundo, o representante de uma ONG refere-se à mesma problemática, citando uma Norma Regulamentadora criada para tentar reduzir os altos índices de acidentes:

Na planta que tem a exigência de parâmetro é muito dinheiro que se gasta para operar hoje, sem falar na questão trabalhista, é uma coisa muito complicada. O nosso negócio é muito intensivo em mão de obra e a gente tem um componente também de ser um esforço repetitivo, então a gente tem muita lesão, muito acidente, a gente tem um sistema de gestão implementado com base em quatro normas: ISO 14.000, a OHSAS 18.000, a SA 8000, e a ISO 22000. Essas normas trabalham de maneira integrada, mesmo assim a gente ainda tem bastante acidente, e é oneroso. MARFRIG

(...) e mesmo se olharmos, não falar sobre trabalho escravo, pegar essas situações trabalhistas, a situação dos principais frigoríficos brasileiros, ela é absurda. Agora nós tivemos a

aprovação da NR 36, que foi resultado de uma campanha muito intensa e talvez ajude a melhorar as condições, mas tem-se índices de lesões por esforço repetitivo (LER) muito acima de qualquer padrão razoável em qualquer setor produtivo.
REPÓRTER BRASIL

No primeiro discurso, a partir do olhar de quem representa o empregador, o ator relaciona as questões relativas à saúde e à segurança do trabalhador aos altos custos gerados para a empresa. A forma apresentada para lidar com esta problemática é a implantação de uma gestão integrada, que segue diferentes normas estabelecidas por sistemas de certificação privados que, no atual arranjo competitivo do sistema econômico, são também um diferencial no mercado e podem ser usados nas campanhas de marketing. O ator cita quatro normas implementadas na empresa em que trabalha: a ISO 14.000, desenvolvida pela International Organization for Standardization (ISO) que especifica os requisitos para que uma determinada empresa estabeleça um Sistema de Gestão Ambiental; a OHSAS 18.000 - Sistemas de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional, para auxiliar as empresas a formularem políticas e metas de saúde e segurança ocupacional; a SA 8.000, que especifica os requisitos de responsabilidade social para as indústrias; e a ISO 22000 também desenvolvida pela International Organization for Standardization (ISO), uma norma internacional de Gestão de Segurança de Alimentos. Mesmo com esta gestão integrada, o ator reafirma a alta ocorrência de acidentes de trabalho nas unidades fabris da empresa.

No segundo discurso, o representante da ONG Repórter Brasil, uma ONG atuante na garantia dos direitos trabalhistas, destaca as más condições de trabalho nas indústrias que fazem parte da cadeia produtiva. Na época da realização da entrevista, a aprovação da “NR 36” - uma norma regulamentadora específica para frigoríficos e abatedouros - era recente e o ator expôs sua expectativa em relação à melhoria das condições de trabalho nestas indústrias a partir de então.

Esta ONG participou da campanha citada pelo entrevistado que ocorreu para pressionar a aprovação desta NR. A participação aconteceu de diferentes formas, mas a principal delas foi a elaboração e a divulgação de dois materiais que denunciavam as más condições de trabalho nos frigoríficos e matadouros. O primeiro material divulgado foi

o documentário “Carne e Osso”, produzido em 2011, que retrata a rotina dos funcionários de frigoríficos, mostrando as dificuldades no trabalho cotidiano dessas pessoas.

O segundo material divulgado, o relatório “Moendo gente: a situação do trabalho nos frigoríficos”, publicado no início de 2013, apresenta um quadro geral das condições de trabalho em frigoríficos brasileiros e denuncia irregularidades em algumas unidades industriais específicas. Como situações prejudiciais à saúde, o relatório apresenta: exposição constante a facas, serras, e instrumentos cortantes; realização de movimentos repetitivos que podem gerar graves lesões e doenças; pressão psicológica para dar conta do alucinado ritmo de produção; jornadas exaustivas até mesmo aos sábados; ambiente asfixiante e frio. O relatório ainda apresenta dados sobre as lesões sofridas pelos trabalhadores. Por exemplo, os funcionários de frigoríficos que abatem bovinos estão 2,24 vezes mais expostos a problemas de coluna e 3 vezes mais expostos a traumatismos de abdômen, ombro e braço do que a média dos empregados em todos os outros setores econômicos nacionais (ONG REPORTER BRASIL, 2013).

Ocorrem também altas incidências de transtorno de humor como a depressão, relacionados não só ao acelerado ritmo das esteiras e pela pressão por produtividade, mas também devido ao ambiente fechado, que não permite contato com a luz do Sol. O relatório “Moendo gente: a situação do trabalho nos frigoríficos” (ONG REPORTER BRASIL, 2013) também apresenta depoimentos de ex-funcionários de frigoríficos que mostram com maior clareza as dificuldades enfrentadas pelos funcionários deste tipo de indústria. A figura 7.1 apresenta um dos depoimentos presentes neste relatório.

Figura 7.1: Trecho do depoimento de um trabalhador apresentado no “Relatório Moendo Gente: a situação do trabalho nos frigoríficos”:

Quais são os principais perigos à saúde do trabalhador de um frigorífico?

“ No tempo que estava lá, eu vi alguns acidentes feios. Acidente de o cara cortar o dedo na serra; acidente de a nórea arrancar a perna de um cara; acidente de um rapaz que perdeu o movimento do dedo no correntão, tirando do boi. E os demais foram acidentes pequenos, de corte de faca, de dar em torno de 10 a 15 pontos. ”

Vinícius*, ex-funcionário de frigorífico em Mato Grosso do Sul



Cena do documentário "Carne, Osso" / Repórter Brasil (2012)

10

Fonte: ONG Repórter Brasil (2013)

O mesmo relatório apresenta outros depoimentos que contribuem para a compreensão das condições de trabalho encontradas por funcionários de empresas deste setor, em que diferentes elementos fragilizam diferentes aspectos das condições de saúde destas pessoas:

“É tudo fechado, aí eles começaram a proibir a conversa, não podia conversar com o colega do lado porque diziam que atrapalhava.”

“Não para, não pode olhar para o lado. Não dá para ir no banheiro. Foi mais que duas vezes no banheiro, já vai para o escritório. Passou de cinco minutos, vai para o escritório. Em cinco minutos dava só para subir as escadarias até o vestiário das mulheres.”

“Cheguei a dormir com a mão amarrada de não aguentar de tanta dor no braço. A posição em que meu braço se sentia melhor era onde eu deixava. Dormia com a mão amarrada na cama.” (ONG REPORTER BRASIL, 2013, p. 11 – 12)

Os documentos publicados pela ONG Repórter Brasil organizam informações pré-existentes e coletam novos dados sobre as condições de trabalho no setor, de tal forma que, por fim, sistematizam um diagnóstico da realidade vivenciada nestas indústrias. O relatório “Moendo Gente”, assim como o documentário “Carne e Osso” também apresentam propostas para diminuir a incidência de problemas no ambiente de trabalho dos frigoríficos, a partir de mudanças simples, como a realização de pausas mais frequentes e mais longas, a adoção de um rodízio de tarefas, diminuição da jornada de trabalho e, em alguns casos, diminuição do ritmo de produção.

Mesmo estes problemas existindo há muito tempo, ocorre uma morosidade por parte do Estado no sentido de promover ações de fiscalização que poderiam melhorar esta situação e ocorre, também, uma resistência do setor industrial em instaurar medidas práticas que solucionem um problema de tamanha gravidade. Conforme observamos no discurso do representante de uma indústria frigorífica, as empresas investem em certificações mais genéricas relacionadas à gestão, como uma forma de responder à sociedade sobre a sua responsabilidade social, porém negligenciam a implementação de ações simples que verdadeiramente poderiam contribuir com melhores condições de trabalho, mas que, no entanto, gerariam custos maiores para as empresas.

O envolvimento e as ações da ONG Repórter Brasil, assim como de outras entidades, ajudaram a pressionar as negociações com o setor industrial para melhorar as condições de trabalho em suas plantas. A partir de um processo de 3 anos de debates e análises realizadas por uma comissão tripartite, composta por membros do governo e dos setores

empresarial e trabalhista, foi formulada a “NR36 – Segurança e saúde no trabalho em empresas de abate e processamento de carnes e derivados”, também conhecida como a “NR dos frigoríficos”. Ela foi publicada no Diário Oficial no dia 19 de abril de 2013, e discorre sobre a garantia da segurança e da saúde dos trabalhadores nas indústrias de processamento de carnes e derivados:

O objetivo desta Norma é estabelecer os requisitos mínimos para a avaliação, controle e monitoramento dos riscos existentes nas atividades desenvolvidas na indústria de abate e processamento de carnes e derivados destinados ao consumo humano. De forma a garantir permanentemente a segurança, a saúde e a qualidade de vida no trabalho, sem prejuízo da observância do disposto nas demais Normas Regulamentadoras- NR do Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2013a).

Trata-se de um documento que estabelece diretrizes em relação a diferentes aspectos relacionados aos postos de trabalho, como por exemplo, o mobiliário, o manuseio dos produtos, o uso de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), organização temporal do trabalho, entre outros. Uma das principais exigências desta NR refere-se à concessão de pausas ao longo das jornadas. Cada pausa deve ter entre 10 e 20 minutos e o tempo total dessas pausas varia de acordo com o expediente.

Após o Ministro do Trabalho, Manoel Dias, assinar a NR-36, a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins (CNTA), lançou uma nota no dia 18 de abril de 2013, em que agradece as entidades que contribuíram para a sua elaboração e, também, apresenta um posicionamento do presidente da Confederação, Artur Bueno de Camargo, alegando que esta regulamentação é mais uma ferramenta de combate à precarização do trabalho, mas que o investimento governamental para melhorar a fiscalização do cumprimento desta NR é imprescindível para que de fato ocorram mudanças. Na mesma data, o jornal “Folha de São Paulo”, publicou uma reportagem intitulada: “Novas regras para trabalho em frigoríficos vão custar R\$ 7 bi em dois anos”. Nesta reportagem, o coordenador de segurança e saúde no trabalho da CNI (Confederação Nacional da Indústria), Clóvis Veloso, afirma que as adequações

necessárias para atender as exigências da NR-36 terão um alto custo para as empresas – R\$ 7 bilhões - a serem investidos ao longo de dois anos, mas o coordenador avalia que, apesar do custo, tais medidas irão aumentar a segurança jurídica das empresas com os trabalhadores.

Estes dois discursos representam novamente as tensões entre os trabalhadores e as indústrias frigoríficas. Por um lado, o representante da CNTA destaca a necessidade do envolvimento do Estado na fiscalização em relação ao cumprimento da norma, garantindo as condições mínimas de trabalho aos empregados. Por outro lado, o representante do setor industrial, sequer citou o fato das exigências desta NR serem fundamentais para a saúde e a segurança dos trabalhadores, ao contrário, dá a entender que os empregados estariam reivindicando mais do que os seus direitos e, assim, haveria uma necessidade de proteção jurídica das empresas neste aspecto.

Mesmo após a aprovação da NR36, em estudo realizado a partir de observações, Santana e Morais (2015) concluíram que:

E mesmo no caso da pausa, por exemplo, por ter sido implantada tal como é predita na NR36, ela somente não consegue promover a função de organizadora destes espaços produtivos, mesmo quando associada a todas as outras mudanças previstas. Justamente pela falta de um maior controle por parte dos órgãos públicos competentes, e principalmente pela falta de pessoal que faça uma fiscalização mais específica no ambiente de trabalho. Desta maneira, o desgaste físico causado pela intensidade da linha, as horas extras e as altíssimas metas, permanecerão a existir nestes ambientes insalubres, e as empresas por sua vez continuarão a exercer a sua função de exploradora, pois as medidas paliativas não conseguirão garantir segurança ou prevenção de adoecimentos aos trabalhadores.

É importante destacar que esses debates e antagonismos intermediados pelos discursos dos atores de diferentes setores da sociedade referem-se a graves situações trabalhistas justamente em uma atividade econômica que, de forma contraditória, está em fase de reestruturação, com ganhos em escala global, mas que resiste em mudar o seu modelo

produtivo anacrônico. Como se trata da produção e comercialização de uma commodity - produtos caracterizados pela disputa de mercado a partir do preço, numa perspectiva neoliberal - é crucial para a manutenção do crescimento do setor que a produção ocorra a partir dos custos mais baixos possíveis, o que, neste caso, está implicando, entre outros fatores, na deterioração das condições de trabalho tanto no campo como na indústria.

Esta deterioração das condições de trabalho não produz consequências extremas apenas para o próprio funcionário, traz também implicações sérias que podem levar a desestruturação de políticas sociais, pois o auxílio-doença ou a aposentadoria por invalidez pagos aos empregados dos frigoríficos são provenientes do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), que é o caixa da Previdência Social, formado pela contribuição de todos os empregados da iniciativa privada, como garantia de aposentadoria futura. Ressaltamos ainda, o alto investimento do BNDES (como Banco do Desenvolvimento Sustentável) na reestruturação da pecuária nacional, especialmente através do grande investimento nas indústrias frigoríficas, como apresentado em capítulo anterior. Parte dos recursos que mantêm este banco é proveniente do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), mantido por tributos pagos por todos os trabalhadores do país a partir das contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP). Portanto, nos deparamos com um paradoxo alarmante: o sistema de acumulação de capital que ocorre na atual forma de organização da pecuária, que envolve inclusive a exploração da mão de obra, ocorre a partir de financiamentos provenientes justamente das arrecadações dos trabalhadores brasileiros. Ou seja, o governo financia setores que contribuem com a precarização da mão de obra humana, colocando em risco políticas sociais voltadas aos próprios trabalhadores.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido à atual organização da pecuária bovina nacional e também devido à iminência das preocupações em relação às questões ambientais nas últimas décadas, a produção e o consumo de carne vermelha têm sido colocados no centro das discussões. Com isso, o setor produtivo muitas vezes é chamado a se pronunciar e tem sido cobrado de diferentes formas em relação às suas responsabilidades perante a problemática socioambiental que envolve esta atividade econômica. Os órgãos públicos também são cobrados pela sociedade, alguns setores reivindicando políticas públicas voltadas a preservação dos recursos naturais, outros requerendo maior compromisso do governo com a economia. Nesta arena, as ONGs também se pronunciam a partir de diferentes posicionamentos.

Considerando isso, esta Tese investigou o discurso de diferentes atores sobre a problemática socioambiental relacionada à pecuária bovina de corte e os resultados mostram que os discursos reformistas predominam no debate nacional sobre este tema. A maior parte dos atores entrevistados apresentaram discursos próximos às categorias reformistas “racionalismo econômico” ou “desenvolvimento sustentável” (DRYZEK, 1997), com exceção da ONG Repórter Brasil e da SVB (Sociedade Vegetariana Brasileira) que apresentaram discurso mais próximo ao discurso radical “racionalismo verde”, conforme a classificação de Dryzek (1997).

A referência à tipificação dos discursos ambientais propostos por este autor contribuiu com as análises realizadas nesta investigação no sentido de auxiliar na compreensão entre as proximidades e os distanciamentos dos discursos dos atores entrevistados, porém, apresentou algumas limitações por não dar suporte a análises de aspectos importantes presentes nesses discursos sobre processos que ocorrem no Brasil e também em outros países em desenvolvimento. Por exemplo, nas categorias dos discursos propostas por Dryzek, as questões sociais praticamente não são incluídas, enquanto os aspectos econômicos e ambientais prevalecem. Aspectos como pobreza ou justiça ambiental recebem poucas referências na constituição das categorias. Também, como o contexto considerado para a elaboração destas categorias foi o “mundo desenvolvido”, a

classificação toma como base as economias industriais, enquanto muitos países em desenvolvimento têm atualmente a economia alicerçada na exportação de *commodities* e, portanto, os desafios socioambientais são diferentes e as implicações dos processos produtivos também são distintas daquelas encontradas nas sociedades industriais. As análises sobre as unidades de conservação e as terras indígenas, por exemplo, que envolvem questões políticas e culturais, devem ser muito mais profundas do que aquelas que a categoria “racionalismo econômico” dá suporte, simplesmente distinguindo entre terra pública ou privada.

Retomando Foucault, em que o discurso é tomado como prática social, a predominância dos discursos reformistas nesta arena nos revela que a maior parte dos atores, intencionalmente, não diferenciam políticas econômicas submetidas ao mercado que apoiam “práticas verdes”, de políticas que promovem o enfrentamento da problemática socioambiental construída historicamente pela sociedade global. Assim, o papel que estes atores assumem para si diante desta problemática alinha-se a uma atuação comprometida com a manutenção do *status quo*, que não produz mudanças profundas e necessárias na atual organização desta cadeia produtiva no Brasil.

Dentre as ONGs que apresentaram um discurso reformista, observa-se uma atuação em parceria com o setor produtivo. Acompanhando um histórico de profissionalização das ONGs no Brasil e no mundo, estas entidades assumem a função quase que de prestadores de serviço para a cadeia produtiva, muitas vezes dando apoio técnico aos produtores no campo, ou atendendo a demanda das indústrias frigoríficas no desenvolvimento de relatórios técnicos ambientais, sendo que ambas as atuações contribuem com a formação de uma imagem mais “verde” de toda a cadeia produtiva, muito utilizada como ferramenta de marketing pelas entidades do setor privado.

Ao mesmo tempo, o setor produtivo busca o aumento da produção e da comercialização, subordinado às regras do mercado – portanto, minimizando os custos - e pressionando de diferentes formas o poder público, reivindicando investimentos prioritários. Acompanhando esta atuação, os representantes deste setor apresentam um discurso que questiona a credibilidade dos discursos contrários e busca imprimir o

agronegócio como um projeto moderno e nacionalista e a pecuária em particular como melhor – ou às vezes única – alternativa de geração de renda em áreas de fronteira agrícola.

Dentre os representantes do setor público entrevistados, prevaleceu, também, o discurso reformista que não contesta a atual organização da pecuária bovina nacional. Pelas argumentações apresentadas, foi possível observar que estes atores compreendem o Estado como um agente facilitador do crescimento da produção e da comercialização dos produtos do setor, a partir de financiamentos, da negociação junto a governos de outros países para a abertura de mercados e da fiscalização para que sejam atendidas as exigências para exportação.

Desta forma, ao contrapor os discursos dos entrevistados a estudos científicos e aos dados secundários de diferentes fontes, o presente trabalho permitiu a identificação de três paradoxos que contribuem para a organização de uma cadeia produtiva nacional insustentável, são eles:

- embora a preservação dos recursos naturais seja fundamental para garantir a segurança alimentar das próximas gerações e também para assegurar a continuidade da própria atividade pecuária, esta cadeia produtiva contribui significativamente para a degradação destes recursos, sem que os atores envolvidos no processo produtivo reconheçam em seus discursos a necessidade urgente de severas mudanças neste aspecto;

- apesar da forte argumentação dos atores do setor produtivo em relação ao papel da pecuária na geração de empregos no país e também em relação à segurança alimentar do Brasil e do mundo, há um processo de acumulação de capital que perpassa os diferentes elos da cadeia produtiva da pecuária bovina de corte que, com altos investimentos governamentais arrecadados a partir das contribuições da população, põe em risco os direitos dos próprios contribuintes. Isto acontece de duas formas diferentes: pela subordinação da produção e comercialização de alimentos às leis do mercado, que pode aumentar o preço destes produtos; e pela fragilização das políticas sociais voltadas aos trabalhadores devido à precarização da mão de obra, especialmente em frigoríficos;

- sob o argumento de garantir a segurança alimentar global, prioriza-se o aumento da exportação de produtos agropecuários, sendo que a expansão das monoculturas brasileiras afeta diretamente a produção de outras culturas, predominantemente substituindo a produção diversificada de alimentos para o consumo interno por culturas que não são consumidas por humanos.

Desta forma, tais discursos contribuem com a legitimação da organização de uma pecuária bovina baseada na expropriação dos recursos naturais e no prejuízo dos direitos sociais, conforme propusemos em nossa hipótese.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIEC. **Exportações brasileiras de carne bovina**. 2015. 19p. Relatório Anual. Disponível em: <<http://www.abiec.com.br/download/relatorio-anual-2015.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2016.

ACSELRAD, H.; LEROY, J. P. Novas premissas da sustentabilidade democrática. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n.1, 1999.

ALMEIDA, S. F.C. **Campeões nacionais: o papel do BNDES e a atuação do Sistema Brasileiro de Defesa de Concorrência**. 2012.85 p. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) -Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012.

Disponível em:

<http://tede.mackenzie.br/jspui/bitstream/tede/1073/1/Saulo%20Felipe%20Caldeira%20de%20Almeida.pdf>. Acesso em : 10 dez. 2015

AMÉRICO, M.C.S. et al. Pecuária e Amazônia: estratégias sociais e reestruturação do território nas frentes pioneiras: Rodovia PA-279 e região da Terra do Meio no Pará. In: In: ARAÚJO, R.; LENÁ, P. (Orgs.). **Desenvolvimento sustentável e sociedades na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, Belém. 2011. 508p. AMIGOS DA TERRA. **A hora da conta: pecuária, Amazônia e conjuntura**. São Paulo: Amigos da Terra: Amazônia Brasileira, 2009. Disponível em:

<<http://commodityplatform.org/wp/wp-content/uploads/2009/05/a-hora-da-conta.pdf>>. Acesso em 10 abr. 2012.

AMIGOS DA TERRA. **Radiografia da carne no Brasil**. São Paulo: Amigos da Terra: Amazônia Brasileira, 2013. Disponível em: <http://amazonia.org.br/wp-content/uploads/2013/04/cartilha_radiografia.pdf>. Acesso em: 30 abr 2013.

ANTUNES, R. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (eds.). **A cidadania negada: política de exclusão na educação e no trabalho**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 35-46. Coleção Grupos de Trabalho, CLACSO.

ANUALPEC. **Anuário da pecuária brasileira**. São Paulo: Instituto FNP, 2008.

ANUALPEC. **Anuário da pecuária brasileira**. São Paulo: Instituto FNP, 2013.

ARAÚJO, I. L. Formação discursiva como conceito chave para a arqueogenealogia de Foucault. **Revista Aulas**, v. 1, n. 3, 2007.

ARIMA, E; BARRETO, P; BRITO, M. Pecuária na Amazônia: tendências e implicações para a conservação ambiental. Belém: IMAZON, 2005

BECK, U. A sociedade de risco: Rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Ed. 34, 2010.

BECKER, B.K. Os Eixos de Integração e Desenvolvimento e a Amazônia. **Revista Território**, ano 4, n. 6, p. 29-42, 1999.

BECKER, B.K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Revista Parcerias Estratégicas**, v. 12, p. 136-159, 2001.

BECKER, B.K. Amazônia: mudança climática, projetos globais e interesse nacional. **Parcerias Estratégicas**, v. 18, n. 36, p.107-128, 2013.

BECKER, B.K. Redes de parcerias e modelo socioambiental. In: ARAÚJO, R.; LENÁ, P. (Orgs.). **Desenvolvimento sustentável e sociedades na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2011.

BERNARD, H.R. Handbook of methods in cultural anthropology. Walnut Creek, CA: Altamira Press, 1998.

BONI, V. QUARESMA, S.J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Rev Eletr Pós-Graduandos Sociol Pol UFSC. 2005. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>. Acesso: 10 nov. 2015

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Mapeamento do uso do solo e cobertura do Cerrado**: Projeto TerraClass/Cerrado. Brasília: MMA, 2015. 67 p. Disponível em: <file:///C:/Users/Janaina/Downloads/terraclass-baixa2.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2016

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Intercâmbio comercial do agronegócio**: principais mercados de destino. Brasília : Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2012. 456 p. Disponível em: <
www.agricultura.gov.br/MapaPortalInternet/consultarpublicacao/editConsultarPublicacaoGrupo1.do?op=downloadArquivo&url=%2Finternacional%2Fpublicacoes&publicacao.arquivo.idArquivo=11405 Intercâmbio comercial do agronegócio: principais mercados de destino>. Acesso: 22 jan. 2016.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Projeções do agronegócio**: Brasil 2013/2014 a 2023/2024 projeções de longo prazo. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Assessoria de Gestão Estratégica. – Brasília: MAPA/ACS, 2014. Disponível em: <
http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/PROJECOES_DO_AGRONEGOCIO_2025_WEB.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora 36**: segurança e saúde no trabalho em empresas de abate e processamento de carnes e derivados. Ministério do Trabalho e Emprego. - Brasília: MTE, 2013a. Disponível em <<http://portal.mte.gov.br>>. Acesso 20/08/2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (MCTI). **Estimativas anuais de emissões de gases de efeito estufa no Brasil**. Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento. Brasília: MCTI, 2013b.

BRUINSMA, J. The resource outlook to 2050: by how much do land, water use and crop yields need to increase by 2050? In: EXPERT MEETING ON HOW TO FEED THE WORLD IN 2050, 2009, Rome. **Proceedings...** Rome: FAO and ESDD, 2009. Disponível em: <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/012/ak542e/ak542e06.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2014

BRUNO, R. Agronegócio, palavra política. In: BRUNO, R. et. al. (eds.). **Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, Rio de Janeiro: EDUR, 2009.

BUCLET, B. ONGs na Amazônia Oriental: responsabilidades e poder na implementação do modelo socioambiental. : ARAÚJO, R.; LENÁ, P. (Org.). **Desenvolvimento sustentável e sociedades na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2011

BUSTAMANTE, M.M.C.; NOBRE, C.A.; SMERALDI, R.; AGUIAR A.P.D.; BARIONI, L.G.; FERREIRA, L.G.; LONGO, K.; MAY, P.; PINTO, S.S; OMETTO, J.P.H.B. Estimating greenhouse gas emissions from cattle raising in Brazil. **Climatic Change**, v. 115, p. 559–577, 2012

CARVALHO, H. M. A expansão do capitalismo no campo e a desnacionalização do agrário no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA**, Edição Especial, 2013. Disponível em: <<http://www.agroecologia.org.br/files/importedmedia/revista-abra-agronegocio-e-realidade-agraria-no-brasil.pdf>> Acesso em: 16 jan. 2016. ISSN - 0102-1184

CAVALCANTE, José Luiz. A Lei de Terras de 1850: e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra. **Histórica – Revista eletrônica do Arquivo do Estado de São Paulo**. S/D. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia02>. Acesso em: 20 jul. 2016

CERIGUELI, M.J. **NR-36** : norma regulamentadora de segurança e saúde no trabalho em empresas de abate e processamento de carnes e derivados . São Paulo : LTr, 2013.

CERRI, et al. Brazilian greenhouse gas emissions: the importance of agriculture and livestock. **Sci. Agric.** (Piracicaba, Braz.), v.66, n.6, p.831-843, Nov./Dec. 2009

CHEMNITZ, C; BECHEVA, S. **Meat atlas: facts and figures about the animals we eat**. Berlin: Heinrich Böll Stiftung and Friends of the Earth Europe. 2014. Disponível em: <http://www.foeurope.org/sites/default/files/publications/foe_hbf_meatatlas_jan2014.pdf> Acesso em: 10/01/2015.

CLAPP, J.; FUCHS, D. Agrifood corporations, global governance, and sustainability: a framework for analysis. In: CLAPP, J.; FUCHS, D. (Orgs.). **Corporate power in agrifood governance**. Cambridge: The MIT Press, 2009.

CLEMENTS, E. A.; FERNANDES, B. M. Land grabbing, agribusiness and the peasantry in Brazil and Mozambique. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v.1, n. 2, p. 41-69, 2013.

COLLIER, P. Politics of hunger-how illusion and greed fan the food crisis, The. **Foreign Aff.**, v. 87, p. 67, 2008.

DELGADO, G. C. Economia do agronegócio (anos 2000) como pacto do poder com os donos da terra. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)**, edição especial, p. 61-68, jun. 2013.

DIAS-FILHO, M.B. Produção de bovinos a pasto na fronteira agrícola. In: ODRIGUES, K.F.; FERREIRA, W.M.; MACEDO JR., G.L. (Org.). ZOOTEC 2010 – XX CONGRESSO BRASILEIRO DE ZOOTECNIA, 2010, Palmas. Anais... Palmas: Editora, 2010. p.131-145

DRYZEK, J.S. **The politic of the Earth**: environmental discourses. Oxford: Oxford University Press, 1997.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar*, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Editora UFPR

EAKIN, H.; BAUSCH, J. C.; SWEENEY, S. Agrarian winners of neoliberal reform: The ‘Maize boom’ of Sinaloa, México. **Journal of Agrarian Change**, v. 14, n. 1, p. 26-51, 2014.

ERICKSEN, P.J. Conceptualizing food systems for global environmental change research. **Global Environmental Change**, v.18, p. 234–245, 2008.

FAO. **World agriculture: towards 2015/2030**. Roma: FAO, 2002.

FAO. **Statistical yearbook**, 2010. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/015/am081m/PDF/am081m00b.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2016.

FAO. **World livestock 2011** – livestock in food security. Rome: FAO, 2011.

FAO/ IFAD/ WFP. The state of food insecurity in the World 2015. In: INTERNATIONAL HUNGER TARGETS: TAKING STOCK OF UNEVEN PROGRESS, 2015, Rome. **Proceedings...** Rome: FAO, 2015.

FERREIRA, A.M.M.; SALATI, E. Forças de transformação do ecossistema amazônico. **Revista Estudos Avançados**, v. 19, p. 25-44. 2005.

FINKLER, A. L.; CÊA, G. S. S. Atuação dos Trabalhadores em frigoríficos da Região Oeste Do Paraná: as qualificações requeridas. **Revista da RET. Estudos do Trabalho**, n. 5, 2009.

FOLEY, J.A.; RAMANKUTTY, N.; BRAUMAN, K.A.; CASSIDY, E.S.; GERBER, J.S.; JOHNSTON, M.; MUELLER, N.D.; O'CONNELL, C.; RAY, D.K.; WEST, P.C.; BALZER, C.; BENNETT, E.M.; CARPENTER, S.R.; HILL, J.; MONFREDA, C.; POLASKY, S.; ROCKSTROM, J.; SHEEHAN, J.; SIEBERT, S.; TILMAN, D.; ZAKS, D.P.M. Solutions for a cultivated planet. **Nature**. v. 478, p. 337–342, 2011.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, M. **A Ordem do discurso**. Trad. Edmundo Cordeiro. São Paulo: Cyberfil Literatura Digital, 2002.

FREUDENBURG, W.R. Privileged access, privileged accounts: Toward a socially structured theory of resources and discourses. **Social Forces**. v.84, p. 1, p. 89-114, 2005.

GADELHA, R.M.A.F. A Lei de Terras (1850) e a abolição da escravidão: capitalismo, e força de trabalho no Brasil do século XIX. **R. História**, São Paulo. 120, p. 153-162, jan/jul. 1989

GIBBS, et al. Fazendeiros e frigoríficos responderam aos acordos de desmatamento zero na Amazônia brasileira? **A Journal of the Society for Conservation Biology**. 2015. Disponível em:
http://imazon.org.br/PDFimazon/Portugues/artigos%20cientificos/Gibbs%20Portuguese_Acordos%20Desmatamento%20Zero_Conservation_letters.pdf. Acesso em: 5 fev. 2016

GIDDENS, A. **Sociologia**. Tradução de Ronaldo Cataldo Costa. 6ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

GODFRAY, H. C. J.; BEDDINGTON, J.R.; CRUTE, I.R.; HADDAD, L.; LAWRENCE, D.; MUIR, J.F.; PRETTY, J.; ROBINSON, S.; THOMAS, S.M.; TOULMIN, C. Food security: the challenge of feeding 9 billion people. **Science**, v. 327, p. 812–818, 2010.

GOMES, R.M.; GOMES, N. Questão Agrária atual: o agronegócio e o ataque à soberania e à segurança alimentar. **Revista Reforma Agrária**, v. 01, n. 02, p. 113-127, 2014

GREENPEACE. **A farra do boi na Amazônia**. 2009. Disponível em:
<<http://www.greenpeace.org/brasil/Global/brasil/report/2009/6/FARRAweb-alterada.pdf>>. Acesso em: 21 jan 2016.

GUIMARÃES, R.P. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In: SILVA, M.; VIANA, G.; DINIZ, N. (org). **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. Brasília, DF: Fundação Perseu Abramo, p. 43-71, 2001.

HAJER, M.; VERSTEEG, W. A decade of discourse analysis of environmental politics: achievements, challenges, perspectives. **Journal of environmental policy & planning**, v. 7, n. 3, p. 175-184, 2005.

HERRERO, M.; THORTON, P.K.; Livestock and global change: Emerging issues for sustainable food systems. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 110, n. 52, p. 20878–20881, 2013.

HOPEWELL, Kristen. New protagonists in global economic governance: Brazilian agribusiness at the WTO. **New Political Economy**, v. 18, n. 4, p. 603-623, 2013.

Inpe/Embrapa. Instituto de Pesquisa Espacial do Brasil/Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **TerraClass 2004 a 2014: Dinâmica do uso e cobertura da terra no período de dez anos nas áreas desmatadas da Amazônia Legal brasileira**. Brasília: MAPA, MMA e MCTI. 2016. Disponível em: http://www.inpe.br/cra/projetos_pesquisas/arquivos/TerraClass_2014_v3.pdf. Acesso em: 15 jul.2016

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE. 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro>. Acesso em: 25/05/2015

IORIS, A.A.R, The politico-ecological economy of neoliberal agribusiness: displacement, financialisation and mystification. **Area**, v. 48, n.1, p. 84–91, 2016.

JANK, M.S.; NASSAR, A.M.; TACHINARDI, M.H. Agronegócio e comércio exterior brasileiro. Dossiê Brasil Rural. **Revista USP**, São Paulo, n.64, p. 14-27, dezembro/fevereiro 2004-2005

LAZZARINI, Sergio G. **Capitalismo de laços: os donos do Brasil e suas conexões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder**. Petrópolis: Vozes, 2001.

LEISEROWITZ, A. International public opinion, perception, and understanding of global climate change. **Human development report**, v. 2008, p. 1-40, 2007.

LOUREIRO, V. R.; PINTO, J. N. A. A questão fundiária na Amazônia. **Estudos avançados**, v. 19, n. 54, p. 77-98, 2005.

MACEDO, M. C. M.; KICHEL, A. N.; ZIMMER, A. H. **Degradação e alternativas de recuperação e renovação de pastagens**. Campo Grande: EMBRAPACNPGC, 2000. (Comunicado Técnico, 62)

MACEDO, M.C.M.; ZIMMER, A.H.; KICHEL, N.A.; ALMEIDA, R.G.; ARAÚJO, A.R. Degradação de pastagens, alternativas de recuperação e renovação, e formas de mitigação. In: ENCONTRO DE ADUBAÇÃO DE PASTAGENS DA SCOT CONSULTORIA - TEC - FÉRTIL, 1., 2013, Ribeirão Preto, SP. **Anais...** Bebedouro: Scot Consultoria, 2013. p. 158-181. Embrapa Gado de Corte-Artigo em anais de congresso (ALICE). p. 158-181, 2014.

MALUF, R.; MENEZES, F.; MARQUES, S. **Caderno segurança alimentar**. Montpellier: Fondation Charles Léopold Mayer pour le Progrès de l'Homme, Red Agriculturas Campesinas, Sociedades y Globalización (APM), 2001.

MARGULIUS, S. Desmatamentos e uso do solo na Amazônia: evidências sobre a pecuária de grande escala. In: _____. **Causas do desmatamento da Amazônia Brasileira**. Brasília: Banco Mundial, 2003

McMICHAEL, P. Global Development and the Corporate Food Regime. **Research in Rural Sociology and Development**, v.11, p. 269–303, 2005.

MCMICHAEL, P. The impact of globalisation, free trade and technology on food and nutrition in the new millennium. **Proceedings of the Nutrition Society**, v. 60, n. 02, p. 215-220, 2001.

NOLASCO, C.L. **Demanda e abastecimento de hortaliças na microrregião de São José dos Campos, Brasil**: implicações para a segurança alimentar e desenvolvimento sustentável no contexto das mudanças globais. 2016. 252 p. ((sid.inpe.br/mtc-m21b/2016/02.09.01.47-TDI).. Tese (Doutorado em Ciência do Sistema Terrestre) - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), São José dos Campos, 2016. Disponível em: < <http://mtc-m21b.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/mtc-m21b/2016/02.09.01.47/doc/publicacao.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

ONG REPORTER BRASIL. Moendo Gente: A situação do trabalho nos frigoríficos. 2013. Disponível em: http://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2015/02/16.-moendo_gente_final.pdf. Acesso em: 10 jan. 2014.

PATERSON, M. **Understanding global environmental politics: domination, accumulation and resistance**. London: Macmillan. 2001. 199 p. ISBN(978-0-230-53677-7)

PETRAS, J.; VELTMEYER, H. Whither Lula's Brazil? Neoliberalism and 'third way' ideology. **Journal of Peasant Studies**, v. 31, n. 1, p. 1-44, 2003.

PIATTO, M.; COSTA Jr, C.; PINTO, L. F. G. **Análise das emissões de GEE do setor agropecuário e o impacto das políticas públicas nas mudanças climáticas**. São Paulo, 2015.

PIMENTEL, D.; PIMENTEL, M. H. Sustainability of meat-based and plant-based diets and the environment. **American Journal of Clinical Nutrition**, v. 78, n. 3, p. 660S-663S, 2003.

PINAZZA, L.A.; ALIMANDRO, R. Novo mundo rural. **Revista agroanálises**, v. 20, n. 4, p. 12-26, 2000.

PIRES, M.O. A trajetória do conceito de desenvolvimento sustentável na transição de paradigmas. In: Braga, L.M.G.; SANTANA, M.L. (eds.). **Tristes cerrados – sociedade e biodiversidade**. Brasília: Paralelo 15, 1998.

POCCARD-CHAPUIS, R.; THALES, M.; VENTURIERI, A.; PIKETTY, M.G.; MERTENS, B.; BASTOS da VEIGA, J.; TOURRAND, J.F. A Cadeia produtiva da carne: uma ferramenta para monitorar as dinâmicas nas frentes pioneiras na Amazônia Brasileira. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 125–138, 2005.

PORTO, J.R.S. O discurso do agronegócio: modernidade, poder e “verdade”. **Revista Nera**, ano 17, n. 25, p. 24-46, 2014.

REA, L.; PARKER R. **Metodologia de pesquisa: do planejamento à execução**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2000. 272p.

REID, R. S.; BEDELIAN, C.; SAID, M. Y.; KRUSKA, R. L.; MAURICIO, R. M.; CASTEL, V.; OLSON, J.; THORTON, P.K. Livestock in a changing landscape: global livestock impacts on biodiversity. In: Steinfeld, H.; Mooney, H.A.; Schneider, F.; Neville, L.E. (eds), **Livestock in a changing landscape: drivers, consequences, and responses**. Washington DC: Island Press, 2009.

REPÓRTER BRASIL E PAPEL SOCIAL. **Conexões sustentáveis São Paulo – Amazônia**. Quem se beneficia com a destruição da Amazônia. São Paulo: ONG Repórter Brasil, 2008.

RIVERO, S.; ALMEIDA, O.; ÁVILA, S.; OLIVEIRA, W. Pecuária e desmatamento: uma análise das principais causas diretas do desmatamento na Amazônia. **Nova Econ**. v.19, n. 1, p. 41-66, 2009.

ROCKSTROM, J.; STEFFEN, W.; NOONE, K.; PERSSON, A.; STUART, C.; LAMBIN, E.F.; LENTON, T.M.; MARTEN, S.; FOLKE, C.; SCHELLNHUBER, H.J.; NYKVIST, B.; WIT, C.A.; HUGES, T.; LEEUW, S.V.; RODHE, H.; SORLIN, S.; SNYDER, P.K.; COSTANZA, R.; SVEDIN, U.; FALKENMARK, M.; KALBERG, L.; CORELL, R.W.; FABRY, V.J.; HANSEN, J.; WALKER, B.; LIVERMAN, D.; RICHARDSON, K.; CRUTZEN, P.; FOLEY, J.A. A safe operating space for humanity. **Nature**, v. 461, p. 472-475, 2009.

SANTANA, F.S.; MORAIS, S.P. Norma regulamentadora 36: pausa, desafio posto pela intensidade do trabalho nos frigoríficos. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 9 n. 17 – UFGD – Dourados, jan/jun – 2015.

SANTOS, B. S. Os processos da globalização. In: SANTOS, B.S. (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 25-94.

SANTOS, R.A.; LENA, P. Da predação à sustentabilidade na Amazônia: a difícil metamorfose. In: ARAÚJO, R.; LENA, P. (Org.). **Desenvolvimento sustentável e sociedades na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2011

SANTOS, L. B. Políticas públicas e internacionalização de empresas brasileiras. **Sociedade & Natureza**, v. 27, n. 1, p. 37-52, 2015.

SAUER, S. **Agricultura familiar versus agronegócio**: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

SCHNEIDER, M. Developing the meat grab. **The Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 4, p. 613–633, 2014.

SCOONES, I. Livelihoods perspectives and rural development. **Journal of Peasant Studies**, v. 36, n. 1, p. 171-197, 2009.

SCOONES, I.; LEACH, M.; Newell, P. **The politics of green transformations**. Routledge, 2015.

SERÉ, C.; STEINFELD, H. **World livestock production systems** - current status, issues and trends. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 1996.

SILVA, M. A. **Altura de pastejo em pastagem consorciada de *Brachiaria brizantha* e *Arachis pintoi***. 2008. 102 p. Tese (Doutorado em Agronomia) - Universidade Federal do Paraná (UFPA), Curitiba, 2008.

SILVEIRA, M.C.B.; GANDRA, E.A. Os outros da Nação: índios e camponeses no discurso ruralista. **Métis: história & cultura**, v. 8, n. 15, p. 121-136, jan./jun. 2009

SMERALDI, R.; MAY, P. **O reino do gado**: uma nova fase na pecuarização da Amazônia. São Paulo: Amigos da Terra - Amazônia Brasileira, 2008.

Smil, V. Nitrogen and food production: proteins for human diets. *Ambio*, v.31, n.2, p. 126–131. 2002

STEFFEN, W.; CRUTZEN, P. J.; MCNEILL, J. R. The Anthropocene: are humans now overwhelming the great forces of nature. **AMBIO: A Journal of the Human Environment**, v. 36, n. 8, p. 614-621, 2007.

STEHFEST, E.; BOUWMAN, L.; van VUUREN, D.; den ELZEN, M.; EICKHOUT, B.; KABAT, P. Climate benefits of changing diet. **Climatic Change**, v.95, p. 83-102, 2009.

STEIGER, C. et al. Modern beef production in Brazil and Argentina. **Choices**, v. 21, n. 2, p. 105-110, 2006.

STEINFELD, H.; GERBER, P.; WASSENAAR, T.; CASTEL, V.; ROSALES, M.; de HAAN, C. **Livestock's long shadow: environmental issues and options**. Rome, Italy: FAO. 2006.

STIRLING, A. 'Opening Up' and 'Closing Down': Power, Participation, and Pluralism in the Social Appraisal of Technology. **Science, Technology and Human Values**, v. 33, n. 2, p. 262-294, 2008.

SVAMPA, M. Resource extractivism and alternatives: Latin American perspectives on development. **Journal für Entwicklungspolitik**, v. 28, n. 3, p. 43-73, 2013.

TEIXEIRA, G. A sustentação política e econômica do agronegócio no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)**, edição especial, p. 61-68, 2013.

THOMPSON, J.; SCOONES, I. Addressing the dynamics of agri-food systems: an emerging agenda for social science research. **Environmental science & policy**. v. 12, n. 4, p. 386-397, 2009.

THORNTON, P. K.; VAN de STEEG, J.; NOTENBAERT, A.; HERRERO, M. The impacts of climate change on livestock and livestock systems in developing countries: a review of what we know and what we need to know. **Agricultural Systems**. v. 101, p. 113-127, 2009.

VALENTIM, J. F.; AMARAL, E.F. do; MELO, A.W.F. Zoneamento de risco edáfico atual e potencial de morte de pastagens de *Brachiaria brizantha* no Acre. **Embrapa Acre. Boletim de Pesquisa**, 2000. (Embrapa Acre. Boletim de Pesquisa, 29).

VALLE, L. D.; VALÉRIO, J. R.; DE SOUZA, O. C.; FERNANDES, C. D.; CORRÊA, E. S. **Diagnóstico de morte de pastagem nas regiões leste e nordeste do Estado de Mato Grosso**. Campo Grande, MS: Embrapa Gado de Corte, 2000. 13 p. (Embrapa Gado de Corte. Documentos, 97).

VALLE, E. R. **Manual de boas práticas agropecuárias: bovinos de corte**. Campo Grande, MS: Embrapa Gado de Corte, 2006. 82 p

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias – o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

WALKER, N.; PATEL, S.; DAVIS, F.; MILLEDGE, S.; HULSE, J. **Demand-side interventions to reduce deforestation and forest degradation**. London, UK: International Institute for Environment and Development (IIED), 2013.

WEIS, T. The meat of the global food crisis. **The Journal of Peasant Studies**, v. 40, n. 1, p. 65-85, 2013.

WEIS, T. **The global food economy: the battle for the future of farming**. London: Zed Books, 2007.

WESTHOEK, H. J.; ROOD, G. A.; VAN den BERG, M.; JANSE, J. H.; NIJDAM, D. S.; REUDINK, M. A.; STEHFEST, E. E. **The protein puzzle: the consumption and production of meat, dairy and fish in the European Union**. The Hague: PBL Netherlands Environmental Assessment Agency. 2011.

WESTHOEK, H.; ROOD, T.; VAN den BERG, M.; JANSE, J.; NIJDAM, D.; REUDINK, M., et al. The protein puzzle - the consumption and production of meat, dairy and fish in the European Union. The Hague: PBL Netherlands Environmental Assessment Agency, 2011.

ZHOURI, A. "Adverse forces" in the Brazilian Amazon: developmentalism versus environmentalism and indigenous rights. **The Journal of Environment & Development**, v. 19, n. 3, p. 252-273, 2010.

ANEXO A

ROTEIRO DE ENTREVISTAS INICIAL

1. Quais são os principais riscos associados à pecuária atualmente e no futuro? São riscos aceitáveis ou não?
2. (Se necessário, com objetivo de direcionamento da discussão) Especificamente, quais são os riscos socioambientais produzidos pela pecuária atualmente? E sociais ou outros?
3. Quais são os fatores que produzem esses riscos? Como é possível evita-los ou minimiza-los?
4. Quais políticas públicas que mais contribuem para a ocorrência desses riscos? Quais políticas públicas colaboram para evita-los ou minimiza-los? Qual é a eficácia destas políticas? Por quê? Quais fatores limitam a eficácia?
5. A entidade que você representa atua em relação a esses riscos (produzindo ou combatendo)? Em relação a quais riscos especificamente? Como?
6. Esses riscos são inevitáveis ou são necessárias mais ações para minimizá-los ou evitá-los?
7. Para você, o que é um cenário ideal de alimentação?
8. Quais são as propostas da sua entidade para minimizar esses riscos? Quais ações já foram efetuadas nesse sentido? E em relação aos riscos ambientais, especificamente?
9. Como a sua entidade se articula para viabilizar essas propostas?

- a. Lobby: Contatos informais com partidos políticos e representantes do governo para defender sua posição.
- b. Formulação de políticas: Depoimentos formais em audiências, participação em comitê(s) consultivo(s) do governo, apresentação de propostas ou textos legislativos.
- c. Análise técnica: Distribuição de análise de dados, análise política, pesquisa de documentos.
- d. Fóruns de discussão: Troca de ideias e preferências com outros grupos interessados
- e. Mídia e publicidade: Criação de boletins de imprensa, conferências de imprensa, publicidade para divulgar sua opinião.
- f. Ativação: Recolhimento de assinaturas em petições, ligações e/ou envio de cartas e e-mails para políticos e órgãos oficiais de governo.
- g. Mobilização: Demonstrações públicas, mobilização social, ação direta não-violenta para atrair atenção sobre o tema.
- h. Financiamento ou patrocínio: financiamento de campanhas políticas, patrocínio de premiações acadêmicas/artísticas, financiamentos de projetos desenvolvidos por outras instituições (educação ambiental, etc).
- i. Outros: (Especifique)

10. Quais são as fontes de informações e conhecimentos que embasam as suas decisões em relação a estes riscos? Como e por que estas foram as fontes selecionadas?

11. Quais são os maiores obstáculos para a sua agenda? Como supera-los? Quais são os maiores sucessos que tem conseguido para avançar a sua agenda?

12. Quem está mais alinhado com você nessas posições? Quais são os atores que mais se opõem? O que está em jogo ? Quais são as razões para as diferenças (valores, questões econômicas)? Fazendo uma projeção, como você acha que a produção e o consumo de carne estarão organizados no futuro?

13. Indicação de outras entidades para participarem desta pesquisa.

ANEXO B

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

1. Qual é a atuação da entidade que você representa em relação à atual organização da cadeia produtiva da pecuária bovina de corte?
2. Da forma como está organizada, esta cadeia produtiva produz danos ambientais ou sociais? Se sim, quais são esses danos? Eles são justificáveis? Quais são as principais causas e consequências destes danos? Quem são os responsáveis por causar esses danos? Como preveni-los ou combatê-los?
3. Para você, o que é um cenário ideal de alimentação que garantirá no futuro a segurança alimentar para toda a população mundial? Qual é o papel do Brasil nesse cenário? E qual é o papel da entidade que você representa?
4. Como a sua entidade se articula para viabilizar essas propostas?
 - a. Lobby: Contatos informais com partidos políticos e representantes do governo para defender sua posição.
 - b. Formulação de políticas: Depoimentos formais em audiências, participação em comitê(s) consultivo(s) do governo, apresentação de propostas ou textos legislativos.
 - c. Análise técnica: Distribuição de análise de dados, análise política, pesquisa de documentos.
 - d. Fóruns de discussão: Troca de ideias e preferências com outros grupos interessados
 - e. Mídia e publicidade: Criação de boletins de imprensa, conferências de imprensa, publicidade para divulgar sua opinião.
 - f. Ativação: Recolhimento de assinaturas em petições, ligações e/ou envio de cartas e e-mails para políticos e órgãos oficiais de governo.
 - g. Mobilização: Demonstrações públicas, mobilização social, ação direta não-violenta para atrair atenção sobre o tema.

- h. Financiamento ou patrocínio: financiamento de campanhas políticas, patrocínio de premiações acadêmicas/artísticas, financiamentos de projetos desenvolvidos por outras instituições (educação ambiental, etc).
 - i. Outros: (Especifique)
5. Quais são as fontes de informações e conhecimentos que embasam a sua atuação neste campo? Como e por que estas foram as fontes selecionadas?
 6. Quais são os maiores obstáculos para a sua agenda? Como supera-los? Quais são os maiores sucessos que tem conseguido para avançar a sua agenda?
 7. Quem está mais alinhado com você nessas posições? Quais são os atores que mais se opõem? O que está em jogo? Quais são as razões para as diferenças (valores, questões econômicas)? Fazendo uma projeção, como você acha que a produção e o consumo de carne estarão organizados no futuro?
 8. Indicação de outras entidades para participarem desta pesquisa.

ANEXO C

CONEXÕES SUSTENTÁVEIS: “SÃO PAULO – AMAZÔNIA PACTO EMPRESARIAL PELO FINANCIAMENTO, PRODUÇÃO, USO, DISTRIBUIÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS DE PRODUTOS DA PECUÁRIA BOVINA ORIUNDOS DA AMAZONIA E DESTINADOS À CIDADE DE SÃO PAULO

CONSIDERANDO que as questões urgentes como a gestão de recursos hídricos, a preservação da biodiversidade, o manejo sustentável de florestas e o combate ao aquecimento global investem-se de prioridade por estarem associadas ao potencial declínio dos serviços ambientais comprometendo a sobrevivência humana caso não sejam adequadamente equacionadas;

CONSIDERANDO os princípios universais contidos na Carta da Terra que apontam para uma redução dos recursos naturais e que todos os seres são interligados e que cada forma de vida tem seu valor e o capítulo 8 da agenda 21 que preceitua a necessidade de integração entre meio ambiente e desenvolvimento na tomada de decisões;

CONSIDERANDO que, do ponto de vista social, o desenvolvimento sustentável envolve o respeito aos direitos humanos e do trabalho, a valorização da diversidade e das culturas locais, a redução da pobreza e da desigualdade na distribuição de renda e contribui para o fortalecimento dos laços sociais e culturais;

CONSIDERANDO que, a cidade de São Paulo realiza a mais global e intensa interação econômica com a Amazônia em todo o mundo e que para efeito de referência é a Amazonia Legal que deve ser considerada no cumprimento dos compromissos;

CONSIDERANDO que, o Fórum Amazônia Sustentável e o Movimento Nossa São Paulo têm missões convergentes para promover o desenvolvimento sustentável e justo de suas comunidades;

CONSIDERANDO que está em curso a Iniciativa Brasileira sobre Verificação da Atividade Agropecuária, cujos princípios e critérios de verificação discutidos intersetorialmente devem ser levados à consulta pública proximamente;

CONSIDERANDO que o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, firmado em maio de 2005 e que reúne mais 160 empresas e associações, representando mais de 20% do PIB, não permite a comercialização de mercadorias produzidas com o uso de mão-de-obra escrava;

CONSIDERANDO a oportunidade real de se restaurar passivos ambientais na Amazônia, ao qual se alia uma oportunidade de desenvolvimento que proporcione crescimento econômico e salvaguarda do meio ambiente.

CONSIDERANDO que autoridades brasileiras, a exemplo do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do próprio presidente da República, têm afirmado, reiteradamente, que o crescimento da agropecuária nacional pode continuar acontecendo sem necessidade de novos desmatamentos;

CONSIDERANDO que essas mesmas autoridades e técnicos do governo asseguram ser esse crescimento possível a partir do aumento da produtividade da pecuária bovina brasileira e consequente liberação de áreas para produção de grãos e outros produtos agrícolas;

CONSIDERANDO a oportunidade real de se alterar, na cidade de São Paulo, os atuais padrões predatórios de consumo de produtos e serviços da Amazônia;

CONSIDERANDO que, nesse contexto, os bancos e entidades signatárias deste Pacto reconhecem que podem cumprir um papel indutor fundamental na busca de um desenvolvimento sustentável que pressuponha a preservação ambiental e uma contínua melhoria no bem estar da sociedade.

NÓS, signatários deste pacto por acreditarmos que o estabelecimento de instrumentos voluntários constitui-se em importante ferramenta para promover o diálogo e o entendimento entre o setor econômico e a sociedade, com vistas a assegurar o consumo responsável, de forma a garantir, inclusive, a existência de recursos ambientais para as futuras gerações, RESOLVEMOS firmar o presente instrumento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente termo o esforço comum entre os signatários para promover O FINANCIAMENTO, A PRODUÇÃO, O USO, A DISTRIBUIÇÃO, A COMERCIALIZAÇÃO E O CONSUMO SUSTENTÁVEIS PRODUTOS DA PECUÁRIA BOVINA produzida NA AMAZONIA E DESTINADA À CIDADE DE SÃO PAULO

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS COMPROMISSOS DOS BANCOS E ENTIDADES EMPRESARIAIS

As empresas, as instituições financeiras e as entidades empresariais signatárias deste instrumento se comprometem à adoção das seguintes condutas.

I) Financiar e/ou adquirir apenas produtos da Pecuária Bovina de fontes que não estão incluídas:

- a) na lista suja do trabalho escravo do MTE (portaria 540/2004, de 15/10/2004);
- b) na relação de áreas embargadas pelo IBAMA (Portaria IBAMA no. 19, de 02 de julho de 2008 e Dec. Nº 6.321, de 21 de dezembro de 2007)

II) Informar na nota fiscal ou documento oficial que acompanha o produto que a fonte ou fontes da matéria-prima utilizada respeitam os critérios descritos acima

III) Mobilizar e articular novas adesões sejam entre as empresas associadas às entidades signatárias, sejam entre as empresas nas cadeias de valor das signatárias.

IV) Realizar campanha de comunicação e/ou divulgar junto aos consumidores, fornecedores e clientes, esclarecendo e conscientizando sobre os compromissos assumidos, assim como divulgar permanentemente a relação de todos os signatários deste pacto.

V) Apresentar ao Comitê de Acompanhamento do Pacto um relato das ações realizadas para o cumprimento destes compromissos no prazo de 180 dias a partir da assinatura e outro relato ao final da vigência deste termo, destacando as principais dificuldades enfrentadas no período e soluções adotadas para sua superação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PARTICIPAÇÃO DE OUTAS INSTITUIÇÕES

Outras entidades não-governamentais e instituições de pesquisa e correlatas poderão aderir ao presente pacto, visando auxiliar no seu cumprimento por intermédio de atividades de acompanhamento e de apoio às iniciativas.

CLÁUSULA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

Os signatários reservam o direito de, a qualquer momento, sugerir, ao Comitê de Acompanhamento do Pacto, novas condições ou ações que visem o melhor cumprimento do presente pacto.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente termo tem prazo de validade indeterminado e será revalidado a cada 12 meses a contar da data de sua assinatura.

E, por estarem assim ajustadas, assinam os signatários o presente pacto, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

São Paulo, 15 de outubro de 2008

Fonte: <http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/pactopecuariabovina>. Acesso: jan. 2016